

# *Defesa Nacional*

4459



DE MAIO  
9 4 4

NÚMERO  
360

CEL. RENATO BATISTA NUNES

TEN.-CEL. BENJAMIN GALHARDO

TEN.-CEL. LIMA FIGUEIREDO

TEN.-CEL. BATISTA GONÇALVES

# A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXI

Brasil - Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1944

## SUMÁRIO:

- Editorial
- A Veinice — Cel. J. E. Magalhães
- A Obra Meritória do Marechal Hermes — Cel. Felicio Lima
- "Defense Will Not Win The War" — Trad. — Major Adalardo Fisião
- Em Torno da Defesa da Porta — Major Newton Franklin do Nascimento
- Santa Bárbara — Padroeira da Artilharia — General Silveira de Melo
- Abrigos em Galeria de Mina — Major Pastor de Almeida
- Devemos Alterar o Uniforme de Serviço? — Cap. Plácido da Rocha Barreto
- Forças Blindadas — Trad. — Cap. Tacilo de Freitas
- Como Orientar a Juventude — Major Xavier Leal
- Retomemos o Espírito Ofensivo — 1.<sup>a</sup> Ten. Rui Alencar Nogueira
- Equideos Versus Escassez de Combustível — 1.<sup>a</sup> Ten. Res. Aníbal Torres de Melo
- Ponte Tarron — 1.<sup>a</sup> Ten. Luiz Gonzaga de Melo
- Revistas em Revista
- Livros Novos
- Noticiário & Legislação



SABONETE

# Feno de Chimène

PRINTER

CHIMÈNE ★ O mais fino perfumista da actualidade



# ESPONJA ARTIFICIAL

## Espuma



à base de celulose nacional

TRÊS TIPOS: Para banho

Para copa e cozinha

Para limpeza de veículos e vidraças

Criação da

S/A Industrias Reunidas F. Matarazzo

Prédio CONDE MATARAZZO

Praça do Patriarca — São Paulo — Telefone 3-515

# EDITORIAL

O Brasil inteiro comemorou no dia 19 de abril próximo passado mais um aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas.

O júbilo dos brasileiros nessa data, que assumiu o caráter de data nacional, atinge uma intensidade toda especial no seio do Exército.

Na verdade, tem sido particularmente importante a ação do Presidente Getúlio no que toca aos problemas da defesa nacional.

Deve-lhe o Exército o podério e adiantamento técnico que hoje desfruta. E não vai nesta frase, bem o sabemos, uma asserção vaga e inconsequente. Aí estão os fatos a sua irrecusável evidência. Basta recordarmos que o Exército, saído de uma revolução nacional como foi a de 1930, ficara com a sua estrutura disciplinar fortemente abalada; o seu quadro de oficiais dividia-se por facções anta-

gônicas; o seu equipamento, já de si escasso e atrasado, chegara a um estado deplorável, por efeito da campanha.

\* \* \*

Eis, pois, o ponto de partida. A primeira etapa, como se impunha, foi de pura reconstrução. Cumpria restabelecer a ordem disciplinar, solver os conflitos de grupos, reorganizar as unidades sangradas de todos os seus meios regulares na voragem dos acontecimentos revolucionários.

Não podemos avaliar o que seria do Exército e do Brasil se essa reconstrução não fosse empreendida com inteligência e mão segura. Ela operou-se, em todo caso, não obstante as suas naturais dificuldades, pronta e solidamente, de sorte que as crises políticas e as criminosas agitações extremistas, que se apresentariam, dentro em pouco, numa perigosa sucessão, puderam ser nitidamente subjugadas.

\* \* \*

Entrámos, então, numa fase francamente criadora, da qual decorreu a respeitável posição militar que ora ocupamos no continente.

Com efeito, dilataram-se os nossos efetivos; modernizou-se o nosso equipamento; renovou-se a artilharia de campanha, ampliou-se a de costa e introduziu-se a anti-aérea; retomou-se a motorização, com a aquisição, ainda antes da guerra, de material europeu, o que nos permitiria o acelerado avanço nesse terreno, quando a crise internacional começou a transbordar do âmbito europeu; construiram-se numerosos quartéis e estabelecimentos militares novos, além de que foi novamente atacada a construção de vilas militares, empreendimento do mais alto significado, pois importa em assegurar a eficiência das guarnições longínquas, pela presença regular e despreocupada dos oficiais; surgiram escolas novas, como a de Moto-Mecanização, a de Defesa Anti-aérea, a de Artilharia de Costa, a de Transmissões e a Escola Técnica esta particularmente importante, de vez que responde pela orientação e desenvolvimento das nossas indústrias militares, aliás, diga-se desde já, conduzidas nessa fase a um nível altamente satisfatório, como se pode aferir à simples enumeração dos mais novos estabelecimentos: a fábrica de Juiz de Fora, a fábrica de Viaturas, em Curitiba, a fábrica de pólvora de base dupla, em Piquete, a reforma do Arsenal do Rio de Janeiro; cuidou-se de uma maneira toda especial da for-

mação dos oficiais, com a instituição das Escolas Preparatórias e a construção da Escola de Rezende, obra monumental na forma e no sentido; e, para citar o fato mais recente, de tão vastas e profundas repercussões no seio do Exército, integram-se os nossos oficiais nos mais modernos conhecimentos técnicos, com o envio de turmas sucessivas aos Estados Unidos.

Tudo isso constitui uma obra imensa que o Brasil, talvez, jamais conhecesse sem a ocorrência de certas condições particulares: patriotismo intransigente, visão de um grande estadista, continuidade administrativa. Ora, essas três condições encarna-as o Presidente Vargas. Com ele, que tem proporcionado ao país uma marcha administrativa sem solução de continuidade e um programa de realizações excepcionais, executadas com o vigor de quem coloca sempre acima de tudo os interesses da nacionalidade, atingiu o Exército essa plenitude, que o torna capaz de participar da batalha da Europa.

Eis porque a data aniversária do Presidente desperta em todos nós uma pura e incontida alegria cívica.

# A VELHICE...

## ATIVIDADE E RESERVA

Pelo Cel. J. B. MAGALHÃES  
da 1.<sup>a</sup> classe da Reserva

“Si jeunesse savait, si viellesse pouvait...”

Na vida do homem distinguem-se de modo geral três fases — duas, em que ele ainda não produz ou já perdeu a capacidade de produzir; uma, em que possui essa capacidade com o máximo desenvolvimento. Sem dúvida, há períodos de transição de uma fase a outra mais ou menos longos, em que ele vai adquirindo ou perdendo, com maior ou menor rapidez, sua capacidade de produção, conforme as condições intrínsecas peculiares a cada indivíduo e as condições físicas, sociais e morais do respectivo meio ambiente. Seja como fôr, o fato principal que nos interessa constatar aqui é a sobrecarga que representa para os que produzem aqueles que ainda não produzem — infância e primeira juventude — ou que perderam já a capacidade de produzir — velhice.

Só desta última classe trataremos, no entanto, pois que o egoísmo humano em sua obscurantada inteligência dela se ocupa muito pouco ainda. Os que tratam dos problemas práticos da vida, nem sempre se recordam de que os que não morrerem, virão um dia a ser velhos. Nem todos se lembram disto. Nem mesmo pensa em tal a grandíssima maioria.

Os velhos, embora representam uma *fôrça social considerável*, como veremos adiante, são assim, via de regra, descurados pelos jovens que prejudicam destarte seus próprios

futuros interesses, aliás concernentes a uma época em que não terão mais *capacidade* prática para lutar pela própria subsistência. Os moços criam assim para si próprios uma situação má para o futuro, si o tiverem, cousa a que, em princípio, todos almejam. Tal é a miopia do egoísmo. Não são acusáveis desta má compreensão sómente os moços atuais. Os velhos atuais, com raríssimas exceções, foram todos assim. Muitos até ainda persistem na impossibilidade de compreender estas cousas, embora se debatam em queixas amargas, por se sentirem tratados como cousas inúteis e importunas. São velhos tristes, irritados, rabujentos ou sofredores.

Na realidade, a infância e a juventude merecem muito mais atenção que a velhice, nas preocupações dos homens jovens e maduros, mas tenho minhas dúvidas de que o façam por altruísmo...

Quando ouvimos falar os pais e os puericultores, parecemos vêr, nos primeiros, a ânsia de se livrarem do dever de sustentar os filhos em fase de crescimento — o que é justo; — nos segundos, a de criar novos elementos com maior capacidade de produção — o que também reputamos justo. O que não vemos, porém, é altruísmo, em suas atividades... E tanto é assim que tratam a questão dos velhos com enfado e descuidadamente. Será que não esperam envelhecer?...

Aí está um *mal* que poderemos chamar *ocidental*, pois que apenas no *Oriente, China e Japão*, vamos encontrar a sociedade e os costumes convenientes ao bom aproveitamento da velhice. Talvez lá a importância exagerada dos velhos, sua introvertida influência na ação prática da sociedade, causa males que prejudiquem o verdadeiro progresso...

Todavia, hoje, a situação dos velhos no *Ocidente* é bem melhor que nos tempos mais recônditos da civilização, quando esta apenas se iniciava. Então, êles, já incapazes de produzir, eram *religiosamente eliminados*, envoltos num ritual solene. Ainda hoje há quem pense dever voltar-se a êsse costume, notadamente na Alemanha de Hitler, a fim de evitar a sobre carga econômica de sustentá-los. Êsse sistema de aliviar o pro-

blema econômico da sociedade, perfeitamente justificado nas eras primitivas porque não se possuía meios acumulados de alimentação, reservas, seria hoje um absurdo, pois que não são êsses meios que faltam e sim, apenas, *ordem* na sociedade. Seria tanto mais absurdo quanto a velhice, em sua impotência física ou muscular, é uma força social de *inestimável valor econômico*, social e moral, pois que ela representa a *continuidade* e a *experiência* e contribui para atenuar a *desordem* quando é culta e educada...

Seja como fôr, faz-se necessário *organizar* a instituição da velhice, parece fora de dúvida, em moldes normais, isto é, sem os exageros do *Oriente* e sem os descasos do *Ocidente*.

O quadro da *velhice* não é alegre e risonho como o da juventude, nem cheio de luz viva como o da madureza, mas pode ter a beleza de um inverno, quando não falta o aquecimento de uma lareira.

Como se apresenta êle? Que o caracteriza? Como deve ser encarado?

Em conjunto a vida lembra a clássica maratona.

“E” sediça a imagem (1) retórica, como corriqueiras são as realidades da vida que traduz. Mas é, por isso mesmo profundamente realista e sedutora! Não obstante, raros são os jovens que de tal cousa se apercebem bem.

Eles têm, via de regra, a impressão de que tudo é novo, de que vão antes de quaisquer outros descobrindo o mundo! E o vão, de fato; por si mesmos. Nem se dão conta alguns de que nada mais fazer que *repetir* e *continuar*. Repetir para aprender. Continuar para progredir. Outros vivem sem perceber a vida, atordoados pela irreflexão do seu *momento*...

Nada de estranho. Isto ocorre há milhares e milhares de anos e há de suceder inexoravelmente até o mais afastado futuro. É a condição mesma da vida.

(1) — Reproduzimos aqui a introdução da conferência que fizemos em 11 de outubro de 1943 na Sociedade Acadêmica da Escola Militar. Não se trata ainda da velhice, mas evidentemente, de seu irrevogável preâmbulo...

As gerações que entrando nas liças da existência e tomando à sua conta penates e labores, aprendem, sem dúvida, a construir uma vida melhor, mas têm que vencer obstáculos que a ignorância dos verdes anos cria, têm que lutar principalmente consigo mesmas.

E', porém, interessante assinalar o fato de que a humanidade percorre a rota de sua evolução, renovando, constantemente, suas energias. De minuto em minuto, ou melhor, de fração infinitesimal de tempo, os claros dos que tombam, ou desistem da carreira, vão sendo preenchidos. Mais do que isso, de momento a momento, ela cresce e *melhora de qualidade*. Torna-se mais numerosa, mais forte, mais capaz, mais benigna, muito embóra haja ainda muito que melhorar.

Não é, porém, massa informe, confusa ou desorganizada. Articula-se judiciosamente para avançar rumo ao futuro, futuro que não sabe ao certo qual seja. Escalona-se ao longo da estrada do deserto, em vanguarda, grosso e cauda. À frente, vão os homens de gênio e os santos ou heróis.

Nós outros, apenas razoaveis, formamos o grosso. E' onde caminham os não corrompidos, física ou moralmente, que não possuem gênio. Seguimos e apoiamos a vanguarda.

A cauda é, porém, pesada. Formam-na os estropiados, os maus, ou demasiado incultos, os perturbados por excessos egoísticos, aqueles cuja mentalidade se deprava e cuja conduta de desregra. Para que vá por diante e não impeça o movimento da imensa coluna da criação, em que tudo é solidário, exige uma polícia de estrada que a empurre e evite se acresça pela incorporação de novos retardatários do grosso.

Às vezes, alguns loucados se rebelam e, mercê de ilusões várias, agitam-se. Tentam, então, mudar o rumo normal dos acontecimentos sociais ou humanos. São erros de orientação, desvarios de bussola produzidos pelas massas imantadas de desmedidos orgulhos ou vaidades. Ai dêles! São sempre esmagados!

Causam sérias perturbações, promovem sacrifícios, lágrimas, suor e sangue! Por fim, também esmagados e a humani-

dade continua a inexorabilidade de seus destinos, não raro ganhando até maior velocidade.

Os que no grosso ocupam posição adequada à sua idade e valor, físico, moral e intelectual, e que se apercebem da importância do papel da vanguarda, do sentido da torrente da vida, seguem-na de moto próprio. Não oferecem resistência e a apóiam.

Mudam, porém, constantemente de posição. Primeiro, avançam. Depois, deixam-se ultrapassar. Por fim, param. Mas tal como também ocorre com a élite de que a vanguarda se constitue, são substituídos à medida que sua capacidade realizadora decresce. É fato que ninguém deve tentar obstar, é causa a que ninguém se deve opôr. É fenômeno característico e necessário à pujança da vida. Os que com isso não se conformam, por mais elevados que tenham sido seus méritos, tornam-se excrecências perturbadoras.

E preciso cada qual saber espontaneamente afastar-se do mecanismo que mantém o movimento, no justo momento em que perde velocidade, para não retardar a corrente, e conformar-se com o ficar praticamente inativo...

Quando param, invade-os um inefável prazer, o resultado de uma tranquilidade conciente do espírito. Há salutaríssimo contentamento, quando a retirada da arena não foi produzida por desânimo, despeito, motivos subalternos.

Não se para, porém, de súbito, a não ser que ocorram acidentes graves. Em regra, vai-se paulatinamente amortecendo a velocidade com que se vinha embalado. Quando se desiste da carreira, a vista se projeta ainda algum tempo, instintivamente, ao longo da estrada, no sentido do movimento. Depois, a calma se estabelece por completo e a circulação sanguínea irriga o cérebro em jatos normalmente ritmados, passados os efeitos das agitações sofridas nas labutas da vida. E, então, instintivamente que se olha para trás e examina o percurso efetuado e, sentado à beira da estrada, reflete-se. Repassam-se na câmara mágica da memória, as imagens de antanho, olhadas, porém, agora, sem paixões.

E é depois de um desfilar imenso de figuras de homens e de cenas de toda ordem, de vestígios uns, de lutas surdas e ostensivas, outros, de entusiasmos e decepções; muitos, de prazeres e desgostos, legítimos, tendo nós próprios vivido esta fase da vida, que não hesitamos em aconselhar:

— Segui sempre avante, jamais desanimeis prematuramente enquanto houver fôrças para lutar. Mas atentai bem, não deixais deformar-se ou perturbar o vosso espírito. Não olvideis o passado para não repetirdes os seus erros...

Diremos tudo isto, aos jovens, com imensa satisfação. Mas, satisfação por que?

E' que os vejo iniciar a carreira militar em condições bem mais favoráveis que as de outróra.

Não exageramos. Não falseamos a realidade.

A nós outros, os de 1905, os do *curso da alfafa*, coube a rude tarefa de quebrar uma rotina de fundas raízes no passado e bem alimentada num ambiente de quiméras, de romantismos políticos e filosóficos, demasiado pacífico e descuidado, a que necessidades presentes e sentidas, não ventilavam.

Os de agora encontram ainda escombros a remover, certas resistências de destróços entorpecentes do movimento, mas têm já uma base bem sólida formada de conhecimentos das realidades da guerra, sobre a qual podem construir um futuro elegante e agradável. E, além disso, o ambiente foi ventilado pelo bafêjo dos perigos...

As transformações sofridas pelo Exército, entre as quais nenhuma mais eloquente que a da Escola Militar, embora demonstrem às vezes apenas ser embrionárias, e ainda confusas, atestam o acerto do que acabamos de afirmar.

Nenhuma dúvida reste sobre estas verdades. Nenhuma hesitação tenha guardada no ânimo dos jovens ao verificarem mais tarde que o ideal de perfeição militar que imaginaram não foi ainda alcançado. Nem lhes dôam os dissabores que por má ventura lhes ocorram.

Sigam, é o que há a fazer, o conselho do vate — *guarda e passa!*

O ideal é sempre inatingivel. E', certamente para os sôfregos ou afoitos, os nervosos ou demasiado vibráteis, os impacientes, e os que não amam refletir, como que um suplício de Tántalo nos infernos. Mas é também para os que desfrutam equilíbrio orgânico, os calmos, os modestos e refletidos, estímulo e guia!

Sentí-o, tratai-o com inteligência e dignidade. Procuraivê-lo com nitidês e caminhei firmemente na sua direção.

E' fugitivo, mas isso que importa?

Perseguí-o. E podeis ficar certos de que si o fizerdes denodadamente, haveis de realizar obra imensa. Imensa e confortadora, si suberdeis evitar so êrros do passado...

Então, quando tocardes o têrmo da da carreira e puderdes repassar na câmara mágina da memória as imagens de antanho, e puderdes reconhecer a utilidade de vossas contribuições pessoais para o progresso, recebereis o prêmio inestimável de uma tranquila, justificada e amena confiança no futuro, o maior que se vos possa oferecer!"

---

Essa tranquilidade é, porém, apenas um aspecto do problema da velhice. E o que acabamos de recordar nada mais é que uma versão literária, embóra expontânea, sincera e leal, da unção da *velhice*. Quantos a têm sentido? Quantos a sentirão ainda? Mas aí está também um aspecto ou modalidade atual que o futuro pode melhorar, e deve fazê-lo, organizando a *velhice*, de modo que aqueles que tiverem a fortuna de atingí-la, não sintam a sensação desagradável de desamparo e de se terem transformado em cousa inútil...

Evidentemente, um dos problemas modernos a serem resolvidos é o que denominamos a *instituição da velhice*, a imitação de filosofos do século XIX.

Mas, que é a velhice?

E' uma idade que surge aos poucos. Manifesta-se por um enfraquecimento progressivo das funções fisiológicas e pelo gradual desaparecimento dos sentidos: vista, ouvido, olfato,

tato, musculação, etc... O cérebro, cuja atividade está comprovado científica e experimentalmente perdura além da corporal, vai assim, com o enfraquecimento dos sentidos, perdendo os estímulos do mundo exterior e depois de haver atingido um *maximum* de aptidão para a apreciação das belas artes e para o jogo das induções e deduções, acaba também por extinguir-se.

No início da velhice, o cérebro está ainda em ponto de *aptidão máxima*, mas em seguida, quando os sentidos não mais lhe transmitem normalmente sensações que alimentem sua atividade, vai morrendo gradativamente.

"A velhice é, portanto, uma evolução gradual para a morte". (2)

Nessa evolução, os instintos e pendorres morais do homem naturalmente se modificam. Desenvolve-se nêle o instinto de conservação, manifestado, em regra, por um maior medo de morrer e por maior tendência à avareza. O orgulho, a vaidade, o espírito demolidor, tão comuns nos jovens, notadamente este último, e cujo máximo se manifesta na infância, tendem a desaparecer e chegam mesmo a se extinguir completamente. O instinto sexual — e é isso com que certos velhos não se querem conformar, prestando-se ao mais triste ridículo — também desaparece por completo, embora as vezes perdure como certas outras reminiscências, seja em pura obediência à lei de Kepler, seja por efeito de escleroses cerebrais, que conduzem à procura de drogas afrodisíacas.

De modo geral a coragem decresce em benefício de um aumento de prudência e de uma predisposição geral para a inércia.

A êsse quadro trágico do egoísmo feroz dos velhos correspondem, porém, manifestações simpáticas que o adoçam e os recomendam à estima alheia. Há nêles um acréscimo sensível de bondade e de tolerância.

Aí está o que entende com as qualidades morais. Quando ao que se refere às faculdades intelectuais, convém notar que,

---

(2) — Moral Prática — Pierre Laffite.

após atingirem estas, na entrada da velhice, uma capacidade máxima, como referimos anteriormente, à proporção que o cérebro vai sendo pior irrigado de sangue arterial elas perdem vivacidade e acabam até por se tornarem quasi extintas, se não de todo praticamente inexistentes, como é o caso dos caducos.

Essas transformações morais e intelectuais são necessariamente precedidas de sensível e cada vez maior redução da atividade muscular, da força e da agilidade do corpo.

A esta *marcha da idade*, do corpo e da alma, correspondem necessariamente modificações profundas na situação e no papel social dos indivíduos, isto é, nos deveres recíprocos entre os velhos e a sociedade a que pertencem.

No seio da família, vai diminuindo a obrigação de sustentá-la, mas o *dever de aconselhar* torna-se crescente, para os que envelhecem. Na sociedade, a situação caracteriza-se por um isolamento crescente do velho, consequente ao desaparecimento das amizades e da dificuldade de formar novas, notadamente por causa da diversidade de mentalidades e de possibilidades físicas entre velhos e mōços: — “nos velhos há predominância de preocupação do presente com lembrança do passado, enquanto que nos mōços preponderam noções do presente com preocupações do futuro.” (3).

Além disso, na sociedade atual, abalada profundamente pelos choques das duas grandes guerras mundiais, a ânsia de gôzo que daí deriva em consequência de uma inquietação vaga pelo futuro, torna ainda mais precária a situação dos velhos e da própria sociedade. Esta pouco aproveita da força representada por êles para a continuidade lógica da evolução humana. Os mōços, governados descuidadamente em geral tendem a ser fúteis e gozadores.

Não sabe, a sociedade estabelecer convenientes relações entre os velhos e os jovens, para que êstes *sintam* o passado e com isto aprendam mais que estudando a própria história. Não se aproveitar em seu benefício a *energia restante* da ve-

(3) — Exame de teoria da velhice de Mr. Metchnikoff, pelo Dr. Calmon.

lhice, organizando um sistema de relações em que esta exerce um papel de *fôrça espiritual*, eminentemente rendosa para o progresso geral. Não se trata, porém, de aproveitar todos os velhos e muito menos de os utilizar em funções próprias dos môços. Os *velhos* não executam, aconselham, e alguns há cuja influência sobre a mocidade, pela enorme corrupção que representam, é mais nociva que útil.

A sociedade tem interesse e dever de ouvir-los, — os que têm valor — para poder manter continuidade em sua evolução, realizar *rápidos* e *verdadeiros* progressos, evitando experiências e períodos de retrogradação. Só por ignorância ou tolema, é possível desprezar a experiência do passado, pois este condiciona fatalmente o presente, quer se o reconheça ou negue. Mas esta experiência é pessoal e variável certamente com o valor de cada qual e a importância ou natureza das atividades exercidas na juventude e maturidade pelos velhos.

Essa experiência é elemento de fixação em meio das agitações sociais que podem levar a sociedade a própria destruição sem ela.

Ora, aí está portanto o grande serviço que os velhos prestam à sociedade, justificando que esta os *sustente dignamente*, e não mais os elimine religiosamente como outrora. Nas sociedades verdadeiramente cultas, têm êles consequentemente uma situação moralmente forte, pois não se sentem inúteis nem olhados como um fardo de que esta angustiosamente quer livrar-se.

Decorrem, porém, daí também deveres para os velhos. Adquirem obrigações para cujo desempenho precisam ser educados no sentido de possuiruem *saber*, *independência* e *imparcialidade*, sem o que sua ação será ineficaz.

A educação, porém, que lhes é própria terá fatalmente — decorre das natureza das cousas — que revestir um caráter de ação pessoal isto é, de *auto educação*. Consistirá essencialmente no esforço que o velho exerce sobre si mesmo para melhor desempenhar seu papel de *conselheiro útil*, da família, da classe ou profissão, e da sociedade em geral.

Facilitar-lhes esta tarefa tem que ser, portanto, o objetivo as *instituições a êles referentes*, tanto de ordem moral e intelectual, como de ordem material. Nas primeiras têm maior importância as que lhes asseguram a sensação de que são *respeitados*, e não *desprezados* como *cousas inúteis ou enfadadoras*; nas segundas, o essencial é que lhes garantam a *independência material*, ao abrigo do luxo e da miseria, para que possam ser *imparciais* nos seus *conselhos*. Evidentemente, tais instituições têm que levar em conta — a *situação de saber* dos velhos e o sistema de vida social a que se habituaram. De modo algum, porém, há conveniência para a sociedade e para os próprios velhos em que estes sejam empregados em *funções tivas* para que não mais possuem capacidade, como frequentemente se verifica, ou que lhes fiquem assegurados recursos procedentes às necessidades de um digno conforto ou bem estar.

O problema consiste em dar-lhes *fortunate senex*!

---

Os males que os filósofos assinalavam ao industrialismo no século XIX, consistentes no tratamento dado ao homem trabalhador como se fôra apenas uma de suas máquinas, deixaram os inutilizados e os velhos morrerem à míngua de recursos por não poderem produzir, estão praticamente corrigidos em todas as nações civilizadas, se bem que ainda imperfeitamente. O resultado da moderna legislação social, que a própria revolução industrial foi impondo à custa de greves ou de convulsões, mais ou menos violentas.

É de esperar que com o desenvolver das indústrias em geral e a melhoria do padrão de vida em todo mundo, para impregarmos uma expressão da moda, a solução do problema da velhice, ou melhor, dos tornados *incapazes de produzir*, se perfeiçõe cada vez mais rapidamente. A tendência que se firma agora é esteiada na experiência social vitoriosa da Russia, fracassada na Alemanha, porque foi construída para a guerra (não para a paz), e que se manifesta fortemente tanto na Grã Bretanha, como nos Estados Unidos, daí irradiando para todo

planeta. Caracteriza-se pela imposição, a classe dos *ociosos capazes*. Além disto, esta tendência visa também assegurar o viver tão dutil quanto possível, e com a maior dignidade, do que não podem produzir.

De modo geral, estão já regulados nas nações civilizadas o afastamento da atividade produtiva dos que não têm mais eficiência no trabalho seja por acidente, moléstia ou idade, mas isto ainda apenas embrionariamente, a *bem dizer, grosso modo*.

Muitos que podem ainda *produzir*, embóra em atividades diferentes e sob regime adequado à sua situação, acham-se em inatividade, enquanto que o situação de outros inativos legítimos se apresenta *ilógica*, sob vários aspectos.

Em regra, as remunerações que recebem são fixadas em dado momento e ficam invariaveis. Essa *invariabilidade* é um *ilogismo*, uma contradição dos princípios que regulam a *inatividade* e denuncia *insuficiente cogitação* do problema. Quando se medita sobre ela tem-se de concluir que há falta de *sinceridade* na solução. Por que? A resposta é simples: — si a remuneração da *inatividade* vira assegurar a subsistência dos que não podem mais exercer sua atividade *corporal* ou *espiritual* em benefício da coletividade, essa remuneração deve variar com o custo da vida, aumentar quando este é mais caro, diminuir quando barateia. E muito menos se justifica que a inatividade seja remunerada diferentemente para indivíduos da mesma categoria sómente porque nela ingressaram em épocas diferentes, conquanto convivam no mesmo ambiente.

O argumento que as vezes se ouve, para justificar a *estabilização* indefinida da remuneração dos inativos, no ponto em que deixaram a *atividade*, de que êles têm o *tempo livre* para angariar meios de subsistência noutras *atividades*, é uma *heresia*. Mostra apenas que há situações de inativos injustificáveis por um critério científico. E êsse argumento abrangendo a todos os inativos é de uma *ironia cruel*, posto que é bem certo que grande número, mesmo a maioria dêles talvez, notadamente os que adquiriram essa situação por moléstia, acidente de

balho ou idade avançada, só poderá encontrar meios suplementares de subsistência, se recorrer, o que aliás muitos o fazem, velada ou ostensivamente, à caridade pública, a qual, às vezes, se traduz pela conquista, com os amigos poderosos, de uma sinecura.

Há, portanto, necessidade de proceder-se a uma reforma geral nesta matéria.

---

As considerações que vimos de fazer abrangem todas as classes sociais; todas as categorias de indivíduos. Abrangem também os militares, mas a questão para êstes reveste aspectos peculiares que impõem seja o assunto resolvido por processos especiais.

Aliás, esse princípio é reconhecido universalmente. A situação de *inatividade remunerada* dos militares não resulta sólente da impossibilidade absoluta de produzir; da incapacidade física ou intelectual para qualquer trabalho eficiente, mas fato de êles não possuirem *eficiência física e intelectual*, correspondentes à uma ação *entusiástica*. A função militar não admite a rotina. Exige vivacidade permanente. Surge daí a necessidade de impôr a passagem para a *inatividade* de indivíduos que em outras profissões poderiam ainda produzir utilmente. As causas físicas, intelectuais e morais e as de *idade*, são por isto muito mais rigorosas.

As condições de *vivacidade* e de *entusiasmo* necessárias ao ótimo rendimento das instituições militares; *rendimento que não pode deixar jamais de ser ótimo*, sem risco de vida para a nação, sem risco para sua segurança externa e interna, justificam o abandono voluntário da *atividade*, pelos que sentem descer em si o indispensável ardor. A permanência desses indivíduos torna-se intoxicante para o organismo militar.

Haverá, portanto, na classe militar *inativos* que poderão ser angariar, por seu *trabalho, meios de subsistência*. No entanto, mesmo para êstes o argumento de que podem trabalhar

ainda — mera confissão de não se saber resolver o problema — que às vezes aparece para justificar a manutenção indefinida do *statu quo* dos inativos, quanto às respectivas remunerações, é falho. Pode um homem de mais de quarenta anos iniciar uma nova profissão? Pode ingressar, em qualquer profissão organizada, em situação correspondente à sua idade preparação intelectual, etc.? Há ainda mais. O militar inativo, pode ser chamado, em caso de emergência, de mobilização, a desempenhar funções próprias do posto em que deixou a atividade, ou até de posto superior, exceto quando passou à categoria de *definitivamente incapaz*. Ele não perde totalmente sua *qualidade*, suas obrigações ou deveres. Não deve perdê-los.

Aliás, é o que a legislação reconhece mantendo-lhe a *patente*.

Como explicar, portanto, que sua situação quanto à remuneração permaneça “*ne varietur*” através de todas as variações do custo da vida? A remuneração é inherente ao *pôsto* e este mantido por uma *patente*, porque então conservá-la sempre a mesma para os inativos, se se reconhece a necessidade de modificá-la para os da *atividade*?

Como explicar, que razões podem justificar a diferença de remuneração dos mesmos postos na *inatividade*, exceto quando há vantagens concedidas por prêmio à maior capacidade produtiva revelada por oficiais que se destacaram nos exercícios de suas anteriores atividades? Por que razão, um *veterano general* da reserva não pode manter relativamente, ou mesmo de modo absoluto em muitos casos, um trem de vida correspondente ao de um simples tenente em *atividade*, visto como recebe até menos que este?

Certamente — as necessidades de um *inativo* são menores que as de um *ativo*, mas não são inexistentes e indignas de consideração, desprezíveis. A lei dá ao militar a segurança de uma remuneração relativa ao *pôsto* e assegura a inviolabilidade da patente desde que o militar, por sentença passada em

julgado não perca a dignidade dela. Na legislação constitucional brasileira, isto é reconhecido inalteravelmente desde a fundação do Império até à última República, sem distinção de atividade ou inatividade.

Por que então, quando se modificam as *remunerações* dos postos — essas modificações não abrangem os inativos?

Nos vencimentos dos militares houve sempre uma parte sagrada — tradicionalmente sagrada desde a era romana em que os exércitos passaram a ser remunerados permanentemente, a qual nossas tradições chamam de *soldo*.

Ora, não é evidente que desde que o Governo altera a tabela dos *soldos*, isto deve abranger todos os militares das patentes a que tais soldos são inherentes? No entanto, a realidade é outra. Os inativos são gentes que *existiram apenas e, por isso*, ficam sempre sistematicamente excluídos da legislação comum a êsse respeito, exceto quando essa legislação corresponde às cobranças... Vem de longa data uma tal interpretação. Hoje, muitos que amargam uma tal injustiça social, cometem como os de agora, a mesma injustiça para com os que os precederam na inatividade... Muitos amargam hoje o que fizeram outros amargar...

Aí estão as impressões de um oficial da reserva, que as oferece àqueles que amanhã virão a él se juntar, se antes a parca implacável os não ceifar da viçosa árvore da vida, cujos saborosos e suculentos frutos ainda saboreámos todos.

São impressões de quem inicia sua entrada na velhice, colhidas numa sala de tesouraria, onde se pagam os *reformados*; ante a triste impotência dos velhos, e sentindo a inconsideração dos môços que se vêm ao longe, através de janelas e varandas, no afã de suas atividades costumeiras, prenhes do presente, esquecidos do passado, descuidados do futuro...

Hodie mihi cras tibi!... Já diziam os romanos...

# Cerâmica São Caetano S/A

ESCRITÓRIO CENTRAL

Viaduto Boa Vista, 68 — 6.<sup>o</sup> andar

Secção de Refratários — 3.4952

Fones : { Secção Interior — 2.4229

Gerência e Compras — 2.7636

Caixa Postal 278 — Telegramas "ACIMAREC" — São Paulo — BRASIL.

Fábrica em São Caetano (S.P.R.) — Rua Casemiro de Abreu, 4 —

Fora 1124 — Linha 140

TELHAS "BRILHANTES" — TIJOLOS PRENSADOS  
para degraus — pingadeiras — pisos — colunas e outros fins.

LADRILHOS — Vermelhos — Amarelos — Marrons e Pretos

## MATERIAL REFRATÁRIO

de alta classe, para todos os fins industriais, destacando-se os seguintes tipos :

"SILEXIL" — classe de 95 % de sílica ( $SiO_2$ ), fabricados de quartzitos esco-  
lhidos segundo os processos industriais mais modernos.

"MAGNIL" — tijolos de magnesita comparáveis aos melhores fabricados no  
estrangeiro e que constituem produtos indispensáveis à indústria  
do aço.

"ALUMIL" — classe de 80 % de alumina ( $Al_2O_3$ ). Altamente aluminosos.

"MULIL" — classe de 70 % de alumina ( $Al_2O_3$ ). Altamente aluminosos.

"BAUXIL" — classe de 60 % de alumina ( $Al_2O_3$ ). Altamente aluminosos.

"DUTIL" — tijolos anti-ácidos.

"TERML" — tijolos para isolamento do calor.

"AAA" — classe de 45 % de alumina ( $Al_2O_3$ ). Alta refratariidade e gran-  
de resistência à abrasão e escoriais.

"AA" — classe de 40 % de alumina ( $Al_2O_3$ ). Alta refratariidade, gran-  
de resistência mecânica e pequena sensibilidade às variações  
bruscas de temperatura.

"X e A" — classe de 30 % de alumina ( $Al_2O_3$ ).

## LOJA :

Rua Boa Vista, 25

Chefia — 2.4329

Fones : { Vendas — 2.3229

Carca — 3-2047

Fornecedora das principais indústrias do País —

Fábrica peças especiais de qualquer formato

Os materiais refratários

"São Caetano"

se caracterizam pela sua qua-  
lidade e esmerada fabricação



795

# A OBRA MERITÓRIA DO MARECHAL HERMES

Cel. FELÍCIO LIMA

Ao formar o seu Ministério, o Dr. Afonso Pena confiou a pasta da Guerra ao saudoso Marechal Hermes da Fonseca, nome recebido com grande simpatia.

As mais justas esperanças foram depositadas no novo ministro, não só no seio das classes civis, como e principalmente no círculo das forças armadas, dado o interesse máximo que se fazia em torno dos assuntos militares, atinentes à grande obra de reorganização do nosso Exército, o qual ainda se conservava nos velhos moldes do tempo imperial.

E essa expectativa não foi vã; antes, proliferou em benefícios frutos, muito embora o grau elevado de dificuldades a serem removidas pelo Marechal, no seu propósito inabalável de se empenhar a fundo na tarefa tão necessária à defesa e ao engrandecimento do Brasil.

Aquela época o Exército brasileiro estava reduzido a um estado lastimável, com efetivos ridículos e inconfessáveis, desprovido do mais insignificante material bélico, com os seus diminutos serviços desorganizados e assoberbados por uma infinidade de papeis de uma administração obstrutiva, a despeito de grande número de oficiais e sargentos empregados nas respectivas repartições, os quais desfalcavam, de maneira deplorável, os minguados efetivos orçamentários.

Havia, mesmo, oficiais que desconheciam o quartel em que era alojada a unidade a que pertenciam!

As comissões desdobravam-se de forma assustadora, resultando permanecer em completo abondôno a instrução, não raro entregue a sargentos e cabos incompetentes.

Tais males vinham de longe e se agravaram, inexplicavelmente, no governo Campos Sales, não sendo exagero assinalar a conjectura, não remota, de que as unidades do Exército constariam de bandas marciais para tocadas em "comes" e "bebés" promovidos por um grupo de políticos que infelicitavam à Nação.

Daí a disposição do Marechal Hermes em ilustrar a sua gestão na pasta da Guerra por uma acentuada campanha em prol do reerguimento das forças armadas brasileiras, empregando, de início, múltiplas reformas parciais e a contextura dos diferentes serviços.

O Brasil necessitava imperiosamente da reorganização geral do seu Exército, tanto mais quanto o governo Rodrigues Alves já havia iniciado a da Armada Nacional.

Cabia, pois, a Afonso Pena delegar poderes ao seu dedicado ministro no sentido de transformar esse ideal numa realidade, isto é, a consecução de todos os requisitos exigidos pelas forças militares contemporâneas, com a criação de unidades de combate e não de batalhões e regimentos compostos de verdadeiros esqueletos fardados.

Os nossos chefes militares nunca foram belicosos, tanto assim que sempre aplaudiram, com entusiasmo, o insigne artigo da Constituição da nossa primeira República, que consagrava o princípio de arbitragem, para resolver os nossos conflitos internacionais.

Porém, o Marechal Hermes acreditava plenamente que ao Brasil competia a supremacia política na América Meridional, dada a sua preponderância ao Sul do Canal do Panamá, além de grande costa a defender, à semelhança da que ao Norte cabe à famosa pátria de Monroe.

Seria um meio de manter o equilíbrio em nosso hemisfério, ao lado da grande República norte-americana.

E essa hegemonia pacífica e cordial, que não pode faltar Brasil por motivo de ordem política, industrial, comercial, onómica, só será mantida quando apoiada a sua diplomacia das armas eficientes que a Nação lhe confiar.

Donde a compreensão nítida do lembrado Marechal em r à Pátria um Exército de real valor.

Além disso, a Carta Constitucional d e 24 de Fevereiro a consagrava o moralizador princípio do serviço militar gatório, com a regulamentação do sorteio. Constituia uma ida necessária para a defesa bélica do Brasil, tanto mais quanto a mesma já estava em vigor na generalidade das na- adiantadas, em substituição ao recrutamento compulsório, se processava num ambiente cheio de nocivas irregularidades, porque, quase sempre, os voluntários que se apresentavam pertenciam à boa camada social.

Verificava-se, ainda, que o cidadão, cuja moral se mantinha nível relativamente elevado, procurava evitar a caserna para não se confundir com tais elementos, onde hoje, graças à reforma Hermes, existe uma classe nobilíssima a que todo iota se orgulha de pertencer, logo que é obrigado a servir.

E' certo que muitas vezes passava pela caserna uma pequena parcela de ex-alunos das Escolas Militares, os quais, por motivo imprevisto, ali iam ter e, embora as leis inexoráveis da biologia, essa minoria nunca se poluiu na sua moralidade, ando, antes, indelével nessa passagem ocasional um traçado noso que se transformaria mais tarde no fogo sagrado que empolga aqueles que amam a grande Pátria brasileira.

Portanto, naquela triste quadra, faltava ao soldado brasileiro a educação moral, a cívica e a física e a instrução profissional, pois as escolas regimentais eram insuficientes exércitos mal aplicados.

Assim, para remediar êsse estado de cousas, vizando um fortalecimento moral, surgiu o Marechal Hermes com um notável programa que, se tivesse sido posto em execução na finitude das atuais autoridades não teriam encontrado as pequenas

dificuldades — que estão sendo afastadas com energia — na presente organização das fôrças expedicionárias brasileiras.

Foi, em verdade, um período áureo por que passou o Exército Nacional.

O ilustre militar, cercado de uma pléiade de jovens oficiais que se tinham especializado no tradicional exército alemão — em virtude de iniciativa própria — e com a propaganda cívica dirigida pela palavra inflamada de patriotismo do grande Olavo Bilac, os quarteis se encheram do melhor elemento da sociedade brasileira; os quadros se renovaram, dando em resultado uma orientação segura recebida pelas nossas fôrças de terra e que muito facilitou a aplicação dos ensinamentos da Missão Militar Francesa, eis que os nossos oficiais estavam preparados para receber e ministrar as modificações introduzidas nos processos táticos, oriundos da primeira guerra europeia, conforme afirmou o chefe dessa Missão, o general Gamelin, em memorável conferência.

Porque, então, essa meritória obra não foi ultimada?

A resposta está em que nos meados do período governamental em aprêço, o saüoso militar teve que deixar a pasta da Guerra, em consequência de uma grande parte da Nação haver levantado a sua candidatura à presidência da República, único meio de resolver uma crise política.

E' que os políticos viam naquela alta patente do Exército Nacional um grande perigo às suas manobras de consolidação às oligarquias estaduais, onde imperava a vontade do chefe, com manifesto prejuízo dos invioláveis interesses da Nação.

Daí a necessidade de envolvê-lo nas tramas da nefasta politicagem, visando enfraquecer o seu incontestável prestígio no círculo de sua classe e no conceito da opinião pública, que se manifestava de um modo patriótico.

Contudo, a suposta desmoralização ocasional não consumiu o último tesouro de um honesto patrimônio, reserva da dignidade ancestral, da resistência granítica de seu coração magnânimo, pois o bondoso Marechal era o tipo modelar de uma raça selecionada, sem mesclas, na mais sadia consangüinidade.

E' certo que num momento de confusão política buscaram arrancar o diadema do prestígio popular, porém nem por isso ixou de rutilar-lhe na frente a auréola dos bemaventurados, al símbolo de luz eterna.

A despeito dos zoilos, élle passará à posteridade, como grada dívida a resgatar, de vez que a história jamais lhe resará a honra de haver concorrido eficazmente para a glória o engrandecimento do Brasil.

Algures foi dito que os homens surgem nos momentos ecisos, assim como toda causa requer um efeito.

Presentemente, o Exército Nacional, como ao tempo do grande soldado, atravessa um período de importante transição, exigindo, para a plena e brilhante realização do papel e lhe cabe nos acontecimentos mundiais, do novo e vigoroso estímulo que lhe vem proporcionando o ex-cadete da Escola Militar ora ilustre Chefe da Nação, a quem com a orientação segura do atual ministro da Guerra, se deve a obra de reequipamento do nosso valoroso Exército, cujas fôrças estão hoje insorciadas com a opinião pública sob uma só bandeira, ações à implantação no Brasil do Estado Nacional.

**BOA APPARENCIA**

NÃO a tem sómente quem se veste com apuro. Ela depende, sobretudo, da barba bem escanhoadada, o que só se consegue com a insuperável lâmina Gillette Azul.



*Lamina* **GILLETTE AZUL**

LIVROS À VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

---

	Cr\$
Anuario Militar do Brasil, 1935 .....	22,00
Anuario Militar do Brasil, 1936 .....	22,00
Anuario Militar do Brasil, 1937 .....	22,00
Anuario Militar do Brasil, 1940 .....	27,00
Anuario Militar do Brasil, 1941 .....	37,00
Anuario Militar do Brasil, 1942 .....	42,00
A Campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro Lima .....	31,00
A Campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro Lima (D. Oficial) .....	21,00
A Revolução de 1842 — Martins de Andrade .....	26,00
A Compreensão da Guerra — J. B. Magalhães .....	30,00
Andrade Neves o Vanguardeiro — Cap. De Paranhos Antunes .....	7,00
Aplicações Militares — Cap. Marcio de Menezes .....	16,00
Aspéto Geográfico Sul-Americano — Cel. Mario Travassos .....	6,00
As Condições Geográficas e o P. M. Brasileiro — Coronel M. Travassos (*) .....	6,00
Bandeira do Brasil — Cap. Janary Jentil Nunes .....	11,00
Boletim n.º 3 — Cel. Araripe e Lima Figueiredo .....	11,00

---

(\*) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I.  
"A Defesa Nacional".

# «Defense Will Not Win The War»

W. F. KERNAN, Lt. Col. U. S. Army

Tradução e adaptação pelo  
Major ADALARDO FIALHO

Livro sensacional pela franqueza com que examina os acontecimentos da atual guerra mundial, "Defense will not win the war", de autoria do Ten. Cel. KERNAN, do Exército americano, recebeu da imprensa yankee elogios como este: "Todos os que têm olhos para ver, deviam obter uma copia deste livro". Nele, o autor, que visa esclarecer a opinião pública de seu país, examina as causas das sucessivas derrotas das democracias, nos primórdios da guerra, buscando sua explicação no espírito defensivo que impregnava tanto os políticos como os militares da época; condena a subordinação dos problemas militares aos interesses políticos dominantes, com o sacrifício de milhares de vidas; reivindica a rehabilitação da estratégia ofensiva, arrancando-a do estado de degradação a que a mentalidade do "concreto armado" (Linha Maginot) a relegou; pleiteia maior independência do "Chefe" de seu "Estado Maior", não devendo a capacidade de tomar decisões daquele submergir nos detalhes deste; põe por terra falsos conceitos estratégicos como a inexpugnabilidade de uma Inglaterra com a supremacia dos mares e o mito da defesa; escarpeira políticos e generais, mostrando, através de revelações sensacionais, as suas fraquezas e as suas ambições e pondo-os no seu devido lugar diante da história; ataca a assimilação da condução da guerra dos estadistas ingleses os métodos comerciais dos

plutocratas de "Wall Street", afirmando que, para defender a Malásia, não basta cabografar destacando o "Renow" e o "Repulse" para reforçar Singapura, como uma casa bancária matriz transferiria fundos para socorrer uma filial á beira da bancarrota; grita contra a incompreensão dos verdadeiros objetivos da guerra, limitando-se as democracias a ocupar a periferia das posições chaves do mundo, com o absurdo de se ver acontecimentos decisivos para a sorte da civilização ocidental estarem se ferindo nas selvas da Birmania, nas ilhotas do Pacífico e nos areiais do Norte da África; e finalmente aponta á Nação todos os perigos de uma Nação em guerra de coalisão, devassando os bastidores da guerra passada, onde Clemenceau lutou contra Foch para não dar ao Exército americano um "front" independente e um "Comando" destacado, chegando ao extremo de pedir a remoção de Pershing.

Pela sua oportunidade e pelo fundo de verdade que encerra, o livro do Cel. Kernan, o mais tremendo libelo contra homens e fatos da atualidade, deve ser lido pelo nosso Exército, principalmente agora que o Brasil se prepara para mandar um Corpo Expedicionário para campos de batalha extra-continentais. Neste artigo, procuraremos resumir o que ele contém sobre o que chama de Estado Maior complexo", reservando-nos para, em outro, ainda mais interessante, traduzir o que encerra sob o título "Os perigos da guerra conduzida por juntas militares" (em guerra de coalisão).

---

Por volta de 1934 De Gaulle, prevendo o conflito com a Alemanha, tinha apontado a futilidade do plano, de defesa francês, apesar de baseado nas fortificações da Linha Maginot, dada como inexpugnável e no poder marítimo inglês, também tomado como invencível.

Mais ainda, observando a paixão germânica no planejamento de cuidadosas ofensivas, concluiria que, contra a eficiência e a atenção para o detalhe dos alemães, nenhuma defe-

passiva sustentada por bloqueio marítimo poderia fornecer na solução.

No "Exército do Futuro", ele escrevera: "O adversário é, um organizador metódico, excede-se em empregar assaltos extremamente violentos no começo da luta. Os defensores, permanecem inativos, vêm-se logo surpreendidos, immobilizados e flanqueados; ao contrário, si são moveis e empreendedores, tomam a iniciativa. Esta é a unica atitude a adotar diante dos germânicos que, inexcedíveis em executar planos preparados, largam a sua presa logo que atacados de modo que não esperam, incapazes de se adaptarem a circunstâncias imprevistas. Porem o mito da defesa havia ganho tal extensão nos Estados Maiores frances e inglês, que a voz de De Gaulle soava como si ecoasse no deserto. E' importante notar, entretanto, que já 40 anos antes o Ten. Cel. Ferdinand Foch, instrutor na "École Supérieure de la Guerra" pregava a mesma doutrina. Em seu livro "A conduta da Guerra", publicado em 1892, Foch salientava 2 pontos :

a ofensiva estratégica germânica é inteiramente dependente de cuidadosa preparação, feita em concordância com uma situação preconcebida e resultando numa inevitável "batalha de hipóteses", isto é, uma batalha na qual o inimigo, admitido na defensiva, é condenado à derrota assim que faz o que se espera dele;

a resposta à "batalha de hipóteses" é a "batalha de manobra", na qual a ofensiva, desabrochando em toda a sua glória, salta da concentração estratégica como relâmpago de uma nuvem de trovada.

Perturbar, pôr fóra de eixo os planos dos estrategistas alemães, cuidadosamente preparados, é derrotá-los. Pois "as mulas de Frederico, diz Foch, nunca se tornaram cavalos; depois de século e meio de constante, incessante esforço, elas ainda permanecem mulas".

Tal doutrina é hoje temeridade, para os criticos militares nutridos na estrategia de concreto. Já, Napoleão tinha dito a mesma coisa: "os Generais austriacos são bons generais, porém vêm muitas cousas. Quanto a mim, vejo somente uma cousa: as massas inimigas. Estas, ataco-as, na certeza de que, com a sua derrota, tudo o mais cairá em minhas mãos". E Napoleão tinha tambem entrevisto as mesmas dificuldades, na arte de comando, que foram dadas como intransponiveis pelos comandantes aliados de 1939 :

"Que força de vontade e grandeza de alma é necessária para ordenar uma destas decisivas batalhas sobre a qual depende a sorte de um trôno, uma dinastia ou uma Nação ! — a necessária decisão muitas vezes falta ! Foi precisamente o que aconteceu em 10 de Maio de 1940, quando os Exércitos Germânicos cruzaram a fronteira da Bélgica, Luxemburgo e Holanda.

A necessária decisão faltava ! Nem Gamelin, nem Gort, nem Corap. podiam reunir a indispensavel força de vontade para dizer: "Aqui, no terreno escolhido por mim, no tempo determinado por mim, sob condições impostas ao inimigo por mim, uma batalha será travada, a qual decidirá a sorte da Europa para os próximos mil anos". O resultado foi que Hitler o disse. Por 20 anos o Estado Maior das democracias tinha elevado aos pináculos do ridiculo o estridente "Attaquez" de Foch. Por 20 anos havia sido ensinado, na Inglaterra e na França, que ha qualquer cousa inherentemente errada a respeito de um ataque lançado na espectativa de uma vitoria decisiva, porque ele correria o risco de uma derrota decisiva. Os estrategistas britanicos, impregnados pela noção de "responsabilidade limitada" e a supremacia do poder maritimo, os táticos franceses que tinham relegado as idéias de De Gaulle para o limbo das concepções "visionárias", tinham todo concordado em que a antiga máxima "Dans l'amour et dans la guerre, toujours l'audace" estava errada. Resultou de tudo uma sorte de guerra na qual os generais recusavam-se a tomar a iniciati-

va, baldos da vontade de assumir a responsabilidade de ordenar um ataque.

Por isso a iniciativa, a móla mestra da vitória, passou ás mãos do inimigo.

---

Ha um ponto aqui que deve ser aclarado para todos os cidadãos americanos, porque a propria segurança da República está envolvida nele. Não é sómente o peso de metralha ou efetivos lançados contra um objetivo cuidadosamente escolhido, dentro de um plano igualmente cuidadoso que constitue a infalivel receita para a vitória.

Não basta apenas reunir u'a massa apropriada de tanques, bombardeiros, artilharia e infantaria e atira-la contra o centro ou flanco do inimigo, afim de ganhar uma batalha de 1.<sup>a</sup> classe. Em outras palavras, a estratégia é alguma cousa mais do que a simples aplicação da força e mesmo tática é mais do que mecânica aplicada. Manda a verdade que se diga que os fermanicos, desde os dias de Frederico o Grande até Hitler pensam assim e devem as suas vitórias á inabalavel devoção a este conceito. Já Foch dizia que "A arte da guerra não consiste em arremessar-se contra o inimigo como um touro cego". Nem consiste, acrescentamos nós, em construir uma linha de trincheiras, com ou sem concreto e embazamentos de aço e decidir manter-se nela a todo o custo. Na defesa, como no ataque, as 3 variaveis estratégicas, tempo, espaço e força devem ser ainda corretamente combinadas. E' facil para um general o "mantenham-se", "Eles não passarão", como Pétain disse em Verdun ou apelar para cada soldado para "morrer antes que ceder uma polegada", como Weygand disse em Sedan. Po-rem, em tais casos, toda a iniciativa passa ás mãos do inimigo e a arte do comando torna-se pouco mais do que uma questão de transporte de munições e de ordens ás reservas. Si a linha mantem-se, como se manteve em Verdun, ou quebra-se, como se quebrou em Sedan, depnde das qualidades nativas de

uma raça, daquele indefinível imponderável da guerra chamado "moral". Porem, ganhas ou perdidas, tais batalhas, chamadas "batalha de soldado", com a sua inutil carnificina, constituem a mais grave acusação que pode ser formulada contra a arte do comando. E foi aqui que o "comando" das democracias fracassou em 1940 e 1941, debaixo das "Panzer" de Hitler. Devido a uma concentração excessiva sobre funções puramente de Estado Maior, tinha havido, na França e na Inglaterra, uma tendência para submergir o comando no trabalho de seu Estado Maior. Ninguem negará que qualquer comandante digno do nome não dependa de seu E. M. Porem ha uma carga que ele deve sempre carregar decisão. E é nisto que a estratégia franceza e ingleza tem "fracassado na atual guerra. Os planos mais cuidadosamente preparados, feitos pelos mais eficientes Estados Maiores, não fornecem uma solução para o problema apresentado por um inimigo agressivo e altamente movel. Do que se necessita é de uma decisão que encare os elementos essenciais da situação. Porém, atolado em planos que não mais correspondiam ás realidades do momento, cego e estorvado pela corrida precipitada dos acontecimentos, que os E. M., por falta de tempo, não podiam acompanhar, o Alto Comando aliado abdica.

Os exércitos de Gamelin e Gort são tangidos como carneiros. Depois de citar Napoleão, que não se apegava a planos de operações, embora os previsse, Kerman exclama: pois depois de todas as disposições táticas prontas, depois da munição ter sido reunida e o horario do combate distribuido, a vitória é ainda o fruto de u'a manobra executada "durante o curso de uma batalha", manobra que, possivelmente, não pode ser encarada até que o inimigo seja encontrado e ainda aqui, não será o resultado de um plano preconcebido. Se como diz Foch, "a chave da vitoria está pendurada na tenda do comando", é porque somente ele é capaz de reunir, com uma decisão fecunda, todos os desenvolvimentos de uma situação que, depois de tomado o contáto, está destinada a sofrer radi-

cal mudança. Porem os generais franceses e ingleses não tinham sido instruídos nesta escola. E' infantil procurar as razões de Dunquerque e de Sedan nos erros dos ministros ingleses ou na disputa dos politicos franceses. As derrotas aliadas eram derrotas militares e não políticas ou económicas. Depois de examinar homens e fatos que intervieram nessas derrotas, Kerman afirma: si nações podem ser assim tão facilmente destruidas na guerra moderna, é já tempo de aprendermos alguma cousa a respeito disso. Tiremos um lição. Não nos deixemos afundar na mentalidade do Estado Maior complicado, adstrito a planos preconcebidos, buscando a vitória somente em previsões, incapaz de tomar riscos e que se recusa a avançar até que todo o perigo esteja removido.

A vitória precisa antes de tudo de um Chefe, de um Chefe que encare o seu E. M. não como uma camisa de força, porém, como um instrumento que não lhe estorva e o poder de vontade para tomar decisões.



disposição, para o trabalho, memória  
prontamente alerta, são coisas im-  
possíveis quando não se têm re-  
guladas as funções digestivas.

O "Sal de Fructa" ENO é o regu-  
lador ideal do sistema intestinal.

Não sendo em vidros, não é  
"Sal de Fructa".

# **ENO**

**"SAL DE FRUCTA"**



LIVROS À VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

	Cr\$
Breviário do Recruta — Cap. Frederico Trotta .....	5,00
Cartilha da Mocidade — Cap. Micaldas Corrêa (*) ...	6,00
Caderneta de Ordens e Partes .....	11,00
Caderneta de Ordens e Partes (blocos) .....	3,00
Caderneta de Campanha do Cap. — Cap. Nelson Boiteux	13,00
Comandar — Major Niso Viana Montezuma .....	7,00
Concepção do Vitória entre os Q. Generais — Capitão F. Mindelo .....	21,00
Coletânea de Leis e Decretos 1544 a 1938 — Major Beneto Lisboa .....	13,00
Contribuição da Guerra Brasil B. Ayres — Gen. Bertoldo Klinger (*) .....	13,00
Código de Justiça Militar — Ten. Cel. José Faustino da Silva .....	27,00
Dispersão do Tiro — Ten. Cel. Arnaldo Morgado da Hora .....	12,00
Do Brasil à Itália — Gen. Newton Braga .....	8,00
Educação Física Militar — Maj. Gutemberg Ayres de Miranda .....	10,00
Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos	3,00

(\*) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I.  
"A Defesa Nacional".

# Em Torno da Defesa de Porto

Major NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

Colocado em seus devidos termos, o problema da defesa de portos nada mais é do que um caso particular da defesa costeira, porém, considerando em menor escala e no qual, feita a devida transposição dos parâmetros, ou melhor, "Mutatis mutantis", como diziam os latinos antigamente, representa no amplo quadro da defesa litoral, papel semelhante ao de um quarteirão no âmbito de um setor ou sub-setor, quando se considera o *escalonamento* das diferentes zonas de ação em que se reparte uma determinada área de terreno que se quer defender. Mas, se considerar a questão do ponto de vista *meios*, a defesa é bem profunda, pois, o quarteirão é apenas o nome que toma a zona de ação atribuída na defensiva a um batalhão com seus elementos orgânicos, ou reforçados, ao passo que a expressão defesa de porto designa, em sua máxima amplitude, o conjunto de medidas que se tomam desde o tempo de paz, para a vigilância e defesa não só de cada porto, considerado de per si, mas ainda das suas utilidades e áreas adjacentes.

A extensão da zona a defender em determinado porto é função de vários fatores. Apesar do progresso atingido pelos meios de defesa modernos, o par dos constantes aperfeiçoamentos introduzidos na indústria bélica, as possibilidades dos desembarques aumentam dia a dia, não sendo aconselhável fixar uma zona muito extensa. Mesmo que os meios sejam reforçados, as dificuldades para o comando aumentam na razão direta da largura das frentes e isso por várias razões fáceis de perceber. Em primeiro plano, avulta a questão das ligações e transmissões, que constituem a chave de toda e qualquer ação

de comando. Quanto maior for a frente a defender, tanto mais complexas se vão tornando as ligações e, em função destas, aumentam as complicações em torno dos meios de transmissões a utilizar. Além dessas questões, ligadas à necessidade de facilitar o exercício de comando, seja qual for o escalão considerado, há que ver, também, o problema dos reabastecimentos e transportes. E, para culminar nisso tudo, aparece, por fim, o problema das reservas, que não pode ser desprezado em nenhuma situação, quer ofensiva, quer defensiva. O emprego das reservas depende, entre outras coisas, de dois fatores: o de sua localização adequada e o de sua chegada oportunamente ao lugar em que essa mesma reserva deve agir. Ora, como é fácil de conhecer, o problema do emprego das reservas torna-se cada vez mais delicado com o aumento das frentes de combate, a menos que se disponham de vias de comunicações abundantes, convergindo diretamente para os pontos mais importantes da frente e que os meios de transporte existentes sejam de tal ordem e em tão grande número, que tornem fácil a chegada oportunamente das já aludidas reservas aos pontos convenientes.

Além disso, impõe-se, também, outra consideração, a de que não é possível ser igualmente forte em toda a frente que comprehende o porto, suas praias e áreas adjacentes. Então, é preciso encarar a questão de modo a ter partes que, pela sua importância, sejam bem defendidas e outras apenas guardadas, deixando o resto da zona que constitue o porto sob o regime de mera vigilância, mas vigilância ativa e permanente.

A defesa de um determinado porto é atribuída a um chefe designado comandante do porto e que coordena todos os meios postos à sua disposição para esse fim. Ao assumir essa importante função, seu primeiro cuidado deve consistir em compreender-se nitidamente da missão que lhe cabe, afim de poder cumprí-la como é preciso.

O melhor caminho para um chefe compenetrar-se de sua missão, consiste em analisá-la a fundo, sob o ponto de vista objetivo e de acordo com as diferentes hipóteses que cada caso particular pode admitir. Interpretada convenientemente a

missão, é feito após o estudo do inimigo, encarando-se suas possibilidades reais de desembarque, de ataques aéreos e capacidade de manobra, procurando tudo prevê para que êle, inimigo, não consiga pôr o pé em terra.

Concluído o exame do inimigo, o chefe estuda o terreno, para fixar quais os pontos mais favoraveis não só à defesa, mas ainda a um ataque vindo do mar e coroado por possivel desembarque. Finalmente, passa a balancear os meios de que dispõe, máu grado a superioridade que o inimigo possa oferecer-lhe para impedir o cumprimento da missão.

Uma idéia que deve ficar bem frisada e bem sedimentada no sub-consciente de qualquer chefe encarregado da defesa de um porto, é a de que não pode haver a idéia preconcebida de recuo ou rendição. Sendo um porto um ponto vital do território atacado e que contém valiosas utilidades, todos os esforços devem ser feitos para não entregá-lo ao inimigo.

Mas para isso, é necessário que o comandante de porto disponha de todos os meios indispensáveis ao cumprimento da missão, pois, com abundantes recursos e a idéia de defesa a todo custo, não será difícil impedir que o inimigo mesmo bem equipado, efetue uma operação de desembarque com êxito.

O que pode acontecer é o porto ser atacado, para fins de neutralização, enquanto outros orgãos operam o desembarque em pontos próximos, como uma praia ou enseada. Daí, a necessidade de estudar e conhecer todos estes pontos favoráveis aos desembarques, afim de estabelecer, para cada um, o plano de defesa conveniente e adequado.

Dada a importancia que apresenta, o comando de um porto é quasi sempre entregue a um oficial general. Para auxiliá-lo nessa delicada tarefa, é constituido um E. M., que não deve ser muito volumoso, pois o comandante do porto é, na maioria das vezes, subordinado a um comando territorial, superior, que superintende todas as questões relativas ao território (transportes, recrutamento, requisições, etc.). Basta constar

apenas, nesse E. M., como orgão auxiliar do comando, o seguinte pessoal :

- oficial superior de E. M., chefe, (de preferência com o curso de artilharia de costa);
- duas secções de E. M., para as questões de operações, efetivos, informações, etc., com o número de adjuntos estritamente necessários ao funcionamento desse E. M. (mirim), que, dependendo de outro E. M., (assú), terá seus trabalhos muito aliviados.

O comando da defesa de porto não disporá de órgãos de *Serviços*, na verdadeira acepção que o vocábulo admite. Terá apenas representantes dos órgãos fornecedores de armamento, munições, material de transporte, etc.

Para o exercício da função, o comandante do porto dispõe de um Q. G., assás reduzido e destinado a atender às necessidades mais prementes da administração, dos serviços correntes e dos diversos reabastecimentos e transportes. Além deste Q. G., existe outro elemento, porém, com finalidade completamente distinta e que se chama “P. C. e P. O. de combate”, isto é, um orgão que dispõe de todos os elementos em pessoal e material para fins exclusivos de combate, devendo, por isso mesmo, ficar de todo alheio às questões burocráticas e do serviço corrente.

O P. C. e P. O., geralmente justapostos para facilitar o exercício do comando, são organizados desde o tempo de paz, de acordo com os requisitos mais modernos que regulam êsse momentooso assunto.

Feitas estas ligeiras considerações sobre os elementos de comando de um porto, vejamos agora a tropa encarregada da defesa e que, portanto, fica sob as ordens imediatas do Cmt. do porto.

Essa tropa é numerosa e constituída de muitos elementos, todos êles especializados em tarefas bem definidas e importan-  
tissimas. Em princípio, a tropa que constitue a defesa de um

porto é representada pelos elementos abaixo, pertencentes à artilharia de costa, propriamente dita, além de outros que citaremos à parte :

- unidades de artilharia de costa, fixas ou móveis, de diferentes calibres;
- postos de sondagem meteorologica;
- unidades de minas controldas;
- unidades de projetores;
- unidades de minas controladas;
- unidades de defesa contra agentes químicos;
- unidades de localização pelo som.

Além destes elementos especializados, o exército ainda emprega, na defesa de porto, todos os outros meios de que dispõe, dentro da área ou nas adjacencias dêste, meios esses constituidos de tropas de infantaria, cavalaria e engenharia, bem como da artilharia de campanha. Para coordenar o emprego destas tropas, é constituído um comando especial, denominado comando da tropa móvel do porto, subordinado ao comando deste e tendo por missão precipua :

- vigilância do litoral e do interior, compreendidos na zona de ação que lhe for destinada;
- atuação dentro desta mesma zona contra quaisquer tentativas de desembarque do inimigo (navais e aéreos), sobretudo nas praias que facilitem tais operações.

Essencialmente móveis, estas tropas são dotadas de meios de transportes bastante rápidos, ficando a localização delas na dependencia de sua atuação, dentro da área do porto em que se acharem.

Além do comando da tropa móvel, é organizado, também, o comando da tropa anti-aérea do porto, subordinado ao comando da defesa do porto e encarregado de coordenar o emprego

da artilharia anti-aérea e dos orgãos especializados na defesa passiva anti-aérea e dos orgãos especializados na defesa anti-aérea, dentro da zona de ação do porto.

Para completar o conjunto e desde que existam meios suficientes, são ainda organizados no porto os seguintes comandos :

- comando naval local;
- comando da força aérea local;

O comando naval local cuida das seguintes missões:

- defesa passiva submarina;
- minagem (1) e varredura;
- patrulhas marítimas;
- ataque.

O comando aéreo local tem a seu cargo as seguintes missões :

- vigilância e reconhecimento afastado;
- caça e bombardeio;
- observação e regulação do tiro.

Para que exista unidade de direção entre as fôrças aéreas, terrestres e navais, dentro de um porto, é lógico e intuitivo que exista um responsável para coordenar o emprego desses meios. Por sua vez, se o porto estiver incluído dentro de um setor ou sub-setor, é também intuitivo, curial e lógico, que o comando dos orgãos de defesa do porto seja subordinado ao comando do setor ou sub-setor onde se acha incluído.

Todos os comandos, acima enumerados, são entregues, desde o tempo de paz, a chefes bem conhecedores dos problemas que lhes incumbem, pois, não se podem improvisar fun-

---

(1) — Sómente minas de contato, pois as controladas, como já se disse acima, são manejadas pelo exército.

ções complexas, onde entram em jogo meios tão variados e tão numerosos.

Outra, quando não se dispunha ainda de aeronáutica, o problema era mais simples. Mas, à proporção que a técnica evoluiu e os meios de combate se tornaram mais numerosos, o problema da organização destes comandos se tornou bem interessante, acarretando soluções mais complicadas de que em antanho, quando os combatentes não dispunham do material que existe hoje em dia. O problema do comando é um problema tático e de organização. Com o progresso atingido pelos meios de combate modernos, é muito difícil saber onde começa ou termina a tática, para se entrar puramente no domínio da organização.

Ambas estão de tal maneira ligadas, que uma não subsiste sem o concurso da outra. E' também mui certo que a tática evolue em função da organização. E só se pode adotar uma boa tática, depois de bem resolvidas todas as questões ligadas à organização.

E, dentre estas, avulta em primeiro plano a da organização dos comandos, sejam êles de que natureza forem.

Em muitos países, como nos Estados Unidos da América do Norte, os comandos dos principais portos, previstos desde o tempo de paz, são entregues ao exército, sendo esta, também, a tendência entre nós, visto ser o exército que dispõe de maior força para esse fim. A bem da verdade, diga-se que, no passado, os portuguezes não puderam cogitar devidamente desses problemas, pois, no início da colonização não existiam forças em número suficiente para guarnecerem o extenso litoral da colônia. Só depois da chegada de Tomé de Souza, é que começaram a cuidar da organização das tropas e milícias que aqui deviam servir e, assim mesmo, sem uma idéia de defesa bem concebida.

No entanto, já no tempo de Mem de Sá, os soldados lusos e os nativos tiveram ensejo de enfrentar os franceses que, ao mando de Villegaignon, aqui haviam aportado, com tensões de

se assenhorearem da formosa baía de Guanabara, excelente base de partida para se infiltrarem pelo resto do território de Arribóia. Graças ao patriotismo de Mem de Sá e dos seus leais servidores, a audaciosa empresa da França' Antartica não foi adiante.

Decorreram-se os anos e os cuidados pela segurança do imenso torrão não foram muito elogiáveis, do ponto de vista militar. Dulclerc e Duguay Trouyn, são outros tantos casos da desídia que então reinava. E não se diga que era justificável tal procedimento, pois a invasão dos holandeses, ao norte, já devia ter trazido farta messe de ensinamentos. Datam mais ou menos dessa época, as construções das fortificações portuguesas ao longo do litoral, principalmente à entrada de alguns portos, como os da Bahia, do Nordeste e do Rio de Janeiro, mas isso não era suficiente, pois não se cuidava de adoptar um dispositivo de tropas capaz de atender à eventualidade de um desembarque, fóra do alcance dos fogos destas fortificações.

Méro pirata, ao mando de Luiz XIV, a façanha de Dulclerc ainda hoje nos deixa estupefatos. Como relatam as crônicas da época, esse famoso corsário tentou primeiro forçar a entrada da barra do Rio, com uma pequena esquadra. Repelido, procurou abrigo na Ilha Grande, de cuja base lançou mais tarde, trinta dias depois, um desembarque de cerca de mil homens em Guaratiba. Esta força, agindo em combinação com a esquadra, poe-se em marcha sobre a capital entregue à indecisão de Francisco de Castro Moraes. Não fosse o patriotismo dos habitantes da cidade, auxiliados por alguns batalhões de milícias, por certo maior teria sido o labéo a pesar sobre os ombros do Governador de Moraes (2).

Desse incidente, vem mais ao caso assinalar a desídia dos responsáveis pela defesa da cidade, que, naquela época, já devia possuir um serviço de informações e vigilância devidamen-

(2) — Sobre a invasão de Dulclerc, veja-se o interessante documento publicado em o n.º 254 da Defesa Nacional.

te organizado, pois, a permanência de Duclerc na Ilha Grande, não constituia surpresa para ninguém. E o incidente não valeu de nada. Para vingar o massacre de Duclerc e seus asséclas, nova esquadra, ao mando de René Duguay Trouyn, fôrava a 12 de setembro de 1711, a barra do Rio, onde fundeou na antiga praia Grande, hoje Niterói.

Apesar de saber com antecedência dos preparativos e propósitos desta invasão, o mesmo Castro de Moraes não se portou à altura de seu posto, entregando à população ao saque do invasor. Para maior vergonha dos defensores da séde do governo, o comandante das fôrças navais que guardavam o porto, Gaspar da Costa Athayde, o "Maquinez", como era conhecido, assim que soube do desembarque dos franceses, mandou incendiar quasi todos os navios surtos no porto...

Aos curiosos da história pátria, chama hoje em dia a atenção o mapa existente nos arquivos, sobre a situação das fôrças francesas e coloniais, na tarde do azíago dia 12 de setembro de 1711. Nesse mapa, nenhum pormenor fôrâ esquecido. Nêle figura tudo, até a previsão de um campo para recebimento dos fujões, nas imediações da enseada do Cajú...

Aos indecisos defensores da opulenta baía de Guanabara, não se poderia escolher melhor esconderijo do que o local em que se ergue hoje a necrópole de São Francisco Xavier...

O mais interessante é que o corsario gaulês simulou com sua esquadra, mais numerosa do que a colonial, um ataque à Praia Grande, nas alturas da atual praia de Gragoatá e efetuou o ataque e depois o desembarque, isso tudo impunemente, pela ilha das Cobras. Ao menos, é o que se depreende do exame do mapa a que acima se fez menção.



Algum tempo depois de rabiscar estas notas, perguntei de mim para comigo: devo divulgar tal trabalho, tão corriqueiro e banal?

A pergunta não foi de pronto respondida e a consciência entrou em choque com o bom senso. Para não fatigar o espírito, deixei-a de lado e guardei minhas notas no arquivo.

No outro dia, relendo a incomparável obra do Exmo. Sr. Gen. Tasso Fragoso, encontrei resposta à pergunta que tanto me atormentava e a qual, com permissão do eminentíssimo mestre, transcrevo no final de meu esforço: "Praza aos Céus que êste meu modesto ensaio anime outros camaradas mais competentes a elaborar a solução definitiva do problema que enfrentei, em prol da instrução dos jovens oficiais e sem temor das minhas imperfeições!" (A Revolução Farroupilha - 1.835/45).

Rio, em 5 — I — 44.

---

*Um*  
**POSTO AVANÇADO**  
*em cada cidade ou vila*

**SHELL**

NÃO obstante todas as  
dificuldades causadas  
pela guerra, a Anglo-Mexican mantém as suas filiais e agências  
para a venda dos produtos SHELL de Norte ao Sul do país,  
cooperando e tudo fazendo no sentido de bem servir ao Governo  
e as indústrias nacionais.

**ANGLO - MEXICAN PETROLEUM CO. LTD.**

PRACA 15 DE NOVEMBRO, 10 - RIO DE JANEIRO — RUA DR. FALCÃO FILHO, 56-B. - SÃO PAULO

# SANTA BARBARA

(V.M. + 235)

*PADROEIRA DA ARTILHARIA*

*Aos artilheiros do Brasil, na pessoa do General  
Rego Barros, Diretor da Artilharia de Costa.*

*GEN. SILVEIRA DE MELO*

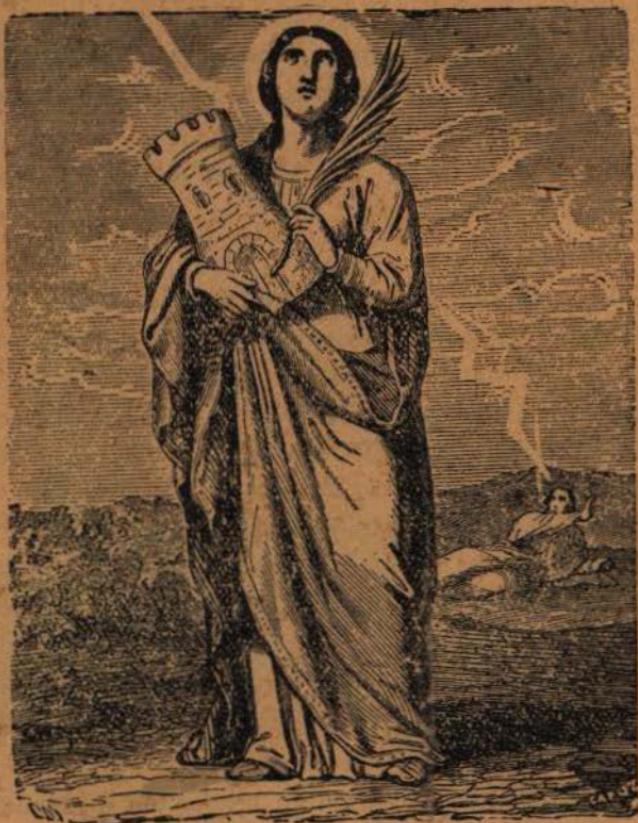
No decorrer dos três primeiros séculos houve lapsos em que amainavam as perseguições e os cristãos se aproveitavam desse desafôgo para alargar as fronteiras da fé. Uma trégua desse gênero ocorreu no reinado de Alexandre Severo (222-235), imperador magnânimo e amigo das letras. Multiplicava-se nesses dias o ardor do apostolado e a religião, como o fermento de que falara Jesus, expandia-se mais e mais pela bacia do Mediterrâneo. Mesmo assim os fieis eram forçados a agir com prudência, pois, ainda que as autoridades por vezes relaxassem o rigor das leis, os sectários dos ídolos, por conveniência ou rematado fanatismo, espreitavam os mais leves indícios da nova doutrina com o fim de denúnciar os seus adeptos.

O reinado do feroz Maximino reacendeu o facho das perseguições. Em todos os rincões do império o nome cristão figurava nos cartazes, como alvo de execração. Proscrito embora, esse nome subsistia e se propagava onde quer que um clarão de raciocínio iluminasse os motivos da fé. As próprias legiões romanas, que asseguravam a sanção das leis, se encarregavam de transportá-la, como tenuíssima semente carreada pelo vento, até os confins das províncias conquistadas.

A água romana que guardava o império, levava-a, invisível mas fecunda, debaixo de suas asas.

A Bitínia, encorporada ao império romano no segundo século antes de Cristo, participava da cultura greco-romana e

## A PADROEIRA DOS ARTILHEIROS



SANTA BÁRBARA, VIRGEM E MÁRTIR

do intenso comércio do Mar Negro e do Mediterrâneo que vinham ter à Nicomédia, sua Capital, e a Bisâncio, através dos Dardanelos e do Bósforo. A pregação do evangelho bem cedo chegou às suas terras, certo como os Apóstolos e seus primeiros discípulos visitaram toda a orla marítima da Ásia Menor

até o Bósforo. Parece mesmo, a Bitínia foi evangelizada por S. Pedro, e provavelmente visitada por ele duas vezes, uma antes de assentar sua sede em Antioquia, outra em escala para Roma, quando se transferia para a Capital do Império. Não ha negá-lo, essa província fez grandes progressos na fé sob a assistência imediata do Príncipe dos Apóstolos. Tal é o significado de sua Epistola enviada de Roma e endereçada nominalmente à Bitínia e a mais 4 províncias vizinhas. São Paulo incluiu a Bitínia no seu programa de apostolado. Atravessando a Frígia e a Galácia, tencionava seguir para a Bitínia, mas foi impedido de fazer essa viagem. Um macedônio apareceu-lhe em sonhos, rogando-lhe com instância, fôsse evangelizar os de sua terra (Atos. c. 16).

Foi em Nicomédia, hoje Izmit (Nota 1), capital da antiga Bitínia, que se desenrolou a vida e o estupendo martírio de *Santa Bárbara*, a Padroeira dos artilheiros. Esse acontecimento transcorreu entre os anos 235 e 240 de nossa era. Os autores, são muitos concisos no que concerne à vida desta heroína cristã e às circunstâncias de sua conversão ao cristianismo. Sabe-se melhormente dos episódios de seu martírio. Por isso mesmo procuramos dar sentido razoável ao que parece confuso e omissio.

Bárbara (Nota 2) era uma joven de rara formosura, filha única de um rico negociante chamado Dióscoro, homem voluntarioso em extremo. Cioso de que a filha não tivesse relações com algum rapaz, estranho aos quic êle pretendia para seu enlace, e, por outro lado, temendo ela viesse a sentir a influênciia do cristianismo, a que êle era mortalmente infenso, resolveu construir uma tôrre, do gênero das que se erguiam nas muralhas das cidades, e para aí transferiu sua filha. Fê-la vigiar por damas e pajens de confiança, sob alegação de que ela precisava de recolhimento para entregar-se aos estudos.

Dióscoro, ao que parece, não era um homem propriamente mau, senão ignorante e fanático; nem queria mal à filha; pelo contrário, a prova de que a estimava, mas a seu

modo, está no fato de seu zelo exacerbado por aquilo que êle supunha um bem: segregá-la do mundo para a premunir do convívio com jovens abaixo de sua condição e, ao mesmo tempo, isentá-la do conhecimento da doutrina do Nazareno, inimiga dos deuses e amiga de ilotas e escravos.

Bárbara, assim reclusa, afeiçoou-se às letras gregas e romanas e ao estudo das ciências, guiada por hábeis professores que seu pai contratara para a instruirem. Vendo a aplicação da filha aos livros e às lições, o pai exultou, dizendo: — enquanto tiver mestres com quem discutir e pergaminhos a ma-



nusear, não pensará em coisas de fora. E, para entreter o espírito da filha nas práticas do paganismo, que as imunisariam contra idéias estranhas, aparelhou-lhe um salão de recreio no qual figuravam telas e estátuas da mitologia grega e vistosas alegorias dos deuses e numes de sua genealogia. Com tais providências e precauções, Dióscoro preparou-se para uma viagem de negócios que projetava realizar pelas ilhas do mar Egeu. — Minha filha, pensou êle, ficará envolvida com os estudos, os domésticos a servirão com largueza e não a dei-

xarão transpor os murais da tosse. E, enomendando a filha aos deuses, partiu socegado.

No entretanto, o homem propõe, mas Deus é que dispõe. Bárbara entregou-se deveras às lições. O estudo aguçá a inteligência e, esta, acionada pela curiosidade — mãe da ciência, no dizer de Vieira — inquire mais e mais o porquê das coisas. Os tratados de Aristóteles, especialmente a sua Metafísica, despertaram em seu espírito a ânsia de indagação das origens do universo, da razão de ser do homem. Entre os mestres que Dióscoro escolhera para a filha, havia um, já velho, erudito em matéria de retórica, assunto muito do agrado da cultura do tempo. Ganhara foros de grande professor, sem apêgo ao salário, para assim poder provocar e debater, discretamente, vários temas e polêmicas de filosofia e de religião. Notando a vivacidade da discípula e seu espírito prescritor em busca da verdade, foi, a pouco e pouco, conduzindo-a à compreensão do "Deus desconhecido" e único, de que S. Paulo falara aos atenienses no Areópago. Perceberam que a donzela assimilava os raciocínios e aderia às conclusões do mestre, este, que outro não era senão um presbítero cristão disfarçado, lhe foi dispendo, passo a passo, para a leitura e exegese dos Evangelhos e das Epístolas.

Estava vencida a batalha travada pelo mestre e ganha mais uma alma de elite para Cristo. Bárbara, partindo de premissas irrefutáveis, e seguindo a análise rigorosa dos fatos e das idéias, chegava à convicção de verdades bem simples, que só escapam à consideração dos homens por falta de ligeiro exercício de meditação e de lógica: — Deus é o ser necessário, absoluto e uno; é a própria perfeição, e, mesmo sem muitos perceberem, é o ideal supremo das cogitações humanas: tudo o que existe é obra do seu poder e de sua sabedoria; os homens, os seres, os mundos só existem pela expressa vontade de Deus e tudo quanto realiza, realiza-o na forma de uma obra prima, para sua glória. Por isso mesmo, Deus submete tudo a leis admiráveis, leis cosmológicas para o governo do universo e leis morais para a conduta dos sérves pensantes.



*Estatua de Santa Bárbara de sua capela histórica — Fortaleza de Santa Cruz*

Bárbara examinou a seguir a história do transvio dos homens, desgarrados para as fábulas, e de como o próprio Filho de Deus teve de vir ao mundo reabrir o caminho da verdade e reacender nos corações a centelha do amor divino, obscurecido pelo pecado. Estudou a vida de Jesus, sua mansuetude e os seus ensinamentos lapidares. Reconheceu por fim, na instituição da Igreja, a perpetuação da presença invisível de Cristo, para assegurar, através dos séculos, a intangibilidade da fé à espécie humana.

Estavam assentadas as linhas mestras das verdades cristãs. A donzela deu-se pressa em declarar: As verdades morais não podem ficar no terreno de puras cogitações; são postulados inexoráveis que marcam o rumo e o destino das almas no sentido único da felicidade. Quem chega a tais convicções, como a descoberta de um tesouro, tem de explorá-las a fundo ou renunciar seus frutos deliciosos. E, se prontas foram as ilações, decidida e generosa foi a sua profissão de fé: — Sim, não é possível negá-lo. A própria contingência do meu ser proclama: venho de Deus, porque dêle procedo; sendo criatura de Deus, a Deus pertenço, como ao autor pertence a obra de suas mãos; logo, só posso ter um destino certo — e qual será esse destino? — não ha negá-lo, está no próprio Deus que me creou. Eis tudo.

Bárbara, assim instruída, recebeu jubilosamente o batismo. O Espírito Santo realizou nela aqueles efeitos da graça que se viram nos tempos apostólicos. A grande sala pagã foi transformada num cenáculo. Os cristãos de relêvo aí se vinham congregar, como se ossem espectadores de reuniões de arte, para ouvirem a palavra do presbítero e participarem dos mistérios eucarísticos. Afim de não suscitar estranheza, as estátuas dos deuses foram substituidas por outras representando motivos de arte. Os símbolos pagãos deram lugar ao simbolismo cristão daqueles tempos, tão usuais nas catacumbas de Roma, o “tau” grégo (?) em vez da cruz, o peixe figurado e escrito, traduzindo em grego o nome de Cristo, a videira, os feixes de trigo, etc.

Quando Dióscoro regressou, passado um ano, nada observou de momento nas alterações ornamentais por que passaram os aposentos de Bárbara, mas percebeu logo que sua filha estava uma donzela exuberante e gracil, em pleno vigor de seus vinte anos. Como havia previsto o noivo que lhe convinha, lembrou à filha já era tempo de dispor-se para o casamento. O homem que lhe destinara era da melhor linhagem e seria digno dela. A filha esquivou-se de mil modos, trazendo argumentos que enterneceram o coração de Dióscoro:



*Antiga capela de Santa Bárbara — Fortaleza de Santa Cruz*

— Tenho vinte anos, meu pai, e ainda posso esperar, dando mais tempo à minha formação intelectual. Vós, porém, estais velho e não podeis dispensar as atenções que exige a sua idade. Não penso em casar-me. Prefiro ficar em sua companhia.

O pai deixou-se vencer por essas razões de aféto e levou a filha para a residência da família. Bárbara procurou pôr nova ordem na casa, afastando dela os signos mitológicos e as estátuas pagãs, que ela chamava *bonecos*. Vindo, porém a perceber sensíveis mudanças em suas idéias, Dióscoro en-

trou a indagar do gênero de ocorrências que se haviam passado com a filha em sua ausência. Informaram-lhe dos ornatos que ela introduzira nos aposentos e das cenas ali representadas em certos dias com a presença de artistas trazidos pelos professores. O pai advertido então das transformações ali operadas e da esquivança da filha pelo casamento; por outro lado, temeroso de que a substituição das estátuas por símbolos estranhos lhe acarretasse a maldição dos deuses, increpou a filha por tais "irreverências". Tomado de indignação, à vista de tais mudanças, ameaçou-a para que explicasse o significado daquelas letras e daqueles sinais.

A filha tentou levá-lo às razões da fé, induzindo-o carinhosamente examinasse com ponderação os lineamentos da doutrina do Nazareno, requintada de verdade e de amor. O pai, supersticioso, apegado aos deuses e temendo as leis draconianas contra os cristãos; desconfiado ainda de que sua casa podia estar sob vigilância dos esbirros em consequência do procedimento da filha, arremeteu contra ela, tomado de um furor diabólico, no sentido de despedaçá-la para assim desagravar a injuria feita aos deuses e justificar-se perante as autoridades contra qualquer indício de conivência de sua parte.

A filha, conhecedora do gênio iracundo de seu pai e de desejando isentá-lo da inominável violência, que, em seu desvario, queria perpetrar, evadiu-se a correr para fóra dos muros da cidade, buscando um refúgio longe das vistas de Dióscoro. Este saiu ao seu encalço mas, prestes a alcançá-la, em grande bloco de pedra, despenha-se de uma encosta e fende-se entre ambos, cortando o impeto do perseguidor e pondo salvo a donzela, que, de tal sorte, se pôde refugiar numa gruta entre tufos de vegetação. Dióscoro, desnorteado por tal incidente, ainda mais se alucina. Faz uma devassa entre os moradores da região e um pastor leva-o ao esconderijo da filha, onde é encontrada genuflexa, em fervorosa oração. O pai, nudando em fúria o sentimento paterno, investe contra a filha, espanca-a e arrasta-a pelos cabelos até a casa. Tê-la-ia

morta aos empuchões se Deus não tivesse reservado demonstrações públicas do que vale a fé num corpo frágil.

Já então as autoridades se haviam dado conta das ocorrências. Dióscoro pressuroso de coonestar a sua conduta, leva-a amarrada ao governador, esperando vê-la renegar diante dos suplícios. O governador encantado por sua formosura e pela serenidade de suas respostas, manda que a desvencilhem das cordas e a deixem falar livremente. Exalta-lhe a beleza e o talento. Mostra as maravilhas que lhe poderão sorrir na vida se prestar obediência às ordens do Imperador, sacrificando aos deuses. A donzela falou então com tal convicção e eloquência da veracidade de um só Deus onipotente e misericordioso, em contraposição com a pluralidade caótica dos deuses pagãos, que desconcertou o auditório. Afirmou que as falsidades mitológicas não resistem ao menor esforço de análise. Concitou o governador a proceder a um inquerito judicioso da doutrina cristão e dos costumes de seus aderentes. Desarmar-se-ia diante de sua austeridade e veria esboçar-se a filosofia ridícula dos falsos deuses.

O governador e o povo que acorreu estavam pasmados da sabedoria e agilidade de raciocínio daquela jovem e da firmeza de sua convicção. A turba parecia inclinar-se à liberdade da heroína, mas o governador tinha presentes os sacerdotes dos ídolos e os editos imperiais. Estes lhe cairiam em cheio se pretendesse inocentar aquela donzela, inculpada de insurgir-se contra as leis. Fêz novo apelo à Bárbara, e, como esta perseverasse firmemente na fé, mandou aplicar-lhe o primeiro corretivo — terrível flagelação até o limite da resistência humana. Sangrando dêsse horrível suplício, foi envolta num manto de sedenho — verdadeiro cicício — e jogada em escura masmorra. Repudiada dos homens, ali lhe apareceu o Cristo. Consolou-a com indizível ternura, prometeu assistí-la durante os rápidos tormentos que ainda teria de padecer por seu amor e de recebê-la a seguir ao lado dos anjos no céu.

No dia seguinte a jovem foi levada ao tribunal para o julgamento definitivo. Surpreendeu-se o governador de vê-la esbelta e radiante, sem nenhum vestígio da flagelação e dos maus tratos anteriores. Exultou a princípio supondo que ela se houvesse tornado aos ídolos e deles recebesse, por assinalada mercê, a cura de suas chagas. A jovem, porém, respondeu com modéstia, mas impavidamente: — Senhor governador, como quereis que os ídolos, a quem chamais deuses, possam ter qualquer poder, se de si nada são e nada seriam, nem mesmo estátuas mudas, se não fossem arrancados pelos escultores da massa inerme dos metais e do marmore, de onde procedem. Prestais culto a objetos talhados a escopro, enquanto nós os cristãos adoramos em espírito o verdadeiro Deus, criador dos seres e dos mundos, o qual nos enviou seu Filho Jesus Cristo afim de tomar a nossa natureza decaída. Morto na cruz, como fiador de nossas culpas, reconciliou-nos com o Pai misericordioso, que reina nos céus e na terra, e, assim, nos fez participantes de sua gloria. Experimentai e vereis como o nosso Deus — único Deus verdadeiro — é compassivo e amável, não como os vossos deuses imaginários. Quem me curou foi o Cristo em pessoa que me visitou na prisão. Se conhecesseis as consolações e delícias de que me inundou a alma, certamente deixarieis os ídolos e experimentarieis os efeitos da bondade e do poder de nosso Deus. Ainda que me façais em pedaços pelo ferro ou leveis meu corpo ao fogo e às feras, em nada atingireis minha alma. Apenas apressareis, pela morte — sacrifício agradável ao meu Deus — a minha entrada triunfal no seu reinado eterno.

A assembléia ouvia estarrecida a serena confissão da heroína cristã. Nunca se vira espetáculo semelhante. Havia nas palavras e no semblante da jovem uma força misteriosa que atraia a simpatia de todos. E já muitos murmuravam: — É impossível negar que estamos em presença de uma influência sobrenatural. O Deus invocado por Bárbara não pode ser uma ficção. E' esse Deus ignorado que precisamos conhecer.

O governador teve de intervir com força. A continuação desse pleito punha em cheque a sua autoridade e podia degenerar em motim.

— Dilacerem essa jovem com unhas de ferro ! Quero mostrar-lhe quem valerá mais — o Cristo ou Cesar. Cheguen-lhe um tição ardente sobre os rins. Aqueçam as tenazes e arranquem-lhe os seios !

O povo contemplava, mudo de admiração e espanto, esse tremendo sacrifício. A jovem estava transfigurada. Iluminada por um tenuissimo facho de luz, parecia dialogar com uma pessoa invisivel:

— Senhor, aceitai, por meu sacrifício, se propague a vossa doutrina e o vosso amor. Sustentai, no entanto, a minha fraqueza. Possa eu dar testemunho de que sois o único Deus. Em vós ponho a minha confiança e ofereço por vosso amor a minha vida, como oferecestes a vossa ao Pai para salvar as almas.

Foi longo e cruciante o suplício da jovem. Todos percebiam que um poder invisivel a fortalecia e animava, de tal sorte que, ao invés de abismar-se nos sofrimentos, ela resplandecia em indizivel goso. O governador precisava saír-se daquelas perplexidades. Sendo inuteis as suas tentativas de dobrar a vontade energica daquela jovem, decidiu lavrar a sentença: — Seria degolada em público. Bárbara ouviu serenamente a condenação. Lembrando-se de que Jesus fôra crucificado sobre um monte, ergueu modestamente a voz e suplicou ao governador que a mandasse executar no cimo de uma colina, fora das portas da cidade, para assim ser mais semelhante ao Mestre.

Diz-se que Dióscoro, como que alucinado, pleiteara para si mesmo a execução da filha. E', porem, mais humano admitir que o próprio governador, de pura indústria, sugerisse ao pai aquele ato inominavel, não só para escarmento dos chefes de família, como para que ele lavasse as mãos, no sangue da filha, da suspeita de conivência que lhe atribuiam nos episódios desenrolados em sua casa.

Dióscoro vendo perdida a filha, e, sob os efeitos de terrível psicose, aceitou a inominável incumbência. A jovem foi conduzida, à frente de um cortejo, como o Cristo no caminho do Calvario, para o sítio indicado na crista de uma colina. Caminhava placidamente como se fosse levada para um triunfo. Seu coração estava inebriado de consolações. Irradiava de seu rosto angélica beleza. Seus olhos falavam com os céus e seus lábios moviam-se em preces fervorosas. Chegados ao cimo da colina, a jovem ajoelhou-se, elevou os olhos ao alto e repetiu a oração de S. Estevam — Senhor, não lhes imputeis este pecado! Inclinou a cabeça e o sabre impiedoso, que as próprias mãos paternas manejava, decapitou-a de um só golpe.

Houve um estremecimento geral. O povo começava a mover-se para descer as encostas da colina. Conturbados e perplexos da tragédia que vinham de presenciar, todos procuravam saír-se das dúvidas que esse acontecimento lhes suscitara. Eis senão quando estranha agitação se produziu nos ares, como se a natureza inteira protestasse contra aquela atrocidade. Mais rápido do que o pensamento, um relâmpago coruscou no horizonte e cortou os céus de meio a meio. Ribombou medonho trovão. A colina extremeceu. Os espectadores, mudos de espanto, contemplavam o epílogo tremendo dessa estranha tragédia. O parricida intentara a fuga diante do sínistro, mas fôra colhido em cheio pelo raio e jazia por terra fulminado, estrebuchando.

Assim encerrou-se de forma gloriosamente espetacular a vida desta heroína cristã. O corpo da santa martir foi guardado pelos fieis de Nicomédia e, depois dos séculos de perseguições, passou para uma igreja erigida em seu nome em Constantinopla. Em 991 estas preciosas relíquias foram oferecidas aos venezianos e em grande parte se conservam na igreja dos jesuitas em Veneza.

Pouca coisa sobreviveu da vida desta valorosa mártir. Naqueles ominosos tempos até a memória dos cristãos se procurava apagar da face da terra. Em tais circunstâncias não é de admirar que os escritos e testemunhos cristãos daquela recuada época se perdessem ou fossem consumidos. Mas o que o martirologio pôde conservar da morte desta joven é o bastante para se aquilatar de suas virtudes e de seu poder mediador junto de Deus. O seu martirio ocorreu a 4 de Dezenbro, provavelmente em 235, primeiro ano do reinado do cruel imperador Maximino.

O culto da Santa propagou-se rapidamente por toda a cristandade. Os fieis passaram a invocá-la contra as tempestades e os raios, especialmente os marinheiros e camponeses, mais sensíveis aos fenômenos atmosféricos. A Santa foi também constituída advogada de todos aqueles que desejam morrer na graça dos últimos sacramentos. Fiado nesta mercê, um seu devoto, na Holanda, em 1448, sendo envolvido num intendio e estando para sucumbir no meio das chamas, clamou pelo socorro da Santa. Esta lhe apareceu e assegurou-lhe que permaneceria com vida até que um sacerdote, por ela despertado no momento, lhe viesse ministrar a confissão e o viático. O fogo extinguiu-se de pronto e o pobre homem, com as carnes devoradas pelas chamas, conservou miraculosamente um sopro de vida, enquanto o padre, advertido do sinistro, correu a prestar-lhe a assistência religiosa.

*Iconografia da santa.* É figurada, em pintura, à encosta de uma colina, sobraçando à esquerda uma fortaleza antiga, tendo na mão direita uma palma. Ao fundo do quadro, no topo da colina, vê-se um homem fulminado por um raio, e, mais ao alto, no horizonte, relampagos em zigue-zagues cortando os ceus.

As estátuas apresentam a Santa sob diversas variantes da pintura, menos o fundo do painel que é omitido no relevo. Gosa de renome um tela da Santa, de autoria do pintor Van Eyck, do século XV, no museu de Envers.

*Devoção universal à excelsa heroína.* S. Bárbara é muito conhecida e venerada em todas as nações cristãs, por seu valioso amparo contra raios e tempestades. Também os gregos e russos, separados mais tarde da ortodoxia romana, conservam-lhe fervorosa devoção. E, como as mortes súbitas surgem de relance, inesperadamente, como os raios, S. Bárbara é invocada com fervor pelos que temem de morrer impenitentes.

*Santa Bárbara no catálogo dos Santos.* Santa Bárbara é única dêsse nome na onomástica dos Santos. Não tem homônima nos altares.

*Santa Bárbara, Padroeira dos artilheiros.* S. Bárbara era uma jovem estranha à vida militar. Seu pai era burguês. Por outro lado, no seu tempo, as armas de arremesso eram incipientes e movidas tão só pelo esforço mecânico, o arco, a funda, a catapulta. A pólvora, como força propulsória, veio a ser conhecida um milênio depois, nos começos do século XIV. Seu emprego balístico, para acionar peças de artilharia, — as bombardas e canhões primitivos, sómente verificou-se na defesa de Cambrai em 1339 e na batalha de Crecy em 1346. Foi enorme depois o surto dessa arma. Utilizadas as grandes peças sobre as barbetas das fortalezas, deu grande prestígio às praças fortes. Nessa época estavam em voga as ordens militares exaltando o espírito cavaleiresco dos homens de farda. Todas as corporações elegiam, como patróno, um santo de seu agrado, que houvesse pertencido à carreira das armas. Os artilheiros, como os cavaleirianos de S. Jorge, quizeram também um valente orago para a sua arma tronitroante. Nenhum varão, nenhum militar ilustre pareceu tão digno de escolha como a valorosa jovem Santa Bárbara. E a razão pareceu óbvia: era crença que a valorosa martir regula e modera a ação dos raios e tormentas, à semelhança dos artilheiros no manejo dos canhões e dos obuzes.

Santa Bárbara, Rainha dos artilheiros, é poderoso escudo contra os efeitos dos bombardeios e explosões. Todos

os soldados recorrem ao seu valimento para livrarse os bombas e granadas, que são os “rátios da guerra”.

Não poucos, no Brasil, são os testemunhos de veneração à insigne mártir. Seu nome vem inscrito na história e na geografia de nossa pátria. No litoral e nas fronteiras, onde se levantaram fortes para o domínio da terra, lá esteve conosco a Santa, oferecendo escudo às guarnições. E para gáudio dos artilheiros do Brasil, existe em nossa história uma ocorrência notável: bem à entrada da Guanabara, na parte fluminense, ergue-se altaneira, com seus paredões graníticos e suas casamatas seculares, a vetusta “Fortaleza de Santa Cruz”, sentinela da barra. Quem, sendo amigo ou camarada, penetrar nessa praça de guerra, poderá contemplar, no alto do terraço, entre duas barbetas do lado do mar, a velha *capelinha de Santa Bárbara*, erigida ali, pelos veteranos da artilharia, quase ao rés-vés da crista da muralha, nos antigos tempos colonais. É naquele pequeno templo, sobranceiro aos rátios e aos obuzes, que assenta o *P. C. da Rainha dos Artilheiros* do Brasil. Na belíssima estátua do altar-mór aparece triunfalmente a Santa, recostada a um antigo forte. Segura à direita a lâmina de um sabre e acalenta com a mão esquerda, de encontro ao coração, o cálice sagrado com as espécies eucarísticas. Assim disposta, a santa parece comandar aos artilheiros:

— Preparar a palamenta, que a vitória é nossa !

Inspirado no valimento da Santa, um de nossos mais brioso artilheiros, cristão de fé robusta, o Gen. Jorge Pinheiro, compôz a retumbante canção da arma tonitruante, que rebôa na garganta dos canhões:

— “Eu sou a poderosa Artilharia...”

*Oração dos artilheiros*

Santa Bárbara, corajosa mártir, alcançai-nos de Deus firmeza na fé, valor nos perigos, constância nas provações e nos trabalhos.

Sêde nosso escudo contra os raios, contra as bombas e as granadas. E não nos deixeis morrer subitamente, sem o auxílio dos sacramentos.



**NOTA 1 — NICOMÉDIA**, hoje Izmit dos turcos, foi fundada no século terceiro antes de Cristo, por Nicomédio I, rei da Bitinia, que aí erigiu a sua capital e nela introduziu a indústria e as artes do tempo. Foi incorporada um século mais tarde ao império romano, sob o reinado de Nicomédio III, neto de Prusias. Está situada no fundo do golfo de Astacus. Esta cidade notabilizou-se pelos seguintes acontecimentos: É berço do celebre Flavius Arianus (105 a. C.) que, a semelhança de Xenofonte, tornou-se ilustre guerreiro, historiador e homem de estado; Cesar, em sua mocidade, aí passou algum tempo na corte de Nicomédio III; Aníbal nela refugiou-se e morreu (183 a. C.); foi, em certo tempo, residência de Diocleciano, e, mais tarde, o imperador Constantino pensou ergí-la em capital do império.

**NOTA 2 —** O nome Bárbara vem do grego — “*barbaros*”, estrangeiro. Os gregos e romanos chamavam bárbaros os povos estranhos à sua civilização. Mais tarde as invasões dos germanos, a partir do século V, foram qualificadas pela nistoria como *Invasão dos Bárbaros*, principalmente em virtude das crueldades que praticaram sistematicamente nos países do sul da Europa, por eles massacrados. Também os maometanos do norte da África, pelas violências e atrocidades que cometiam no mar e em terra, foram tidos como bérberes ou bárbaros. Chamou-se Barbárie os países por eles ocupados.

Foi assim que este termo perdeu o seu sentido etimológico para vir a significar somente as ações que traduzem残酷dade.

Não obstante o sentido antipático que prevaleceu para esta expressão, é tal a influência exercida pela *Santa* que muitas famílias em todos os tempos, vencendo a antilogia desse nome, o inscreveram em sua genealogia. O Brasil conta muitos sítios, fazendas e localidades, batizados com o nome desta heroína cristã. "Santa Bárbara" é um antigo posto missioneiro do Rio Grande do Sul, hoje estação ferroviária e sede de Distrito, situada numa alta cochilha do divortium aquarum entre o Jacuí e o rio Uruguai. Bem assim nomeia-se a conhecida cidade mineira de *S. Bárbara*, berço de Afonso Pena. Maria Bárbara chamou-se a mãe dos Andradadas. É também grande ufania para nós recordar que o nome da Santa ilustrou com suas virtudes heróicas o nome de um valorosa patriota brasileira, exemplar padrão de esposa e mãe, que foi *Bárbara Heliodora*, mulher de Alvarenga Peixoto, mártir da Inconfidência.



# Abrigos em Galeria de Mina

Major PASTOR ALMEIDA

## I — GENERALIDADES.

Os abrigos-caverna ou em galeria de mina, constituem uma das categorias de abrigos, classificados quanto ao seu modo de construção.

Os abrigos caverna são, em geral, do tipo passivos e resistentes.

Oferecem, sobre os abrigos a céu aberto, a grande vantagem de exigirem um volume de material muito mais reduzido, perto de vinte vezes menos.

Em compensação, o tempo de construção é muito maior, pois a reduzida frente de trabalho, limita o numero de trabalhadores em ação.

Pode-se admitir, para os abrigos da mesma capacidade a céu aberto e em galeria de mina, a relação em tempo de 1 para 2 ou melhor para 3.

Os abrigos caverna oferecem ainda uma grande vantagem quanto ao disfarce.

Em quanto, os abrigos a céu aberto exigem a dissimulação de toda a camada cobridora, que se apresenta em relevo, os outros requerem sómente a dissimulação das entradas.

Durante a construção, uns e outros, exigem rigoroso disfarce do canteiro de trabalho.

Uma outra vantagem, considerável do abrigo caverna é a possibilidade de sua ocupação progressiva, com relativa segurança para os ocupantes.

Desde que alguns metros das entradas estejam consolidados, já se podem aí abrigar varios elementos.

Prosseguindo a construção e ligadas as entradas a uma parte do corpo, maior numero de combatentes ele comporta.

Continúa a construção do corpo do abrigo, pela execução dos nichos e novas entradas.

O seu maior inconveniente, quando a forma do terreno impõe uma grande profundidade ao corpo do abrigo, é a impossibilidade dos ocupantes atingirem, rapidamente, seus locais de combate, no caso de um ataque imediato.

Tal inconveniente chega mesmo a prescrever o emprego de tais abrigos, quando muito profundos, para as tropas das linhas de frente.

Afastado esse inconveniente e quando a vertente escolhida apresenta uma forte declividade, permitindo, com pequena extensão, atingir a necessária espessura da camada cobridora, os abrigos caverna apresentam particular interesse.

## II — ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DOS ABRIGOS.

Os abrigos caverna são constituídos em galerias subterrâneas, cavados na terra virgem.

Os abrigos caverna são garnecidos interiormente por um revestimento de tabuas, sustentado de distancia em distancia por um caixilho de madeira esquadriada, colocados com intervalos, cuja grandeza é variável com a resistencia a obter e nunca excede de um metro.

A essas galerias procura-se dar maior uniformidade, para facilitar a construção.

As mais comumente empregadas têm as seguintes dimensões :

- galeria maior: 1m.95 de altura por 2m.00 de largura;
- galeria comum: 1m.85 de altura por 1m.00 de largura;

Eventualmente, empregam-se :

- galeria comum alargada: 1m.95 × 1m.33;
- pequena galeria: 1m.30 × 1m.00.

Todas estas dimensões são tomadas na face interna.

Os caixilhos e o revestimento dessas galerias têm dimensões variaveis, conforme o vão, a saber :

Designação da galeria	Soleira cms.	Ombreira cms.	Verga cms.
Galeria maior . . . . .	17 × 14	17 × 17	17 × 24
Galeria comum alargada	15 × 11	15 × 15	15 × 18
Galeria comum . . . . .	13 × 10	13 × 13	13 × 16
Pequena galeria . . . . .	11 × 9	11 × 11	11 × 16

A galeria comum emprega-se, geralmente, nas entradas, que eventualmente, podem ser construídas em pequena galeria.

As galerias maior e alargada empregam-se no corpo do abrigo.

A primeira permite colocar camas transversalmente, ao comprimento do abrigo ou dispostos em duas fileiras longitudinais, separadas por um corredor central; as segundas, uma só, longitudinalmente.

O revestimento pode ser constituído de tabuas de 0m.035 a 0m.06 de espessura, conforme seja o vão de 0m.40 a 0m.90, de vão livre.

Ainda podem ser empregados nas entradas caixilhos de revestimento, constituídos por pranchões de 23 × 11 e 22 × 8 cms .

As figuras 1 e 2 dão uma idéa sobre a forma e dimensão das peças de um caixilho de revestimento.

Tais caixilhos só são preferíveis, aos caixilhos propriamente ditos, em casos particularíssimos.

Quando há falta de madeira esquadriada e abundância de pranchões, deve-se preferir os caixilhos revestimento, para substituir os caixilhos de galeria ordinária.

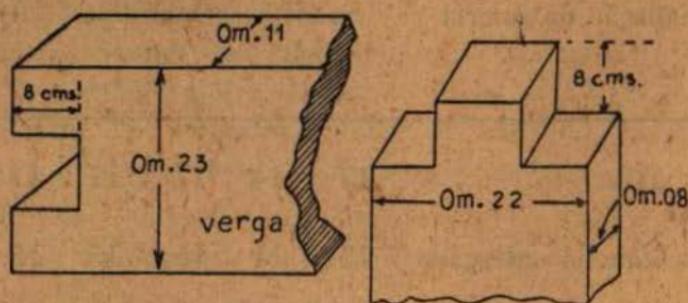


Fig. 1

Pelo que dissemos, podemos concluir que o abrigo é constituído de :

- *corpo*, com ou sem alvéolos;
- *entradas ou descidas*:
- *para circulação* — construídas, em geral, em galerias de mina ou galeria comum;
- *para fins especiais* — subida para observatórios e espaldões para metralhadoras, saída disfarçada para o caso de tomada das de circulação, saída do material, todas construídas em galerias e poços.

As entradas constituem a parte mais delicada do abrigo caverna.

Para que o abrigo satisfaça as condições, que lhe são exigidas, é necessário, antes, que as suas entradas as satisfaçam.

A maior dificuldade é dar as entradas, logo no seu inicio, a necessária resistência à camada de proteção.

Ao corpo do abrigo pôde-se dar maior profundidade, sem aumento considerável de material.

A camada de proteção é, em geral, constituída de terra virgem e só, raramente, se as reforça, com camadas de madeira.

Nas entradas esse reforço é frequente, utilizando-se, também, o concreto.

### III — ENTRADAS OU SAÍDAS.

#### 1 — *Condições a satisfazer.*

As entradas serão construídas :

- no caso de uma encosta escarpada: com declive muito fraco, de 0m.01 à 0m.05, por metro;
- em descida, isto é, em declive acentuado para o corpo do abrigo, de 1/1 à 2/3.

E' necessário especificar, desde já, que o emprego das galerias com fraco declive para o exterior é, sómente aplicável, nas seguintes condições :

- quando o terreno, no qual devem ser feitas as saídas, apresenta um corte, por exemplo: um talude ou uma declividade muito acentuada, superior a 45°;
- a natureza do terreno é tal, que a camada protetora atinge, muito rapidamente, o valôr exigido;
- o abrigo deve construir-se num terreno onde as águas subterrâneas, são tão abundantes, que o emprego dos meios de escoamento são insuficientes, e o mesmo só se pode realizar, pelas entradas.

Admitindo isto, vamos ver, sucessivamente, de que maneira os tipos de galerias satisfazem, as condições acima enumeradas :

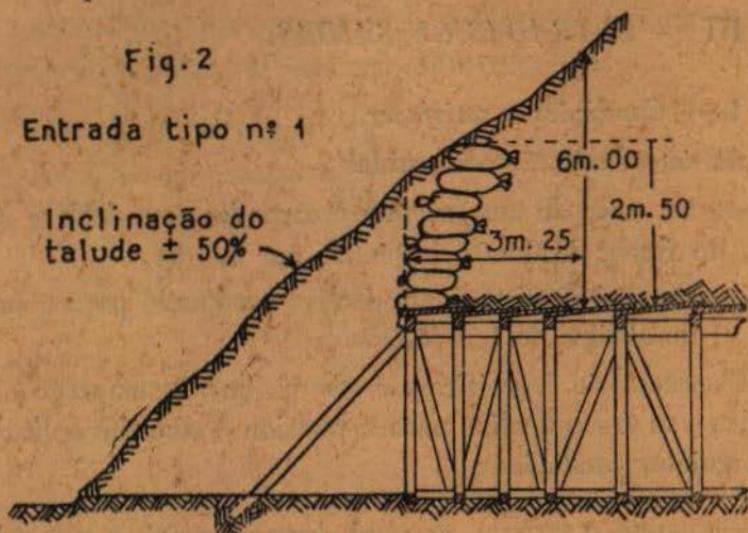
*Circulação.* — A circulação será, tanto mais fácil e rápida, quanto mais fraco fôr o declive da galeria. A topografia do terreno intervém, então, para a determinação do declive.

*Tipos de entrada.* — Adota-se, conforme o caso :

1 — o tipo de galeria, com fraco declive para o exterior, que, para facilitar, designaremos por tipo n.<sup>o</sup> 1, representado na fig. n.<sup>o</sup> 2;

Fig. 2

Entrada tipo n<sup>o</sup> 1



2 — o tipo de descida de  $2/3$ , ou tipo n.<sup>o</sup> 2, representado na fig. 3;

Madeira tosca

Para granadas

Fosso para granadas.

2/3

Entrada tipo n<sup>o</sup> 2

Fig. 3

3 — o tipo de declividade 1/1 ou tipo n.<sup>o</sup> 3, representado na fig. 4.

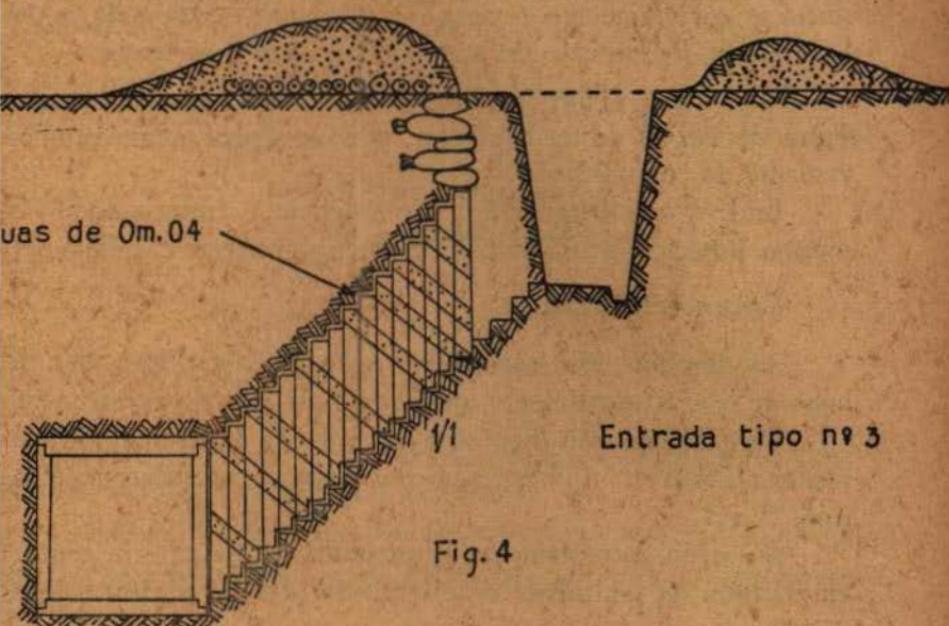


Fig. 4

Qualquer que seja o tipo empregado, a facilidade de circulação exige que a altura livre da galeria não seja inferior de 1m.95 a 2m.00, altura normal da galeria ordinaria ou comum.

Em terreno sensivelmente horizontal, ha vantagem em adoptar o tipo n.<sup>o</sup> 3.

Obtem-se assim, uma redução notável do desaterro e dos materiais destinados ao revestimento, além da diminuição da parte vulnerável das descidas.

Mas, quanto mais se acentúa o declive do terreno natural, mais rapidamente avultam as vantagens do emprego do tipo n.<sup>o</sup> 2, e em seguida, o do n.<sup>o</sup> 1.

Admite-se além disso, que o declive 1/1, é o declive limite, que se não deve exceder.

Com declives superiores obtem-se, muito rapidamente, a proteção necessária.

Reduz-se, neste caso, consideravelmente, o volume dos cortes e dos materiais de construção, mas a saída da galeria torna-se extremamente penosa, e, o ocupante tem toda a probabilidade, de em caso de ataque, ficar preso ao abrigo.

Procurar-se-á dar, no inicio da entrada, uma altura protetora de 1m.00 de terra virgem, por um aprofundamento conveniente da comunicação.

Emfim, aumentar-se-á a resistencia, aproximando ou mesmo justapondo os quatro ou cinco primeiros caixilhos.

### *Contraventamento.*

As descidas são revestidas, quer por caixilhos, com tabuas de céu e revestimento, quer por caixilhos de revestimento.

Os caixilhos são dispostos, em relação á descida, verticalmente no tipo n.<sup>o</sup> 1; verticalmente ou perpendicularmente nos tipos 2 e 3.

A secção correntemente empregada é a da galeria comum, em virtude da facilidade de circulação, que dá a altura desses caixilhos.

Vejamos o modo de fazer o contraventamento nos diferentes tipos de descidas:

*Tipo n.o 1* — A resistencia aos esforços longitudinais, provenientes do empuxo das terras ou da ação das granadas, será obtida colocando-se, entre os caixilhos, contraventos horizontais, superiores e inferiores, que se apoiem, respectivamente e ao mesmo tempo, nas sambladuras: *verga-ombreira* e *ombreira-soleira*.

Escoram-se, em seguida, todos os caixilhos da galeria, sómente um certo número, até a espessura da camada protetora apresentar o mínimo de segurança necessária.

As escoras apoiam-se, de um lado, diretamente nas ombreiras, na sua parte superior ou inferior, e, do outro lado, sobre as vergas ou soleiras, por intermedio dos contraventos.

O escoramento deve ser feito sem prejudicar os elementos de meio pranchão, de 0m.027, pregados sobre as ombreiras dos caixilhos, como prevê o Regulamento de Minas.

A resistencia aos esforços transversais se obterá pela perfeição das sambladuras e pela colocação de quatro escoras, pregadas sobre a verga e as ombreiras, como mostra a figura 5.

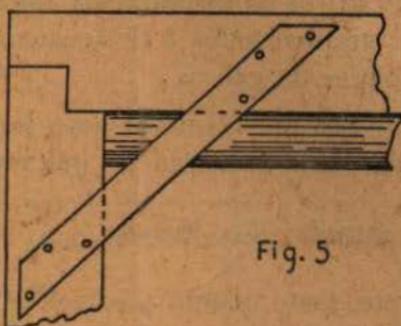


Fig. 5

Podem substituir-se as escoras por grampos de uma face, fixados sobre as ombreiras e as vergas.

Póde-se, também, de preferencia, fixar sobre as ombreiras e vergas um esquadro de ferro, para o qual se preparou e entalhe, fig. 6.

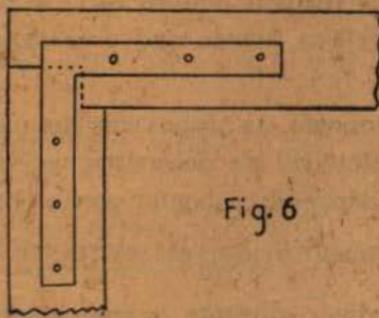


Fig. 6

Este contravento transversal não é exclusivo ao tipo n.º 1; convém, também, aos tipos n.º 2 e 3.

Em resumo, dando-se ao contravento a importancia que ele merece, pôdem empregar-se, indiferentemente, nas descidas, caixilhos propriamente ditos, quer no sentido vertical quer no normal.

Mas, quer seja este para entradas do tipo n.º 1, para as descidas ou para as galerias do corpo do abrigo, é preciso ter

a máxima atenção com as encomendas dos diferentes elementos do caixilhos.

Estas sambladuras devem ser bem feitas; todo espaço é cheio por meio de calços de madeira, na falta dos quais se expõem aquelas á cisalhamentos e deslocamentos, que podem comprometer a solidez da galeria.

Em resumo, o contraventamento deve ser feito com o máximo cuidado e dar-lhe a importancia que merece.

### *Defesa das entradas dos abrigos.*

E' preciso que, tanto quanto possível, a defesa se exerça, desde logo, por meio dos orgãos de flanqueamento exteriores, interdizando a aproximação das entradas.

Mas acontecerá, muitas vezes, que estes orgãos, não serão estabelecidos por uma razão ou por outra, devendo a guarnição do abrigo achar-se reduzida aos seus proprios recursos.

Se o inimigo chegar diante das entradas do abrigo antes que os defensores tenham podido sair, a situação destes ultimos tornar-se-á critica, desde que o assaltante ataque as saídas á granada.

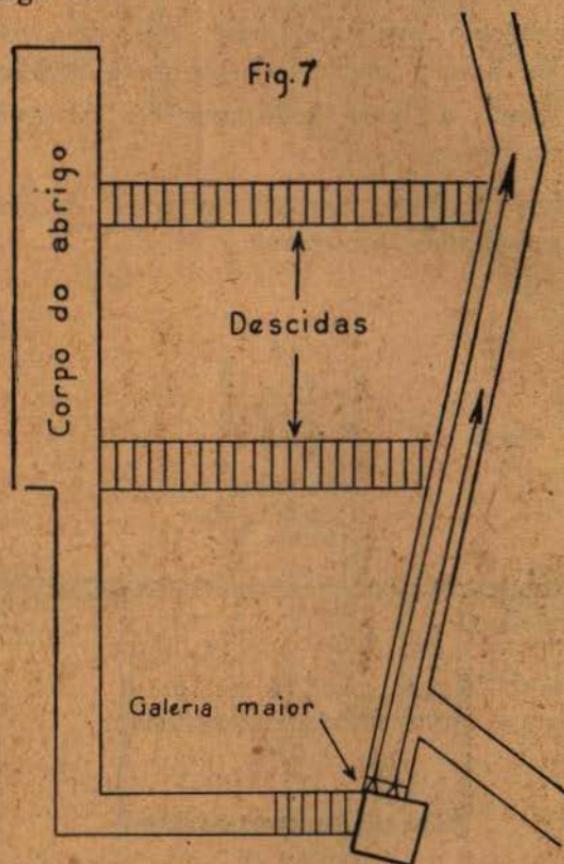
Se, neste momento, as tropas amigas não desencadeam um contra-ataque, suscetivel de desocupar as vizinhanças do abrigo, a guarnição não poderá contar senão consigo mesma.

Então, é necessário que ela esteja em condições de:

- a) — interdizer, durante o maior tempo possível, as vizinhanças das entradas;
- b) — impedir ao inimigo, de penetrar nas galerias, se ele chegar até as vizinhanças;
- c) — anular, pelo menos em parte , os efeitos das granadas;
- d) — enfim, desencadear um contra-ataque com uma parte de seu efetivo. A defesa deverá ser ao mesmo tempo: *exterior e interior*.

A exterior será obtida :

- a) — Creando-se, nas vizinhanças imediatas das entradas, pôstos que, enquadrando as normais, permitam realizar tiros de barragem, com granadas ou fuzis, fig. 7.



Semelhante posto poderá consistir no travéz-blockhauss, isto é, um travéz que se substituiu por um blockhauss, munido de seteiras para o tiro.

O blockhauss pode comunicar-se com o abrigo por uma descida especial, fig. 8.

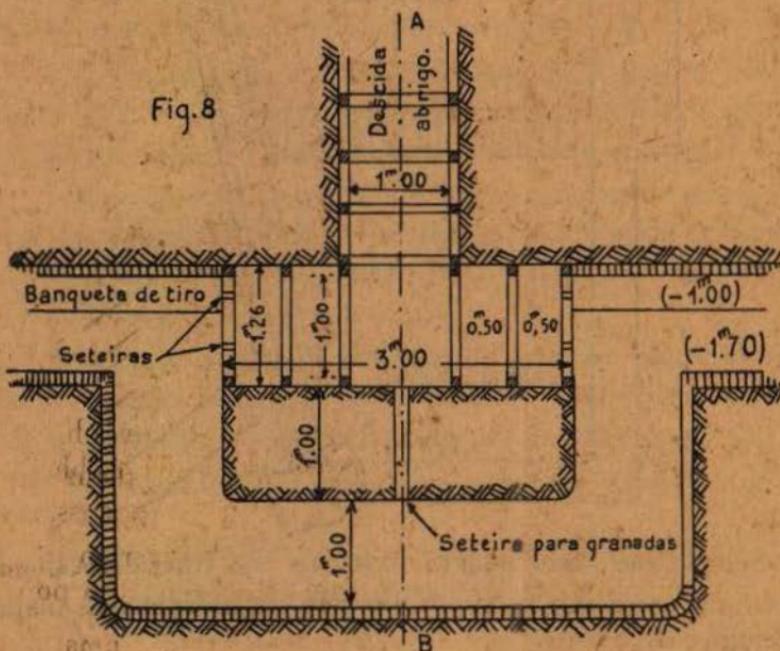
- b) — Construindo-se uma galeria, com uma entrada suplementar, desembocando no campo do lado oposto as outras entradas.

A entrada suplementar, com acesso dissimulado ás vistas do inimigo, permitirá aos ocupantes do abrigo escapar-se ou realizar um contra-ataque.

A defesa interior poderá ser feita, estabelecendo-se, a dois ou tres metros das entradas uma forte grade, para granadas, suficientemente inclinada, para que, uma vez detida a granada deslide para o interior de um fosso situado na extremidade da grade, a figura 3, dá uma idéa da grade, da sua colocação e do fosso.

As figuras 8 e 9 nos mostram o modo de construir um blockhauss, substituindo um travez.

Fig. 8



Foram utilizados, na sua construção, caixilhos de galeria ordinaria e duas camadas de trilhos para assegurar a necessária proteção, contra os tiros da artilharia inimiga.

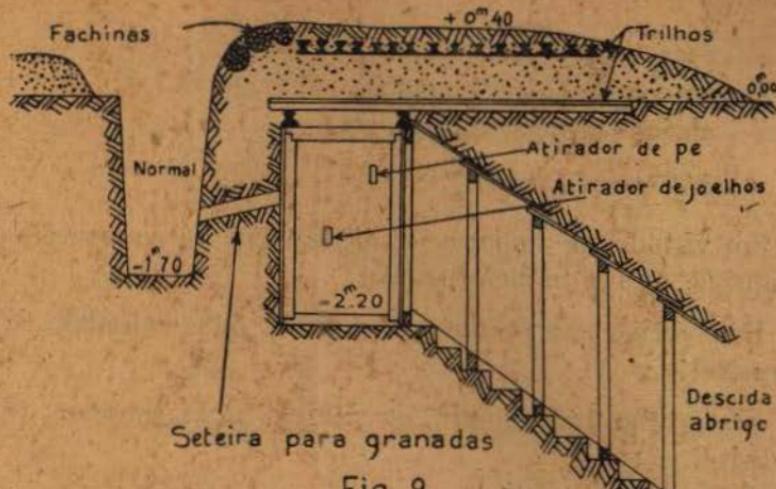


Fig. 9

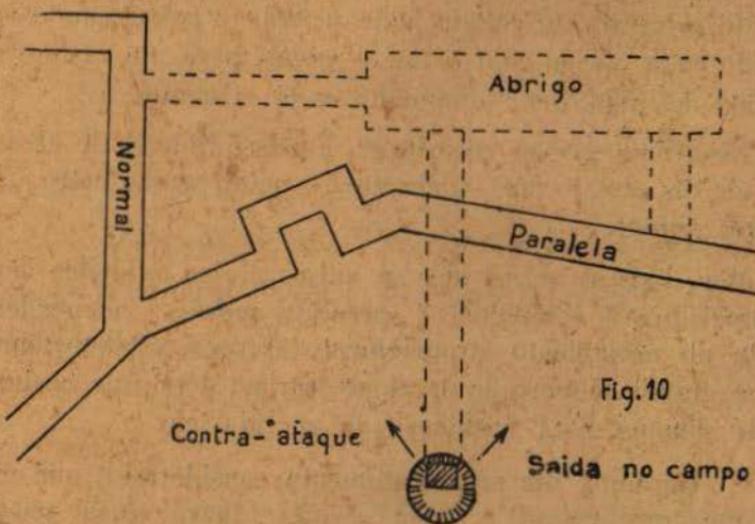


Fig. 10

#### IV — CORPO DO ABRIGO.

Sabemos que o destino do abrigo á construir é, quasi sempre, fixado, à priori, pelo comando.

Consoante o destino, pôde estabelecer-se, para os abrigos a seguinte classificação:

- abrigos para tropa;
- para póstos de comando (P.C.);

- para pôstos de socorro (P.S.);
- para pôstos de observação (P.O.);
- abrigos para metralhadoras.

*Abrigos para a tropa.*

Em virtude da importancia do trabalho de construção de um abrigo, será o de meio pelotão.

Esse abrigo terá sempre, no mínimo, duas entradas; tres si possivel.

Esse abrigo terá sempre, no mínimo, duas entradas; tres, si possivel.

Partindo deste principio construir-se-ão abrigos para pelotões e companhias, operando progressivamente, isto é, ligando entre si, abrigos de meio pelotão e pelotão, quer construindo cada abrigo com todas as peças, para um destino claramente definido, quer adaptando os já existentes.

Na ultima guerra encarou-se, a possibilidade de crear-se verdadeiros alojamentos subterraneos, pela reunião entre si, de abrigos duplos.

Mas, tod's as vezes, que se quiser alojar unidades iguais ou superiores á comphnia, é preciso prevêr, independentemente do alojamento propriamente dito, o estabelecimento de um grande numero de peças acessorias: depósitos, cosinhas, locais comuns, etc., instalação de energia, etc.

E', portanto, um empreendimento consideravel, que mencionamos unicamente, e, para o qual faltará, quásí sempre, tempo, trabalhadores e material.

Em definitivo, os abrigos que se terão, frequentemente, de construir serão os para meio pelotão.

De uma maneira geral, o alojamento poderá ser constituído por uma galeria transversal, ligando as entradas; por esta galeria se farão as comunicações interiores e dela partirão os alveólos ou nichos, destinados ao alojamento do pessoal ou dos serviços que aí se instalarão.

# SERVIÇO de REEMBOLSO POSTAL

---

EDUCAÇÃO FÍSICA

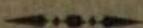
A DEFESA NACIONAL, visando facilitar aos seus sócios e assinantes a aquisição de livros — militares ou não — à venda nas livrarias do Rio de Janeiro, introduziu, na sua Secção de Publicações, o serviço de ENTREGAS DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO.

Os livros solicitados serão remetidos mediante o simples pedido, e o pagamento feito na agência postal da localidade onde se encontra o destinatário, na ocasião da encomenda.

As despesas relativas ao SERVIÇO POSTAL DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO, serão incluídas no valor do pedido.

A toda encomenda acompanhará a fatura respectiva.

Para facilidade do serviço, os pedidos devem ser feitos nesta ficha.



ESTAMPA FOTOGRÁFICA

*Este número publica a relação dos livros à venda na Secção de Publicações de A DEFESA NACIONAL.*

*Em* ..... / ..... / .....

*Sr. Diretor de Publicações*

**de "A DEFESA NACIONAL"**

CAIXA POSTAL 32  
Ministério da Guerra  
RIO DE JANEIRO

*Solicito enviar-me, pelo SERVIÇO DE REEM-  
BOLSO POSTAL, os seguintes livros:*

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

*Nome* .....

*Unidade ou rua* .....

*Cidade* .....

*Estado* .....

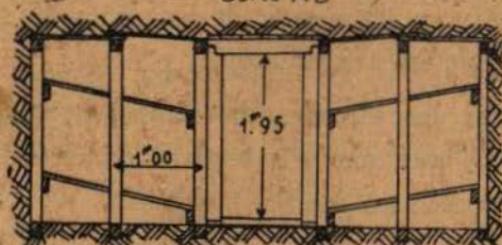
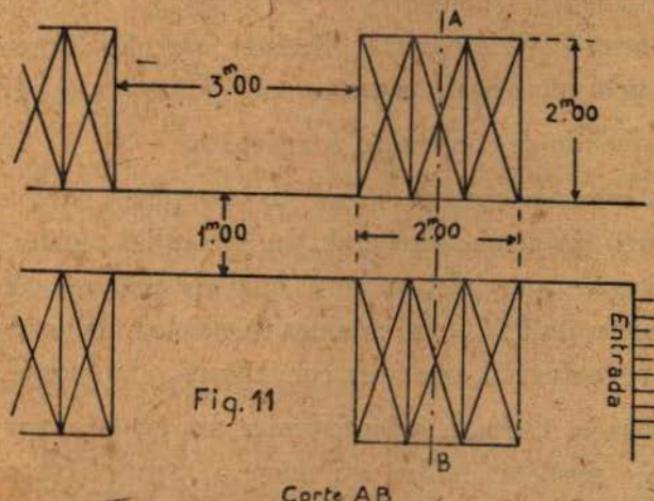
O sistema de alveólos tem a grande vantagem de permitir uma primeira ocupação provisória do abrigo, porque a galeria transversal não será tão comprida, podendo os vários alveólos serem iniciados simultaneamente, por diferentes turmas.

Pode-se construir o corpo do abrigo em galeria maior, em galeria comum alargada ou galeria comum.

O tipo adotado, de preferência aos outros, é o em galeria maior, porque facilita a habitação.

Permite, também, estabelecer o contraventamento transversal do caixilho, por si mesmo, o que aumenta, consideravelmente, sua capacidade de suporte às forças exteriores.

As figuras 11 e 12 dão um tipo de abrigo feito com galeria comum e nichos duplos em galeria maior, com camas duplas, chamado, também, *abrigo duplo*.



*Posto de comando*

Constróem-se pôstos de comando de:

- companhia;
- batalhão;
- regimento;
- brigada;
- divisão, e mesmo
- exército.

O P. C. de companhia não é, comumente, distinto do abrigo que recebe o pelotão de reforço.

Em geral, reservam-se no abrigo do pelotão de reforço, duas ou tres peças, que constituem o P.C. da Cia.

Os outros P.C. são orgãos distintos, que não diferem entre si, senão pelo numero de peças.

O principio de construção é o seguinte:

Uma comunicação transversal (ás vezes duas, para os P.C. importantes) do genero abrigo duplo, em galeria maior ou em galeria comum alargada, sobre a qual desemboca, consoante a importancia do P.C., um número variavel de nichos ou alveólos, do mesmo perfil, que o da comunicação transversal.

Realisa-se, assim, a independencia das peças e, por conseguinte, dos serviços: saídas em número variavel contando-se, geralmente, uma para 15 metros de comunicação transversal; W.C., etc., completam a instalação.

Muitas vezes, em virtudes de condições particulares do terreno, um P.C. qualquer é suscetivel de acrescimo e pode passar de um escalão ao escalão superior.

Esta passagem deve ser regularmente prevista, em caso de avanço, apôs uma oensiva feliz.

O quadro abaixo dá indicações gerais á respeito do numero de peças necessárias aos diferentes P. C.:

P. C. de	Oficiais										Observações
	Comando	Adjuntos E. M.	Artilharia	Engenharia	Lig. e out os	Observatórios	Cozinha	Postos telefonicos	Grupo eletrogeno	Postos radio	
Batalhão ....	1	1	...	...	...	...	1	1	..	..	1 4
Regimento...	1	1	..	..	2	..	1	1	..	..	1 7
Brigada ....	1	1	..	..	1	..	1	1	..	..	2 7
Divisão ....	1	3	2	1	1	..	2	2	1	2	3 18
Exército....	1	5	2	2	2	..	2	2	1	2	4 24

O número de peças pôde variar conforme as disposições adotadas:

- camas de campanha para os ajudantes ou secretarios, estabelecidas na galeria transversal;
- reunião, numa mesma peça, das centrais telefonicas da artilharia e de comando; ou ainda,
- segundo instruções especiais dadas pelo comando.

#### *Abrigo para posto de socorro.*

Na construção dos pôstos de socorro se procederá de acordo com a mesma ordem de idéias; serão, sómente, de dimensões mais reduzidas.

Compreenderão, geralmente:

- uma peça para o medico;
- uma peça para alojamento do pessoal;
- um nicho para medicamentos;
- uma peça para curativos;
- duas peças para receber os feridos que esperam evacuação.

O P. S., por outro lado, deve oferecer as mesmas facilidades e condições já mencionadas, quando tratamos do assunto nos abrigos a céu aberto.

*Abrigos para pôstos de observação.*

Estes pôstos estabelecidos nos P. C., podem realizar-se da maneira seguinte:

- 1) — Poço rápido, com acesso em forma de escavação aberta por granada, a figura 13 dá uma rápida idéia.

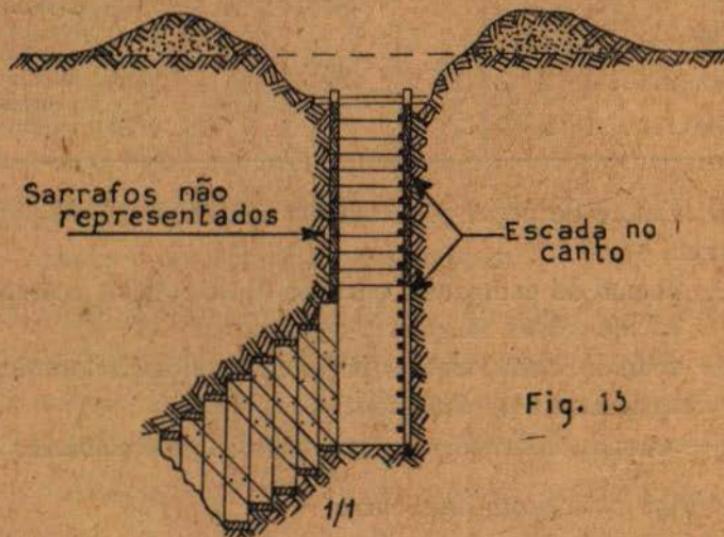


Fig. 13

- 2) — Poço rápido, com comunicação para o exterior, afim afim de deixar, sómente, passagem à cabeça do observador.

A figura 14 indica o tipo a ser adotado. Quando o posto não estiver em uso deve ser perfeitamente disfarçado das vistas do inimigo.

- 3) — Poço de 1m.20 por 0m.80, com a parte superior coberta por uma ou duas camadas de madeira tosca e munida e seteira para a observação.

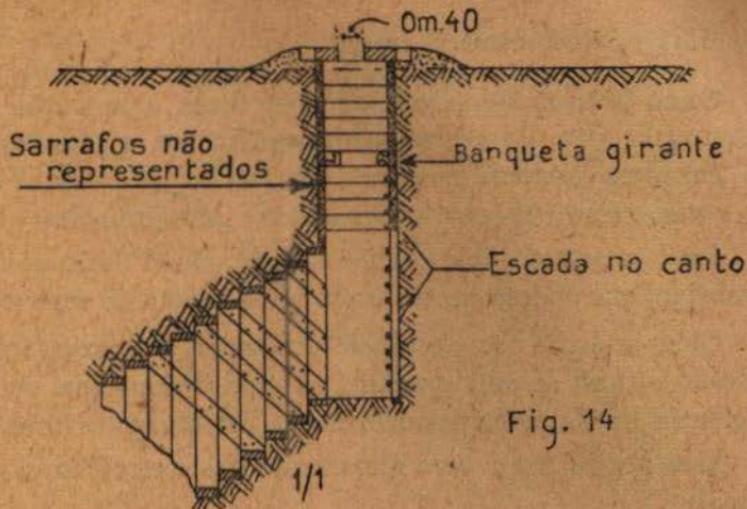


Fig. 14

A figura 15 dá uma ideia do modo de construí-lo.

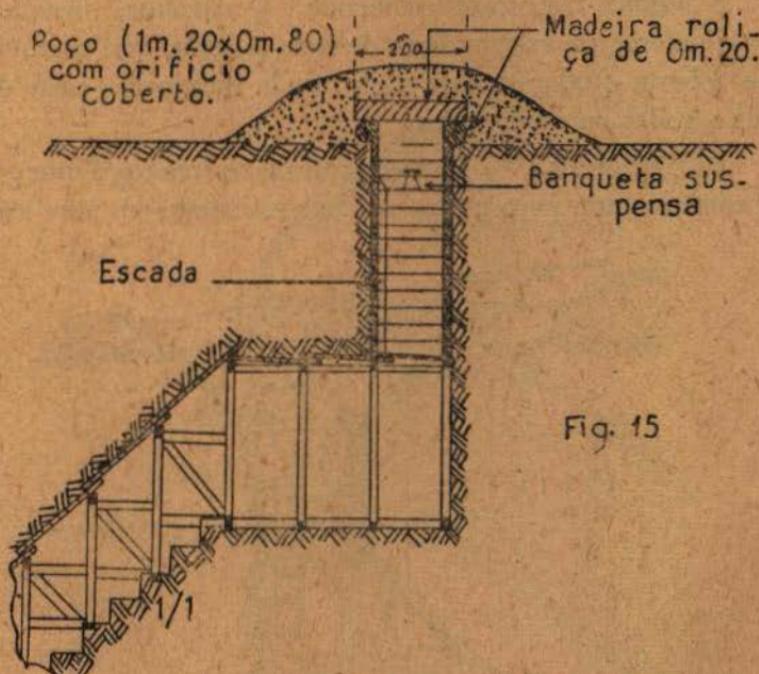


Fig. 15

A escolha do dispositivo dependerá do destino a dar-lhe (posto de espreita, observatorio de artilharia, de comando, etc.).

*Abrigos para metralhadoras.*

Como já tivemos oportunidade de dizer, a instrução sobre o emprego tático das metralhadoras preconisa a instalação de tiro, em pleno campo e recomenda aproveitar as cobertas diversas, notadamente, as excavações abertas por granadas.

Isso, entretanto, não exclui a necessidade de se construir um abrigo, que poderá ser utilizado no momento do repouso.

Obter-se-á um bom resultado utilizando uma excavação, simulando o funil de uma granada, na qual desemboque um poço ou galeria ligada, subterraneamente, a um abrigo caverna.

Este abrigo serve para alojamento das metralhadoras e do pessoal.

Deve-se mascarar a parte superior do poço por um disfarce apropriado.

A mesma instrução recomenda, igualmente, instalar as metralhadoras na extremidade de uma galeria, que partindo de uma coberta qualquer, saia num talude escarpado, córte de estrada e rodagem ou de ferro.

As figuras 16, 17 e 18 nos mostram os três tipos que podem ser adotados, um poço e uma saída terminando em uma excava-

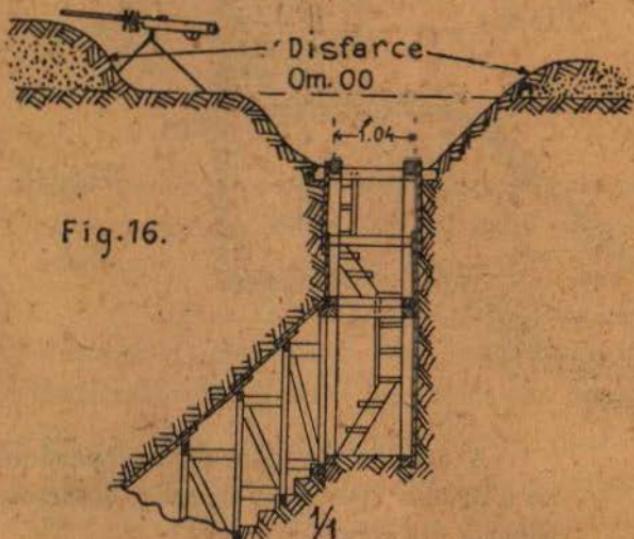


Fig. 16.

ção de granada e em uma escarpa do terreno, com inclinação superior à 50 %, faceis de serem construidos.

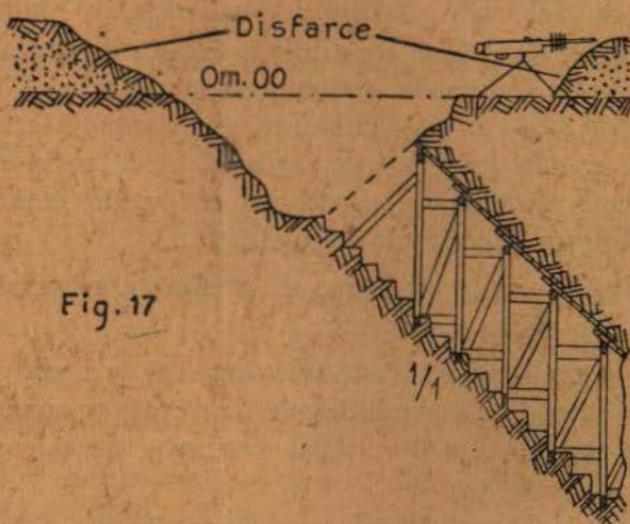
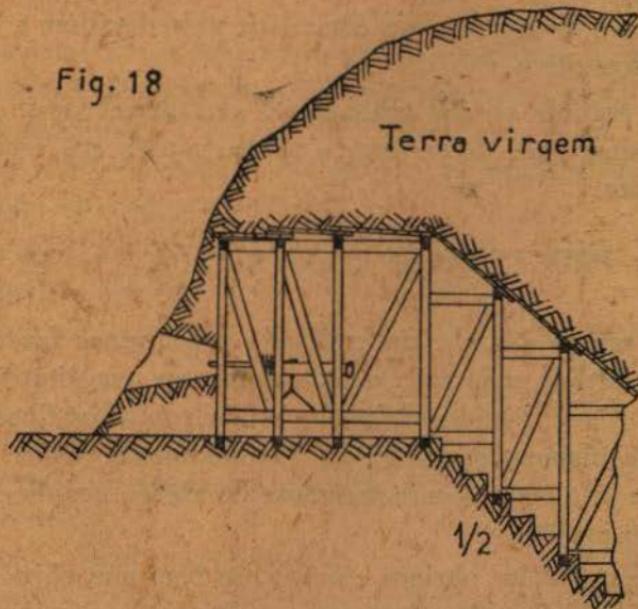


Fig. 18



Depois de construído o abrigo há necessidade de proteger o pessoal, o material e mascarar as seteiras.

Semelhantes dispositivos poderão ser empregados para os F.M., postos de granadeiros, de volteadores, de V.B. e vigia.

A reunião, com o auxílio de comunicações subterrâneas, desses órgãos de defesa, constituindo grupos de combate de capacidade e de resistência considerável, permite, pela utilização racional de todas as especialidades, que comporta a infantaria, dar uma grande densidade de fôgos; e, ainda mais, sendo eles dificilmente assinalados, conservam seu valôr, mesmo depois de um violento bombardeio de artilharia.

A instalação de um grupo de combate subterrâneo exigirá um trabalho muito importante.

Em segunda posição este trabalho será, a maior parte das vezes, facilitado pela possibilidade de empregar numerosos ataques na superfície e de utilizar processos mecânicos de escavação.

Em primeira posição, o trabalho será mais delicado, com quanto a presença de numerosos normais, entre as paralelas de resistência e de apoio, deva contribuir para facilitar a construção do dispositivo.

Em seguida ao seu acabamento estabelecer-se-ão saídas, que permitam, aos defensores, o acesso rápido aos seus pôstos de combate.

## V — PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO.

No estudo dos abrigos realizado procuramos fazer o estudo detalhado de cada um de seus elementos constitutivos, que nos permitisse, quando obrigados a não adotar os tipos previstos nos regulamentos, combinar, racionalmente, esses elementos, de acordo com as características do abrigo pedido e fazer o respectivo projeto.

No estudo dos abrigos caverna, se bem que objetivando a mesma finalidade, não orientaremos o estudo da mesma maneira.

Nesses, os elementos constitutivos variam de acordo com a galeria empregada e já são, previamente, fixados.

Teremos as operações sucessivas da construção de uma galeria de mina, quer esta se destine as entradas ou ao corpo do brigo.

São operações, praticamente, identicas, o proprio contramentamento, pouco difere.

#### *Locação.*

Antes de iniciar a excavação, uma planta de locação do brigo deve conter todas as indicações necessárias, para que as entradas, quaisquer que sejam os seus pontos de partida ou ininação sobre o corpo d oabriga, desenboquem na posição certa e na cota prevista, para ligação ao mesmo.

#### *Excavação.*

Quanto à construção, se o terreno é de consistencia média, a se torna ao alcance de todas as armas, pois se restringe ao emprego da pá e picareta e outros utensilios de muito fácil manejo.

Em terrenos mais compactos e mais resistentes, outros processos especiais são exigidos e o trabalho passa á alçada exclusiva da Engenharia.

Sob o ponto de vista da excavação, os terrenos podem ser classificados em tres categorias :

##### 1.<sup>a</sup> categoria :

- terreno movediço;
- argila;
- areia.

##### 2.<sup>a</sup> categoria :

- argila compacta;
- argila misturada com pedras.

##### 3.<sup>a</sup> categoria :

- rochas duras e compactas.

Considerando essas categorias, as ferramentas que dão resultados, em cada caso, para a excavação, são as seguintes :

Nos terrenos da 1.<sup>a</sup> categoria :

- pás e picaretas.

Nos de 2.<sup>a</sup> categoria:

- martelos picadores pneumáticos.

Nos de 3.<sup>a</sup> categoria :

- perfuradores à mão;
- martelos perfuradores pneumáticos;
- perfuradores elétricos.

Esta classificação nada tem de absoluto, nos terrenos da primeira categoria, muitas vezes se é obrigado a recorrer à perfuração pneumática ou a colocação de petardos, para desembarpaçar, a frente de ataque, de blocos rochosos.

Muitas vezes, se encontra uma região de terreno onde o emprego do martelo picador se justifica.

Os martelos e perfuradores pneumáticos funcionam com o auxílio de grupos compressores, que aspiram o ar atmosférico, comprimem-no e, por canalização de ferro ou borracha, fazem-nos funcionar.

O emprego do grupo não será, verdadeiramente, interessante e seu rendimento não excederá ao obtido, pelos processos ordinários, senão, quando as condições seguintes forem realizadas :

- evacuação dos desaterros assegurada, sem que seja necessário interromper o funcionamento do compressor;
- importância do trabalho justificando a instalação, sempre muito demorada, e, com o emprego de um material delicado e custoso;
- duração máxima de funcionamento do grupo no mesmo ponto, para evitar perdas de tempo, devidas à mudança de local;
- organização minuciosa do trabalho e redução das perdas de tempo, empregadas com a instalação;
- grupamento das turmas de ataque, afim de evitar as perdas de carga e fazer funcionar, satisfatoriamente, os marteletes;
- redução, na medida do possível, das canalizações, que assim ficam, menos vulneráveis.

A escavação do terreno com auxilio de petardos, requer o emprego de aparelhos de perfuração, tais como :

- brocas de mina;
- perfuradores à mão;
- martelos eletricos;
- perfuradores eletricos.

Os melhores perfuradores eletricos, para colocação de petardos, absorvem uma potencia de 1 H.P.

O grupo eletrogenio de 6 KW., usado na frente francesa, na grande guerra, permitia fazer funcionar oito perfuradores.

#### *Evacuação dos desaterros.*

A evacuação dos desaterros deve caminhar “pari passu” com a excavação, de maneira que esta não fique detida pelo acumulo daqueles.

#### *O debito evacuado de ve ser igual ao debito excavado.*

Se a excavação se fizer a mão, pôde-se executar a evacuação dos desaterros por um dos processos seguintes :

- Entrada tipo n.<sup>o</sup> 1 :
- mudas com pá, rendimento mediocre, emprega-se quando não ha outro recurso;
- com carrinho de mão;
- com trenó de mina e guincho;
- emprego da vía de 0m.40, que se coloca, progressivamente, à frente do corte e sobre a qual roda, puxado a mão, um vagonete. Este processo estabelece o equilíbrio, mais ou menos perfeito, entre a excavação e a evacuação.

#### Entradas tipos n.<sup>o</sup> 2 e 3:

- mudas de pá;
- sacos de terra;
- trenó;
- guincho de mina;
- vagaoete sobre via de Om. 40.

Se a excavação é feita mecanicamente, os processos indicados acima, são insuficientes, si se levar em conta que o desaterro fornecido por um martelo picador, em 24 horas, pôde atingir e mesmo passar de 4 metros cubicos.

Nestas condições, recorre-se então, aos vagonetes acionados, sobre vía de Om.40, por guinchos eletricos ou qualquer outro processo, de grande rendimento, que assegure a evacuação rápida dos desaterros.

Durante a última guerra, para assegurar uma evacuação tal, que correspondesse ao débito dos aparelhos, que faziam os desaterros, creou-se o *aparelho elevador*.

Este elevador é uma espécie de tapete rolante que se dispõe nas descidas e no seu exterior.

O tapete é suportado por elementos de vigas que se ajustam uns aos outros.

O movimento é dado por um tambôr-motor e acionado por um dinâmo.

Este recebe a corrente de um grupo eletrogeneo, que fornece corrente contínua de 220 volts.

O declive a dar ao tapete não pôde ir além de 60 %, limite máximo.

Ele trabalha nas melhores condições com o declive de 45 %.

O emprego do aparelho elevador não é aconselhável senão quando os trabalhos são importantes e próximos uns dos outros.

#### *Colocação dos caixilhos de revestimento.*

As soleiras e as vergas trazem no meio, ligeiros traços de entalhes, feitos a serrote, que facilitam a colocação dos caixilhos e permitem verificar o prumo e o alinhamento.

Pratica-se, primeiro, sobre o contorno da parte, que se vai excavar, um sulco de vinte a trinta centímetros de profundidade, no qual se introduzem as extremidades das tabuas de céu, a figura 19, mostra como se deve proceder.

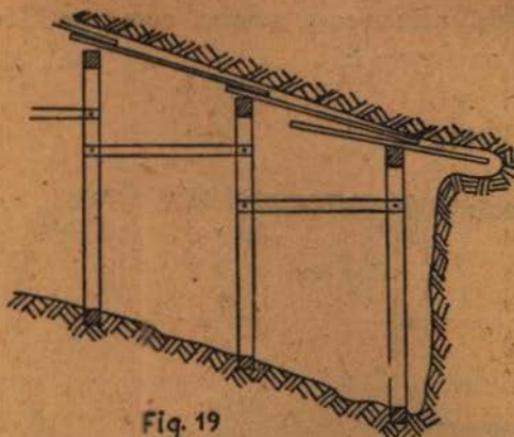


Fig. 19

Retira-se, em seguida, á picareta, a parte central das terras.

E, assim, se continua progredindo, por lances de vinte a trinta centímetros, além do ponto em que deve ser colocado o outro caixilho.

Para assentar o caixilho:

Prepara-se, primeiro, o leito da soleira.

Esta é, então, colocada, aproximadamente, em seu lugar, nivelada com um nível de pedreira e já na altura conveniente (utilizando-se calços de rampa, si se tratar de uma galeria inclinada) a figura 20 mostra o modo de utilizar o calço de rampa.

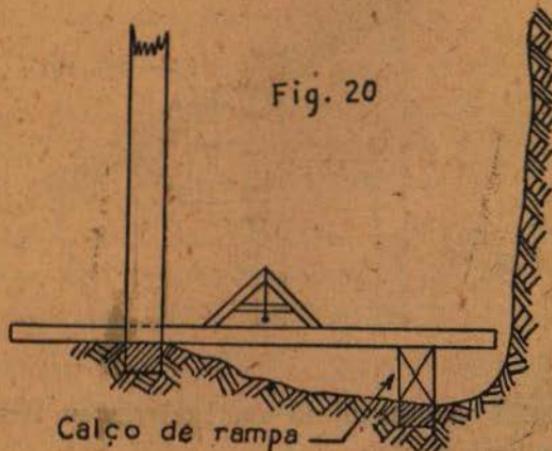
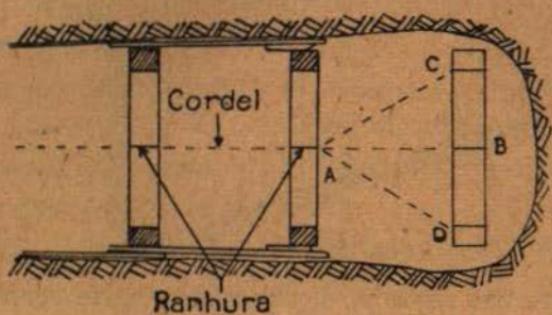


Fig. 20

Em seguida, alinha-se a soleira com exatidão, pelo processo indicado na figura 21.

Fig. 21



Firma-se a soleira, em seu lugar, chegando-lhe terra em torno e socando fortemente.

Verifica-se a distância, o nivelamento e o alinhamento.

Assente a soleira, prega-se em cada uma das ombreiras sarrafos iguais ao intervalo entre os caixilhos, aumentados das espessuras das ombreiras, as figuras 22 e 23 mostram o modo de pregar os sarrafos.

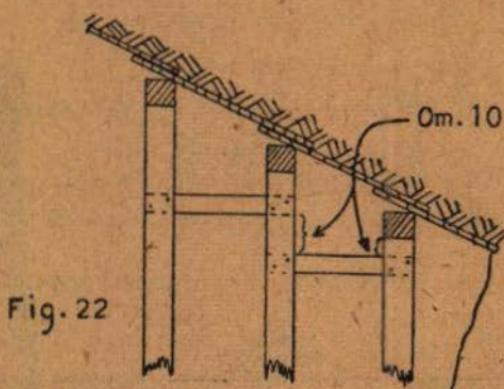


Fig. 22

A figura 22 corresponde a uma galeria em descida e 23 a uma galeria horizontal.

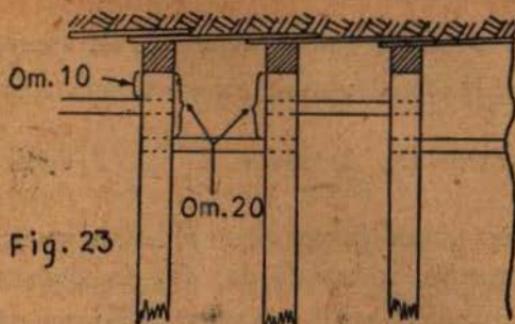


Fig. 23

Colocam-se as ombreiras nos entalhes da soleira e por cima delas a verga.

Os sarrafos, depois de horizontalizados com o nível de pedreiro, são pregados nas ombreiras anteriores.

Apruma-se bem o caixilho, deslocando-o lateralmente até que o fio a prumo, cobrindo o entalhe da verga, se ajuste no entalhe da soleira.

O caixilho é, então, mantido, rigorosamente, no seu lugar, por meio de cunhas, apoiadas nas paredes laterais.

O intervalo entre dois caixilhos é, normalmente, de um metro, de eixo a eixo.

Nas descidas, os caixilhos são colocados unidos no primeiro metro, em seguida, com intervalos, que variam de Om.50 á Om.80, à medida que se ganha profundidade.

Para colocar o revestimento de tabuas de céu no respectivo lugar, desde que um caixilho esteja assentado e à medida que a escavação avança, batem-se as tabuas de céu, com naco, até que cheguem a posição definitiva.

Conservam-se as tabuas afastadas do último caixilho por meio de cunhas, de modo a reservar o espaço necessário para a introdução das tabuas do intervalo seguinte.

As tabuas de revestimento são colocadas quando o intervalo está terminado, procurando introduzi-las a partir da retaguarda para a frente.

Os vazios deixados entre as paredes da escavação e o revestimento são, cuidadosamente, tomados com terra socada.

*O revestimento não deve soar ôco, sob as batidas de prova.*

Em terreno pouco consistente, pôde ser necessário sustentar, provisoriamente, as tabuas de céu, no meio do intervalo, por um *falso caixilho*, que é retirado, desde que não seja mais necessário.

As tabuas de revestimento são colocadas progressivamente, ao mesmo tempo que as do teto.

#### *Organização dos trabalhos.*

No ponto de vista do emprego dos trabalhadores, as condições de execução variam, naturalmente, com os efetivos de que se dispõe e com o gênero de trabalho a executar.

Na construção dos abrigos caverna, haverá vantagem em adotar uma das disposições seguintes :

Os trabalhadores, sapadores e auxiliares, serão grupados em : —

*Quatro turmas.* — Cada uma destas turmas trabalhará, de maneira contínua, durante seis horas.

*Tres turmas...* — Cada turma trabalhará, de maneira contínua, durante oito horas.

*Quatro turmas.* — Cada turma trabalhará oito horas, em cada trinta e duas horas.

Essas turmas se sucederão, por substituição no trabalho, não havendo nenhuma interrupção.

Cada turma terá de executar um ou varios ataques, havendo, em cada frente de ataque, tres sapadores, que farão a escavação e a colocação dos caixilhos e do revestimento.

A retaguarda, seis auxiliares assegurarão a evacuação dos desaterros, até o local do depósito e transportarão os materiais a medida das necessidades.

Parece que uma ou outra das disposições precipitadas devem dar o rendimento máximo, mas a experiência tem mostrado que a primeira, quatro turmas de seis horas, é preferível á segunda, três turmas de oito horas.

Na primeira hipótese os homens pôdem, em um período de 24 horas, trabalhar sem parar durante seis horas, depois terão um repouso de 18 horas; o mesmo não sucederá no segundo caso.

Em 24 horas, o rendimento com a primeira disposição será, nitidamente, superior ao da segunda.

Na primeira disposição, as horas de repouso se mantêm mais regulares e mais normais.

### *Rendimento.*

Diz o R. O. T., II parte:

Em terreno de consistência média, com trabalhadores pouco exercitados, pôde contar-se com o avanço diário de:

- 0m.50, para pequena galeria;
- 0m.40, para galeria ordinária;
- 0m.35, para galeria maior.

No caso de revesamento das turmas, esses resultados são, respectivamente, aumentados para 1m.50, 1m.20 e 1m.00.

Cálcula-se, que um abrigo de meio pelotão pode ser construído, em terreno médio, por exemplo, grêda, no prazo de 15 dias, por uma turma de 60 homens, incluido os auxiliares, trabalhando por substituição ternaria.

O quadro seguinte, extraído do "Vade-mecum do Cel. Baills" e do R. O. T., II parte, completam as informações necessárias :

<i>Natureza do trabalho</i>	<i>Tipos de galeria ou poços.</i>	<i>Composi- ção da turma (1)</i>	<i>Avanço médio por 8 hs. de trabalho em bom terreno(2)</i>
Descida do abrigó.	Galeria ordinaria: 1m.00×1m.85 à 2 m. Caixilhos de 1m.00	1 graduado 2 sapadores 2 auxiliares	1 metro em terreno mé- dio.
	Pequena galeria: Caixilhos comuns ou de revestimento com 1m.00 × 1m.30 à 1m.50.	1 graduado 2 sapadores 1 auxiliar	1 metro em terreno mé- dio.
Corpo do abrigó.	Galeria ordinária.	Idem.	0m.80. (3)
	Galeria maior: Caixilhos de 2m.00 × 1m.95	1 graduado 4 sapadores 2 auxiliares	0m.60. (3)
	Galeria ordinária alargada	1 graduado 3 sapadores 2 auxiliares	0m.70.
Poço de aéra- ção ou acesso ao posto de espreita.	Poço rápido: quadro de 0m80 × 0m80	1 graduado 2 mineiros 1 auxiliar	1m.50.
Perfuração de aeração ou periscopio,	Tubos de 0m.15.	2 perfura- dores 1 auxiliar	8m.00. (4)
Poço de aéra- ção a um ob- servatorio ou espaldão mtr.	Pequeno poço de 0m.87 × 0m. 87. Poço médio de 1m.04 × 1m.04.	1 graduado 2 mineiros 2 auxiliares	1m.00.

(1) — A constituição das turmas atende, sómente, aos serviços de excavação e remoção do material excava-doo, do local de trabalho, para permitir o prosseguimento do mesmo. A evacuação desse material, para o deposito das terras, exige pessoal suplementar, variavel com a distância e o meio de transporte empregado.

(2) — Entende-se por bom terreno o que permite o trabalho sem falsos caixilhos e cede facilmente aos golpes de picareta (terreno de uma pá para uma pica-reta).

Os avanços diárias são cifras médias; no começo êle será maior e à medida que se vai aprofundando a excavação, irá diminuindo.

(3) — Estando o corpo do abrigo a uma certa profundidade, a excavação das terras torna-se mais difícil ante o reduzido espaço de circulação (seção das entradas).

Em consequência, o rendimento diminue e atinge às cifras indicadas.

(4) — Rendimento muito variavel, segundo o terreno. A presença de blocos de pedra retarda muito a excavação. O trabalho na boca das entradas e angulos nas galerias exigem operações delicadas e morosas. Adotar como dado médio o número de homens-dias relativos a execução de dois metros da galeria considerada.

## VI — *Habitabilidade dos abrigos caverna.*

Não é bastante assegurar aos abrigos a proteção contra bombardeios, é preciso, ainda, que os ocupantes possam, nos abrigos, gozar o necessário repouso.

Para que um abrigo satisfaça esta condição é indispensável, que seja judiciosamente colocado e tão salubre quanto possível.

Não se deve esquecer, com efeito, que a ocupação pôde prolongar-se, algumas vezes, durante muito tempo, as condições de salubridade devem, então, ser tais, que a longa duração não deprima o ocupante.

#### *Proteção contra os gásos.*

Coloca-se o abrigo a salvo dos gásos :

- *Cortina de pano, obturando as entradas e dando um fechamento tão hermético, quanto possível.*
- *Tambor formado por duas cortinas suspensas e colocadas nas galerias de entrada, com dois metros de intervalo, uma da outra.*

Um homem colocado no tambor neutraliza, com um pulverizador, contendo uma solução apropriada, os gásos que podem penetrar neste espaço, no momento em que a cortina exterior é levantada para dar passagem.

O intervalo entre os quadros e o revestimento da galeria é obturado por um muro de leivas.

E' preciso não esquecer de munir as chaminés de ventilação de um dispositivo de obturação, afim de impedir os gásos penetrar no abrigo.

Os processos para fechamento, indicados acima, são insuficientes contra a ação prolongada dos gásos.

#### *Ventilação.*

O processo que se emprega, mais frequentemente, para assegurar a ventilação dos abrigos, consiste na criação de chaminés de ventilação, feitas com um perfurador, quando o terreno o permite.

As chaminés são construidas com tubos de 0m.15, fornecidos pelo D. C. M. E..

Si não se dispõe de um perfurador ou si o terreno é muito duro, para permitir-lhe o emprego, recorre-se aos poços rápidos.

A utilização de poços rápidos tem a vantagem de dar um pouco de luz, ao interior do abrigo, mas tem o inconveniente de deixar passar muita água, em caso de forte chuva.

Preserva-se, em parte, o abrigo desse inconveniente colando, no interior dos poços rápidos de ventilação, tubos de vestimento e, em seguida, entulhando o poço de terra.

Esses processos asseguram a ventilação pela corrente de nas galerias de acesso, mórmente praticando-se o aquecimento interior.

Mas podem ser insuficientes, quando as galerias são muito compridas e o nível da entrada difere pouco do nível do fócio de ventilação ou quando o abrigo é de grande dimensão.

Neste caso têm-se de recorrer aos ventiladores de mão ou, preferencia, aos eletricos, si se dispõe de energia elétrica, um grupo eletrogenio ou de canalizações, que venham da aguarda.

#### *Iluminação.*

A iluminação é feita, geralmente, por meio de lampadas acetilenio ou lampadas de petróleo.

Quando a importância da organização e a capacidade dos abrigos o justifiquem, realisa-se a iluminação elétrica, que traz consigo a ventilação elétrica.

Crear-se-á nos abrigos um alveolo especial, no qual se fixará um grupo eletrogenio e, geralmente, um ou dois outros alveolos para receber um ou mais ventiladores elétricos, vidos pelo grupo.

Grandes precauções devem ser tomadas para o isolamento da canalização elétrica e deverão ser feitas freqüentes verificações.

#### *Instalações internas.*

A fim de completar as medidas a tomar nos trabalhos indispensáveis para que os abrigos cavernas possam ser habitáveis, é preciso prevêr a fabricação e instalação do mobiliário, destinado aos seus ocupantes.

Esse mobiliário se comporá de :

- camas de campanha, individuais ou superpostas;
- mesas ;

- cadeiras e bancos;
- armários, etc..

Deverá ser prevista a criação de privadas, para os ocupantes do abrigo.

As privadas não devem ser colocadas no corpo do abrigo, mas em uma das entradas ou saídas, onde se construirão nichos distantes, pelo menos, de dois intervalos de galeria maior.

As privadas serão instaladas em tinas, facilmente, removíveis.

O seu número será proporcional ao número de ocupantes.

#### VII — *Proteção contra os gás*.

##### *Prescrições gerais.*

Veremos aqui a proteção dos abrigos contra os gás, generalizando as medidas que se aplicam aos demais abrigos.

Serão, assim, detalhadas as referencias gerais sobre o assunto no estudo particularizado dos diversos tipos de abrigos.

Na proteção dos abrigos contra os gás o que se procura é crear, no interior do abrigo, um ambiente que permita aos homens aí permanecerem, sem necessidade do uso da máscara.

Nos abrigos à céu aberto é difícil a realização desse desideratum.

Nos abrigos ativos é impossível e se torna indispensável o uso da máscara, no momento do ataque pelo gás.

Nos póstos de socorro a proteção se torna mais necessária, pois os doentes e feridos não poderiam suportar, por muito tempo, a máscara.

Não sendo possível organizar todos os abrigos, com todos os seus órgãos de proteção, além dos de habitabilidade, alguns pelo menos, devem comportar um mínimo de proteção, que terá, sobretudo, a finalidade de retardar a penetração das primeiras lufadas de gás, permitindo aos ocupantes a colocação da máscara em tempo útil.

Essa proteção é assegurada pela disposição, na entrada, de um anteparo (folha de ferro galvanizado) ou de um cotove-

lo em angulo reto ou ainda com cortinas de pano (camara anti-gás), fixadas aos caixilhos e improvisadas com os recursos locais.

A proteção absoluta só se consegue creando um ambiente, perfeitamente, estanque, e este depende, antes de tudo, da permeabilidade do terreno e dos recursos materiais, de que dispõe a unidade encarregada dos trabalhos de defesa contra os gás, no interior dos abrigos.

#### *Escolha do local.*

A argila compacta e o saibro comprimido são pouco permeáveis ao gás.

As terras revolvidas e fracas são, facilmente, atravessadas pelo gás.

Finalmente, os terrenos calcareos são, frequentemente, atravessados por fissuras que constituem verdadeiros condutores de gás.

Em face de tais considerações, para se conseguir um abrigo, seguramente, protegido, deve-se escolher um terreno não fendido e tão impermeável quanto possível.

Nos abrigos caverna antes de colocar o revestimento procura-se vedar todas as fendas do terreno, com argila, argamasas de concreto, etc.

Quando não há necessidade de revestimento, deve-se fazer um exame minucioso das paredes, principalmente, quando se trata do aproveitamento de pedreiras em exploração, furas, grutas, etc.

Constitue providencia de proveitosos efeitos, a colocação sobre o céu do abrigo (enchimento) de uma camada de terra vegetal, quando esse material não existe nas proximidades.

A terra vegetal tem um notável poder de fixação, perante certos gás nocivos, por isso, é que se interpõe no trajeto, que os gás podem seguir, vindo do exterior.

#### *Dispositivos de vedação.*

As aberturas, previamente, estabelecidas para servir ao abrigo (entradas, janelas, ventiladores, etc) é que exigem o

maior cuidado na proteção contra os gás, procurando-se vedá-las do modo mais perfeito.

Atendendo á utilização e circulação dessas aberturas, podem-se distinguir:

*Abertas especiais.* — Em tempo normal, são aberturas destinadas a aeração e canos de fogão; certos abrigos comportam seteiras para o tiro ou observação, chaminés para periscopios, etc.

O numero destas aberturas será reduzido ao mínimo, principalmente, quando os ocupantes tendem a aumentar o numero de chaminés de aéreação.

Disposições devem ser tomadas, para que todas estas aberturas possam ser rapidamente fechadas no momento de um ataque pelo gás.

Deve-se ter a mão no interior dos abrigos tampão ou os materiais necessários, como estôpa, trapos ou feno, destinados a vedar essas aberturas.

Os fogos devem ser extintos quando o oxigenio existente no interior do abrigo, exclusivamente, a respiração dos seus ocupantes.

*Aberturas reservadas ao pessoal.* — Pode-se para assegurar, aproximadamente, a vedação de um abrigo, construir as aberturas de forma regular, geralmente, feitas de caixilhos de galeria de mina e bem ligados ao terreno por intermdio de um enchimento de terra vegetal bem socada, e si possível, com o emprego de argamassa de cimento ou alvenaria comum.

E' indispensavel verificar se não existem vasios, consequentes das irregularidades da madeira, entre o caixilho e a porta ou cortina que se vem apoiar sobre ele.

Nessa categoria de entrada devemos distinguir as que podem ser interditas e as que devem permanecer abertas ao serviço, duas no máximo.

As primeiras são munidas de meios que permitem vedá-las completamente, comandadas pelo lado interno e dispondo pelo lado externo de uma taboleta, com o seguinte aviso:

*Entrada proibida durante todo ataque pelo gás.*

As outras entradas são comandadas pelo exterior.

As portas e os quadros moveis não são estanques, senão cobertos por um pano.

Este dispositivo cede menos, que as cortinas, ao sopro dos projéteis, mas, por outro lado, sua destruição não se presta a uma reparação imediata.

Em vista do exposto, não convém emprega-los senão no extremo das descidas, tão longe quanto possível do exterior.

As entradas destinadas a permanecerem em serviço são providas de duas cortinas (cortina-estore ou cortina formada de dois panos suspensos) deixando entre elas um espaço de 1.m50 á 2m.00.

Nos P.S. dar-se-á a essa pequena camara um comprimento de 2m.50 á 3m.00, que permita passar uma padiola sem elevar ao mesmo tempo, as duas cortinas.

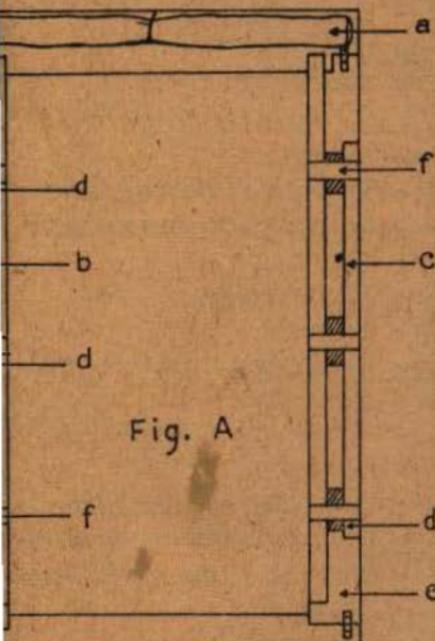


Fig. A

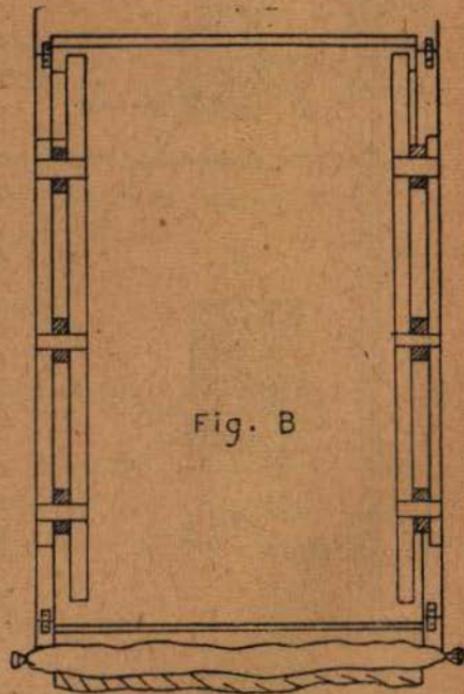


Fig. B

A cortina de simples panos suspensos é de preferência colocada no exterior, porque corre menos perigo de ser rompida pelo sopro dos projeteis.

Com o dispositivo Perinel (cortina-estore) a abertura das cortinas deve ser feita para o interior da camara (tramelas colocadas no interior e podendo ser manobradas pelo plantão ou guarda que se acha na camara).

*Cortina-estore (dispositivo Perinel). (Fig. 24).*

E' um dispositivo comportando sobre cada lado do caixilho duas traves de madeira; uma fixa, pregada sobre a om-

Fig. 24

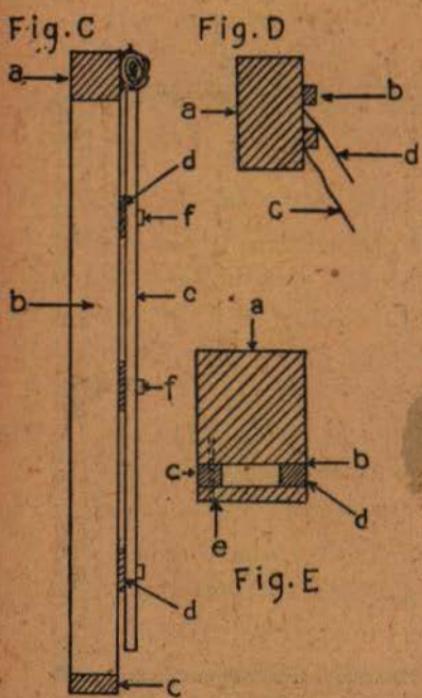


Fig. A.

- a) - Cortina.
- b) - Trave fixa.
- c) - Trave móvel.
- d) - Charneira.
- e) - Ombreira do caixilho.
- f) - Tramela.

Fig. B.

Rede abaixada.

Fig. C. (vista de perfil).

- a) - Verga.
- b) - Ombreira do caixilho.
- c) - Soleira do caixilho.
- d) - Charneira.
- e) - Trave móvel.
- f) - Tramela.

Fig. D. (Detalhe da verga).

- a) - Verga.
- b) - Trave de fixação da cortina.
- c) - Cortina.
- d) - Cortina suplementar.

Fig. E. (Detalhe da ombreira).

- a) - Ombreira do caixilho.
- b) - Charneira.
- c) - Trave móvel.
- d) - Tramela.

breira, a outra, movele, ligada a precedente por uma charneira improvisada (couro, correas velhas).

Calços moveis ou tramelas mantêm a trave movele contra a ombreira.

Uma cortina é pregada sobre una trave de fixação, apoia-  
da sobre a verga do caixilho, contra a qual é enrolada.

Os panos empregados devem ter a largura suficiente, para  
cobrir, completamente, o vão entre as ombreiras.

#### *Para proteger o abrigo.*

Desprende-se as traves móveis, fazendo-se girar em torno das charneiras, desenrola-se a cortina e aplica-se sobre as ombreiras, em seguida, rebate-se, novamente, as traves de maneira a comprimir a cortina sobre a ombreira.

A parte inferior da cortina repousa sobre o sólo e é man-  
tida aí, por sacos de areia.

A manobra é facilitada pela aplicação de uma trave fi-  
xada no extremo da cortina, de maneira a vir repousar sobre o  
sólo, logo que a cortina é desenrolada.

•Uma segunda cortina pode ser fixada á verga, acima da  
primeira, para substituir imediatamente esta, em caso de ne-  
cessidade.

Na falta da cortina-estore, um processo menos eficaz de  
vedação, pode ser improvisado com dois panos suspensos, cujos  
bordos se recubram sobre uma certa largura.

### VIII — DESCIDAS EM POÇO

A descida, em poço, é prescrita como o unico modo de  
entrada ou saída dos abrigos.

Seu debito é muito fraco, e ela pôde ser facilmente ob-  
struída por um bombardeio intenso. E, se o assaltante chega  
até a sua proximidade, constitue uma verdadeira calha para as  
granadas.

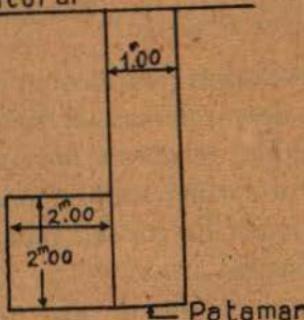
Mas, como apresenta a vantagem de se construir rapida-  
mente e de exigir uma quantidade de material e um volume de  
corte, relativamente fracos em relação ás outras descidas, pode-

rá ser utilizada, como descidas acessorias, num abrigo cuja construção deve realizar-se com uma atividade particular.

Neste caso, é pouco recomendável interpôr uma galeria inclinada entre o poço vertical e o abrigo de repouso (fig. 25); ganhar-se-á em simplicidade e rapidez de execução, sem perder tempo na evacuação dos desaterros.

Sólo natural

Fig. 25

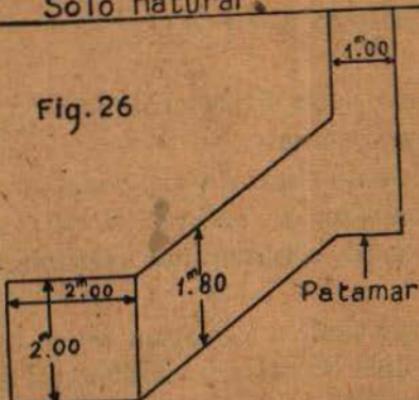


O poço terá, sobretudo, um emprego, sempre indicado, para dar acesso aos postos de combate de metralhadoras, de granadeiros, aos observatórios, etc.

Mas, nesse caso, os poços terão uma fraca profundidade e serão ligados ao abrigo por uma descida em galeria (fig. 26), a menos que não exista um abrigo de alerta, vizinho ao posto de combate.

Sólo natural

Fig. 26



Os poços, serão, ainda, utilmente empregados para constituir chaminés de ventilação e iluminação dos abrigos de grande importância.

Os poços mais geralmente empregados são :

- O poço de 1m.04 × 1m.04 (poço médio do R.M.);
- o poço de 1m.50 × 1m.00;
- o poço de 1m.20 × 0m.80;
- o poço rápido de 0m.80 × 0m.80.

Emprega-se o poço, especial de 1m.20 × 0m.80, sobre-tudo, para as saídas que dão acesso aos pôstos de granadeiros, aos observatórios (fig. 27). |

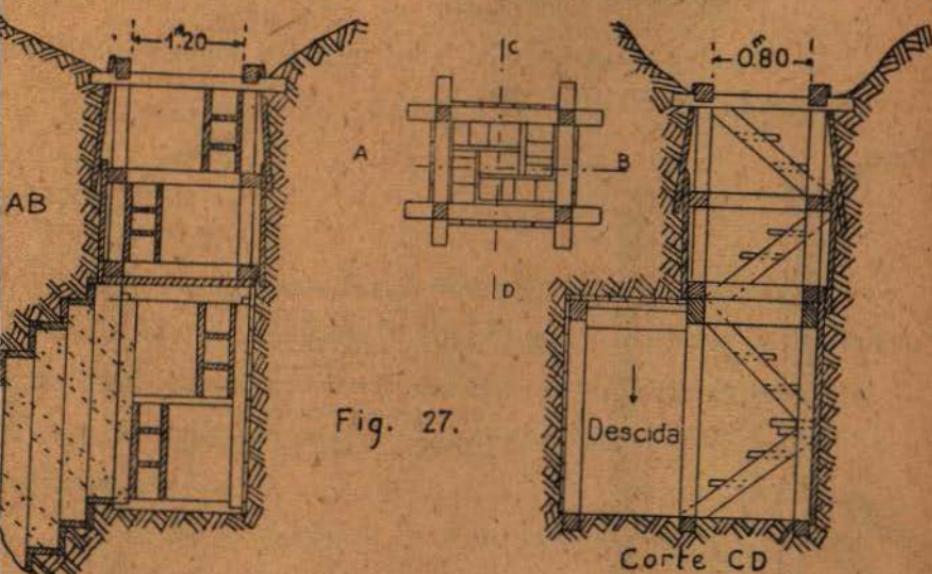
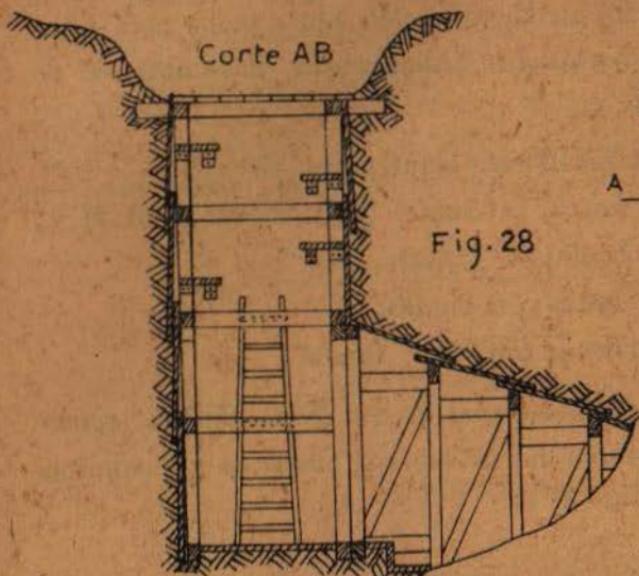
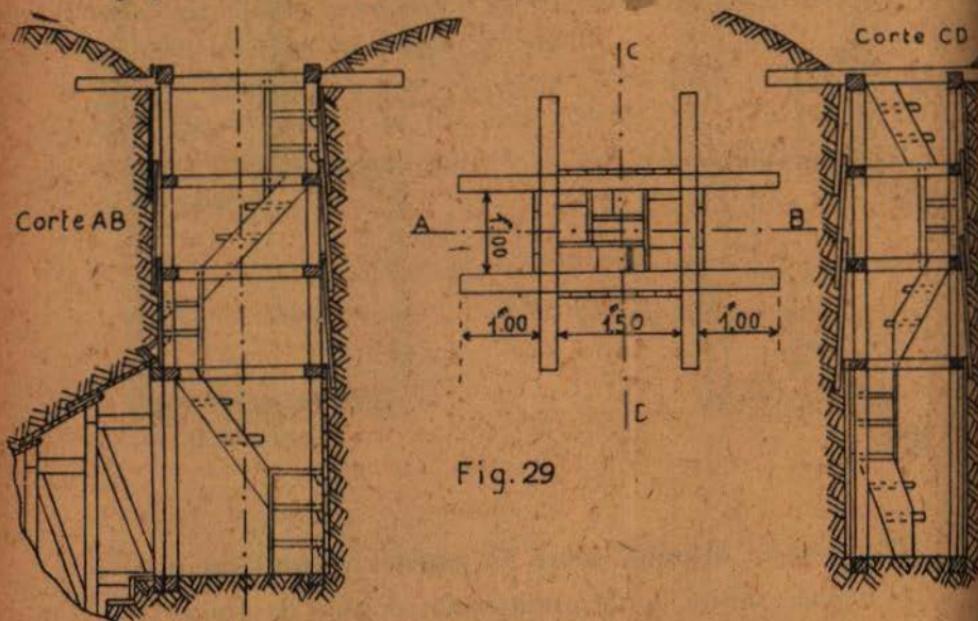


Fig. 27.

Dispor-se-ão degráos, sobre as paredes opostas do poço. O homem subirá, e, de preferencia, o poço de 1m.50 × m.00, convém ás saídas de acesso aos espaldões para metralhadoras, (fig. 28).



Escadas paralelas, aos lados menores, empregar-se-ão nos poços de 1m.50 (fig. 29).



O poço rapido será, principalmente, empregado como chaminé de ventilação.

# O CORPO EXPEDICIONÁRIO BRASILEIRO

Sucedem-se as homenagens aos soldados que seguirão em breve para os campos de batalha.

Todos os corações brasileiros dedicam o melhor de seu carinho para os soldados do Brasil que, em breve, tomarão o rumo dos campos de batalha, onde, ombro a ombro com seus aliados, lutarão em defesa das liberdades ameaçadas pelos modernos hunos.

De todos os recantos do país vêm mensagens de saudação aos milhares de homens que integram o Corpo Expedicionário Brasileiro. No Rio, em especial, essas manifestações de simpatia tomam vulto grandioso, pois todos procuram rodear de carinho e aplaudir os oficiais e soldados que irão lutar em desagravo do nosso pavilhão, afirmando,

60  
no campo da luta, o quanto o Exército brasileiro é digno de seu pretérito, de suas gloriosas tradições.

As senhoras, mães, esposas, noivas e filhas, unidas por um só ideal, por um único pensamento, formam na primeira fila de quantos procuram animar e aplaudir os soldados do Brasil. E' assim que no Paraná, em São Paulo e aqui, no Rio, em ceremonias tocantes, foram ofertadas bandeiras bordadas por mãos femininas aos batalhões que representam essas regiões no grande conjunto do Corpo Expedicionário.

Igual gesto está sendo seguido por vários Estados do norte do Brasil, como Sergipe, Baía e Ceará, de onde chegaram convites ao ilustre titular da pasta da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, solicitando-lhe a honrosa presença quando do áto emocional da entrega dos pavilhões, ofertados pelas damas locais, aos soldados que dali sairão para as hostes da grande força punitiva, que mostrará, além fronteiras, o valor do soldado brasileiro.

Todas essas manifestações patrióticas, altamente emocionantes, revelam que o país conseguiu espozar uma mentalidade de guerra, colocando-se à altura das responsabilidades assumidas pelo Brasil com os seus aliados. Denunciam, principalmente, que a bravura e a decisão dos soldados e de seus comandantes encontram correspondência justa na simpatia e na vibração dos que ficam, homens e mulheres, fazendo votos e orando, na retaguarda, afim de que os nossos militares se cubram de glórias na grande batalha que vão travar contra os inimigos da humanidade e de todas as conquistas e liberdades públicas.

# Devemos alterar o uniforme de serviço?

Cap. PLACIDO DA ROCHA BARRETO

Eis uma questão que já foi trazida à lume por distintos camaradas, animados sinceramente por espírito de colaboração. O presente trabalho é, apenas, um adendo aos argumentos já expostos nestas mesmas colunas da "A Defesa Nacional". Embora só há pouco venha o assunto ventilado por escrito, desde muito ouvimos dos camaradas comentários e opiniões sobre se o uniforme de serviço deve ser alterado.

A evolução é um processo normal da vida e das coisas. Desde que o combate foi organizado à base da disciplina, o modo de lutar sofreu as variações impostas pela perfeição progressiva do armamento. A estratégia, que é a idéia diretriz da batalha, a concepção guia da manobra, permaneceu imutável, como a demonstração de um teorema. Porém, a execução dessa idéia, condicionada a muitos valores variáveis, teve de percorrer a mesma gama que o armamento e outros fatores percorreram. Um desses fatores é o uniforme.

Não é motivo de admiração que o uniforme sofra periodicamente alterações cromáticas e de talhe. No tempo em que se combatia sem aproveitar o terreno, o uniforme podia ter qualquer cor. Depois que as armas de fogo, principalmente as automáticas, entraram em ação, houve necessidade de buscar a proteção contra os tiros por dois meios: aproveitando o terreno e usando um uniforme de cor conveniente. Durante a guerra dos Boers, os ingleses violaram o segundo princípio e tiveram péssimos resultados. Sobre esse ponto, a cor do nosso uniforme de serviço é a mais bem escolhida.

Estamos que o uniforme deve satisfazer condições básicas. São elas, pela ordem de preferência as seguintes: cor apropriada, talhe tal que facilite todos os movimentos, confecção com tecido e matérias acordes com o clima e, finalmente, aspecto elegante e aparência militar. Vamos fazer um estudo comparativo desses itens com o nosso uniforme de serviço ou, melhor, de campanha.

A cobertura, no caso de combate, deverá ser, forçosamente, o capacete de aço. Como ainda não temos um tipo estudado e adotado dessa

peça, nos dispensamos de continuar a respeito. A cobertura usada na instrução desde a vigência do atual plano de uniformes é o capacete de cortiça do tipo bem nosso conhecido. Como protetor da chuva e do sol não satisfaz completamente, em virtude da pequenez da aba. O capacete não regulamentar de grande aba, cujo uso se difunde rapidamente, é muito mais elegante e condizente à sua finalidade de proteção da cabeça. Apresentamos a sugestão de que, gradativamente, sem atropelos, seja adotado o capacete de aba grande, cuja vantagem sobre o tipo regulamentar é inconteste, sem embargo de ser mais leve. Que o diga quem ministra instrução no campo sob o sol inclemente.

A camisa de instrução foi uma felicíssima idéia dos organizadores do atual plano de uniformes. E' inconcebível, como se fazia antigamente, que um homem comparasse à instrução completamente equipado e com uma túnica abotoada até o pescoço. Com relação àquela peça, sugerimos, contudo, que fosse previsto seu complemento para o caso de frio, isto é, uma camisa fechada de lã, que poderia ser da cor verde-oliva.

Agora chegamos ao ponto principal da nossa exposição e razão mais importante do presente trabalho. Entra em cena o sistema calção-perneiras. Quanto à sua elegância e aspecto militar nada temos que reprimir. Um calção bem talhado, formando conjunto com perneiras (ou botas) de forma estética, causa ótima impressão pela beleza e aspecto marcial. Infelizmente, mais importante que isso é saber se esse conjunto satisfaz sua finalidade. Cremos que, mesmo procurando com uma lanterna, não encontraremos quem dê resposta afirmativa. Em primeiro lugar, o calção prende os movimentos, via de regra. Com o calção do tipo regulamentar é um suplício dobrar o joelho para alcar a montada. Para quem não faz uso do cavalo, o calção tolhe os movimentos, por exemplo, num exercício de aplicações militares, durante o deitar e levantar, etc. O resultado é funesto. Para o cavaleiro, o inconveniente do calção se traduz em prejuizos causados pelo dilaceramento dessa peça na altura do joelho, sem contar com outra face importante, qual seja que dificilmente se fica bem montado. Para o infante, a frequência dos exercícios de combate fica marcada no calção pelos rasgões logo produzidos no joelho. Parece bem claro que uma articulação, pela sua função de charneira, deve ficar o mais livre possível. Pois bem, o joelho, essa charneira importantíssima, segurança do cavaleiro e eixo muscular do infante, fica entravado na sua liberdade de movimento pelo uso do calção.

Para estudar melhor o caso do calção, vamos tratar do seu associado obrigatório — a perneira. Qualquer médico militar sabe o que significam as perneiras como responsáveis pelo comparecimento de grande número de soldados à visita médica. E' clássica a forma usada no Boletim Regimental: fica dispensado do uso das perneiras por

tantos dias o soldado... etc. É fácil buscar a causa, pois todos sabem que a junção das perneiras com os borguezins não se processa com harmonia, provocando, como resultado, em grande parte, o ferimento da perna no local de atrito das duas peças. Posteriormente, a parte inferior da perneira fica recurvada e o couro adquire consistência mais macia. Ao mesmo tempo o organismo toma medidas de auto-proteção, resultando que a pele no local do atrito fica enrijescida por uma calosidade. Quando isso chega a se dar já houve muito prejuízo: dias perdidos de instrução, medicamentos gastos e o aspecto desagradável de se ter em forma um homem desuniformizado. O espião de metal da perneira muito concorre para a falta de justaposição dessa peça com o borzeguim. Quanto à bota, suas desvantagens são menores que a perneira. Porém, não deixa de tê-las e vamos mencioná-las. A primeira é a dificuldade de descalçá-la. Depois, a desvantagem de não se poder graduar seu diâmetro no cano, pôr carecer de um dispositivo que permita deformá-la de acordo a grossura da perna. Existem outras desvantagens e não poderemos pensar em fazer da bota uma peça da distribuição tabelar de fardamento, não só em razão do seu custo elevado, como da impossibilidade de que três ou quatro tamanhos satisfaçam todos (ou a maioria) dos casos.

O problema do uniforme no que diz respeito às pernas pode ser bem examinado com a observação dentro e fora do Brasil. Distinguimos dois casos: uniforme para a instrução e uniforme para o serviço ou uso interno. Com relação ao primeiro caso, não vemos porque não se adotar a calça. Na guerra do Paraguai, que teve por teatro um terreno selvático e pantanoso, a maior parte das tropas brasileiras de infantaria fez a campanha de calça. Não nos consta que alguma desvantagem tivesse advindo disso. Os nossos cangaceiros, que militarmente são guerrilheiros, sempre andaram de calça e palmilham toda a espécie de terreno, coberto ou limpo. A calça não os impede de serem bons combatentes. As forças policiais volantes que os perseguem, embora tendo como uniforme regulamentar calção e perneiras, logo que entram em ação, passam imediatamente a usar calças. Sob o ponto de vista econômico, a calça é bem mais barata que o conjunto — calção e perneiras — e, sob o aspecto higiênico, mais aconselhável, por permitir a ventilação das pernas. Com relação à questão tempo, primordial para nós, a calça é mais prática de vestir e despir. Se quisermos buscar exemplos nos exércitos estrangeiros, veremos que em nenhum país importante se usa mais o conjunto calção-perneiras. No exército americano ora se vê a calça, ora a calça tipo bombacha combinada com uma pequena polaina de lona. No exército inglês, idem. Os exércitos organizados na Inglaterra por elementos oriundos de países ocupados (checos, poloneses, belgas, etc.) adotam a calça bombacha combinada com polainas de lona. Esse conjunto é belo e sa-

tisfaz tanto quanto a calça, sendo, também, barato e prático. Não nos esqueçamos que o couro é um material caro e que a supressão das perneiras entre nós traria uma notável economia. Os países de língua inglesa, que suprimiram as perneiras do uniforme de serviço, são habitados por povos essencialmente práticos, cuja influência cultural sobre nós substituiu quase completamente a de origem francesa, apesar da nossa formação latina.

No que diz respeito ao uniforme para o serviço ou uso interno, somos de acordo que a solução está na calça curta, por motivos ponderáveis. Isso, bem entendido, durante a estação quente, caso perene no Norte e temporário no Sul. A calça curta está de acordo com o clima quente sendo, destarte, mais higiênica. É muito mais econômica e muito mais prática. A adoção da calça curta seria um verdadeiro alívio para nós durante o verão. Um calção semi-apertado, conjugado a umas perneiras (ou botas) durante o verão, prendendo os movimentos, dificultando a circulação sanguínea e impedindo a ventilação das pernas, concorre para uma sensação maior de calor. Em termos de atividade orgânica isso significa: agravamento da estafa e consequentemente, diminuição da capacidade de trabalho. As tropas imperiais britânicas em qualquer parte de clima quente onde se achem, vestem a indefectível calça curta. Não acham isso ridículo, nem contra o aspecto militar porque têm uma concepção prática das coisas. Mais importante é ajudar o organismo a se proteger da canícula. É interessante observarmos isso porque o inglês é tradicionalista e muito aferado a idéias convencionais. O primeiro uniforme de um general inglês é coisa bem complicada. Não obstante, seja no deserto da África, nas ilhas da Oceania ou nas selvas da Ásia, o mesmo chefe britânico usa com toda a naturalidade a calça curta. Só temos motivo para imitar tão inteligente inovação.

Expendidos tão variados argumentos, todos comprováveis, deixamos aqui nossa contribuição a um provável alteração do uniforme na parte relativa ao calção e perneiras: adoção da calça ou calça bombacha combinada com polainas de lona para a instrução ou serviço externo, e uso da calça curta para a instrução ou serviço interno.

Agora chegamos à parte final do presente trabalho: os borzeguins. A forma de calçado utilizado no Exército é anatômica e, portanto, conforme a natureza morfológica do pé. É evidente, porém, que o calçado distribuído à Infantaria deveria ser ferrado, pois, a duração do tipo atual é bem menor, na realidade, que a prevista na tabela de distribuição de fardamento, que é uniforme para todas as armas. A instrução da Infantaria gasta mais borzeguins que a das outras Armas. Em épocas chuvosas, um mês ou, até menos, é capaz de inutilizar um par de borzeguins, quando a instrução é intensiva. Disso temos exemplo, por verificação pessoal de muitos casos. As unidades recebem um quantitativo

de remonte de calçado, mas isso não resolve o problema por insuficiência, demora ou outros casos. Finalmente, é imperativo um aperfeiçoamento no calçado, de tal modo que seu interior seja mais macio, permitindo ao homem utilizá-lo sem meia. Isso traria grandes vantagens. A dotação tabelar de meias não é suficiente e o resultado é que, breve, ou o homem passa a andar sem elas ou (caso pouco comum) adquirirá novos pares. Sendo o calçado de primeira importância para a Infantaria, seria interessante estudar um meio de melhor proteger os pés do infante, evitando a percentagem relativamente grande de estropiados nas marchas.

Poderíamos expender mais argumentos em favor das alterações sugeridas, porque êles existem, porém, como não desejamos ir além de uma exposição perfuntória, deixamos aqui nossa contribuição ao estudo que, por acaso, se venha a fazer de uma alteração no uniforme de serviço.

---



---



## *Moinho Fluminense S.A.*

**As melhores farinhas de Trigo e de maior rendimento**

### **MARCAS**

**"BOA SORTE" — "DIAMANTINA"**

---

**RUA URUGUAIANA, 118**

Telefone 23-1223

End. Tel. MOINHOFLUM

**RIO DE JANEIRO**

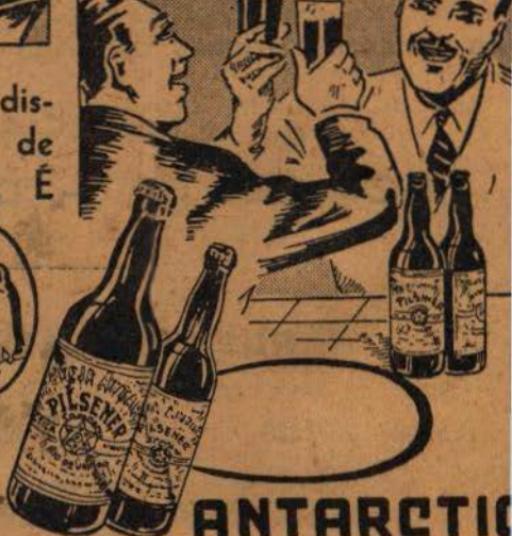
# UMA EXPERIÊNCIA QUE VALEU A PENA



Não há uma opinião dis-  
cordante da excelencia de  
Pilsener da Antarctica. É  
a mais fina e a  
mais saborosa das  
cervejas.



**PILSENER**  
É UM PRODUTO DA



# FORÇAS BLINDADAS

Artigo “Armate Corazzate”, pelo Gen. Horvath Sandor, publicado na “Rivista di Artigheria e Genio” (Italia)

Traduzido do inglês, da “Military Review” — Fort Leavenworth, Kansas, especialmente para a “Defesa Nacional”, pelo

Cap. TACITO DE FREITAS

Os modernos exercitos acham-se equipados com tão grande numero de armas de fogo, individuais, automaticas, morteiros, lanças-bombas e artilharia dos mais variados calibres, que a defensiva torna-se capaz de desdobrar um fogo extremamente intenso sobre o terreno em que o atacante deve progredir. Tais progressos do armamento em geral, trazem grandes dificuldades para as forças atacantes, ás quais cabe avançar a qualquer preço — por vezes protegidas pelo o apoio da própria artilharia.

A técnica militar — a organização das forças e os processos taticos — alternativamente concedem vantagens, tanto para o atacante, quanto para os elementos da defesa. Esta, presentemente, conta com uma decidida vantagem, tal a grande profundidade em que pode desdobrar o seu fogo potente e tambem pelo o fato de poder intervir em tempo com suas reservas nos pontos mais seriamente ameaçados da posição. Servindo-se habilmente desses dois elementos — profundidade da posição e jogo das reservas — quem defende certa faixa do terreno pode oferecer uma lenta e obstinada resistencia ao esforço de quem ataca.

Isto posto, o atacante deve progredir rapidamente, para assim conceder o menor tempo possível ao defensôr de realizar contra-ataques judiciosamente dirigidos. Em tais condições, para que um ataque progride rapidamente, terá de ser feito por uma força atacante blindada, a qual deve ser invulnerável ao fogo inimigo e dotada de grande rapidez — invulnerabilidade e rapidez essas que lhe permitam desorganizar a posição e desbaratar os contra-ataques dos elementos da defesa.

— Como deverão ser empregadas as forças blindadas ?

— Devem agir em estreita cooperação com a infantaria, ou devem ser capazes de uma ação decisiva, independentemente dessa arma ?

Adotada a primeira hipótese, serão as forças blindadas compelidas a reduzir sua velocidade de marcha e consequentemente a reprimir o ímpeto do ataque, de modo a avançarem com igual aceleração da infantaria. E isto é muito claro, pois, enquanto as forças blindadas procedem á “abertura do caminho” para a infantaria, não avançam com a rapidez indispensável á conquista dos objetivos que lhes foram atribuídos.

Uma das razões que militam em favor do emprego independente das forças blindadas é a de que, tanto quanto possível, cada elemento no campo de batalha tem um papel a desempenhar, u'a missão a cumprir. A missão principal de uma força blindada é “avançar”. Consequentemente, não deverá ela ficar atáda a sua infantaria, para que não reduzida sua capacidade de rapidez, mas, sim, deve avançar tão longe e tão rapidamente quanto lhe permitam as características de construção dos seus veículos. Devemos, também, torná-la capaz de servir-se dessas características para transportar a infantaria em veículos blindados, e de conceder ás unidades de artilharia toda a rapidez que os veículos motorizados utilizaveis possam fornecer.

De acordo com esta concepção, as forças blindadas não serão por muito mais tempo, um meio auxiliar usado nos ataques de massa da infantaria; tornar-se-ão unidades inteira-

mente independentes, que intervirão na batalha de modo decisivo, e serão organizadas de modo a englobarem elementos de infantaria, artilharia e engenharia.

Este conceito não exclui a possibilidade ou expediente de estinar á infantaria um destacamento de carros blindados, apaz de desimpedir o caminho, nos pontos onde as tropas inimigas, deixadas para trás pelas forças blindadas, estiverem oferecendo resistência forte á infantaria atacante.

Uma força blindada mixta, comportando infantaria, artilharia, sapadores, etc., é atualmente o tipo mais eficiente deidade de ataque, e, onde quer que seja empregada, é a principal arma, em proveito da qual todas as outras devem agir.

De acordo com a opinião do General Guderian, inspetor as tropas blindadas germânicas, as forças blindadas devem sermpregadas na conformidade de certas regras, que comportam :

- *a obtenção da surpresa* ;
- *o emprego da massa* ;
- *a utilização de um terreno favorável*.

O elemento *surpresa* é de capital importancia para a obtenção do sucesso. Os fatôres de uma surpresa são : —

- *rapidêz*
- *dissimulação ou camuflagem das forças* ;
- *conservação do segredo sobre características e condições de emprêgo*.

Quanto mais rápidas as forças blindadas, menor é o tempo urante o qual têm de agir ; o mais difícil está na coordenação dos seus diferentes elementos, para cooperarem com eficiência. Tais forças, portanto, devem ser organizadas desde o tempo de paz e convenientemente amalgamadas, de forma a que possam desempenhar-se a contnto na guerra.

O *segredo* relaciona-se não sómente ás atividades de tais forças no campo de batalha, mas tambem deve ser mantido com referéncia a todos os assuntos que se relacionam com a organisação e composição de ditas forças, desde o tempo de paz.

Quanto ao modo de assegurar o *emprego da massa*, em condições de desempenhar as missões designadas á uma força

blindada, comporta o mesmo a constituição de quatro escalões : —

— o primeiro escalão avançará resolutamente, com o fim de engajar reservas inimigas e desorganizar ou destruir seus comandos ;

— o segundo escalão atacará a artilharia inimiga e defesas anti-carros, que se tenham mantido ativas após a passagem do primeiro escalão;

— o terceiro escalão atuará como uma força blindada acompanhante, cooperando estreitamente com a infantaria amiga e ajudando a desobstruir o terreno dos elementos da infantaria inimiga, dentro da profundidade da posição atacada;

— o quarto e ultimo escalão é a reserva da força blindada. Fornece apoio ao primeiro escalão e, eventualmente, engaja-se com as fôrças blindadas do inimigo, que mais tarde venham a intervir.

Como é facil de vêr-se, o primeiro escalão é que suporta a maior pressão, pois deve conservar engajadas as fôrças blindadas inimigas, pelo menos até que o grosso das fôrças amigas intervenham na batalha. Este escalão, portanto, deve estar poderosamente organizado; algumas das unidades blindadas mais pesadas, artilharia blindada e unidades anti-carros devem-lhe ser obrigatoriamente atribuidas.

#### No que concerne ao *terreno favorável*:

E' tambem de vital importancia para um ataque de fôrças blindadas, a questão da escolha de um terreno apropriaado ao emprêgo dos carros.

Os meios mecânicos são capazes de um determinado esforço, o qual deve ser exatamente conhecido; será inutil e perigoso exigir que o desempenho das unidades mecânicas vá além da sua capacidade. E' de bom aviso ter sempre isto presente, pois, a tendência é do emprego indiscriminado.

O terreno em que deverão operar as fôrças blindadas terá sempre de ser cuidadosamente estudado, si a natureza ou o inimigo tiverem criado obstáculos, tornando-o inadaptable á ação desses elementos, nenhum recurso restará senão con-

duzir o ataque abandonando o "auxilio" do elemento terreno, apesar de que é de uso corrente reconsiderar a possibilidade de encontrar um terreno onde tais forças possam ser vantajosamente empregadas.

Desde o tempo de paz, a força blindada deve ser posta em condições de efetuar os reconhecimentos estratégicos e táticos, que lhe incumbem.

Os reconhecimentos longinquos competem á aviação. Os estratégicos são executados por carros blindados leves e de grande velocidade. Os reconhecimentos táticos caberão a unidades de tanques leves.

Como se deduz facilmente, toda força blindada possue as suas tropas especialmente destinadas a tais reconhecimentos. O grosso destas forças opera rapidamente no terreno, a grande distância do inimigo, articulado em largura e profundidade, com os seus diferentes elementos cooperando estreitamente e deverá transmitir ao comando, com urgencia, o resultado dos seus trabalhos.

Uma divisão blindada poderá ser chamada para atacar as fortificações permanentes construidas desde o tempo de paz pelo inimigo; poderá intervir, de outro lado, para destruir fortificações de campanha. No ataque ás fortificações do primeiro tipo, geralmente encontradas uma única vez no curso das operações de fronteira, são necessárias unidades dotadas de tanques pesados (40 ton. e muito pesados (70-100 tons.). Carros pesados e muito pesados não pertencem organicamente a uma divisão blindada, pois tal inclusão tornaria a divisão mais lenta. A organização geral da divisão blindada deve ser baseada na presunção de que ela unicamente será empregada na destruição de obras de campanha.

A brigada da divisão blindada é constituída de 2 regimentos de tanques, cada um composto de 2 ou 3 batalhões.

O armamento dos tanques é de decisiva importancia. Todos devem estar equipados alem das metralhadoras terrestres

e anti-aereas, com canhões anti-tanques, cujo calibre atualmente varia de 20a 80m/m. Canhões de maior calibre tornam os tanques capazes de resistir aos ataques de elementos pesados. A blindagem dos carros deve assegurar proteção contra a penetração de projéteis de armas ofensivas, pelo menos até 500 metros.

A divisão blindada deve também compreender uma brigada de "atiradores motorizados", que são incumbidos da missão usualmente dada à chamada "infantaria rápida", seguindo atrás das brigadas blindadas com o fim de explorar os êxitos das mesmas no ataque, e, também, com a missão de desbaratar os contra-ataques inimigos sobre elas, impossibilitando-os de sucesso.

A artilharia de uma divisão blindada deve ser capaz de acompanhar as brigadas blindadas no seu rápido avanço e de suportar o peso dos ataques da infantaria motorizada inimiga. Consequentemente, deve ser capaz de movimentar-se rapidamente para fora das estradas, tem em seus veículos blindagem contra os projéteis da infantaria, possuir um temperamento de aço e estar pronta para agir a todo o momento pelo fogo dos seus canhões.

E' extremamente difícil comandar esta artilharia. O tempo a seu dispor é extremamente curto, sempre; seus alvos movem-se rapidamente e mudam de instante a instante. E', portanto, inutil falar de um plano de fogo ou uma direção central de fogo para esta artilharia. Os métodos da artilharia a cavalo do passado, a qual, durante a ação, atacava afrontosamente os mais perigosos, serão qui os de melhor sucesso.

Quanto mais rapidamente uma unidade blindada se movimentar, maior sucesso terá a sua ação. E' possível considerar um avanço sem paradas com a máxima rapidez permitida pelos motores e pelo terreno, de forma a penetrar nas linhas inimigas em sua completa profundidade, afim de desorganizá-las inteiramente. Este método, contudo, não pode ser de em-

prêgo generalisado; tem a sua oportunidade, sempre que a importancia do objetivo comporte um desprezo absoluto pelas proprias perdas do atacante e, mais, que a defeza inimiga apresente falhas. Afim de guardar relativa proteção do fogo inimigo, será sempre necessário planejar o avanço por lanços, de objetivo em objetivo, porque a proteção somente pode ser obtida durante as paradas.

Desde que se pode avaliar que o inimigo não somente escolhe o terreno mais desfavoravel á progressão dos carros para aí instalar seu dispositivo defensivo e que, tambem, prepara muitos obstaculos artificiais capazes de impedir o avanço, a divisão blindada deve estar provida de engenharia e unidades de sapadôres, em condições de desobstruir o terreno, sob o fogo inimigo. Estes elementos são equipados com carros blindados especiais (removedores de minas, caminhões conduzindo pontões, equipagens de pontes, lança-chamas, etc.).

As transmissões constituem a mais importante taréfa dentro de uma divisão blindada, para a maior rapidez do avanço; o grande perigo consiste em que as unidades, por deficiencia dos meios de transmissões, venham a extraviar-se do comando durante o movimento para a frente.

Em combate, as transmissões somente podem utilizar o radio. Tendo em vista que o desenvolvimento do combate de uma divisão blindada deve ser conduzido de modo a que o comandante de cada pelotão de carros esteja em condições de comunicar-se com cada um dos seus carros pelo radio, qualquer um poderá avaliar quantas ondas de comprimento diferentes serão utilizadas, a-fim-de evitar disturbios nas comunicações.

Somente uma brigada blindada compõe-se de cerca de quinhentos carros! A situação complica-se, no particular das transmissões eletricas, pelo fato de que o inimigo poderá usar tambem as mesmas distancias em ondas longas e curtas. Consequentemente, devem ser usadas ondas ultra-curtas no serviço de transmissões radio-elétricas das unidades blindadas, para evitar possiveis interferências por parte de estações inimigas.

# A Defesa Nacional

em

## SÃO PAULO

A representação exclusiva desta revista no Estado de São Paulo, capital e interior, está a cargo do Bureau Interestadual de Imprensa, cuja sucursal se acha instalada na Rua Barão de Piranapiacaba, 61 - 4.<sup>o</sup> andar, — Telefone 2-5841.

Os interessados pôdem dirigir-se ao endereço supra para anuncios, assinaturas, etc.

Chefe da Sucursal: — Mario Herédia.

Só podem efetuar recebimento de contas de **A DEFESA NACIONAL** os cobradores devidamente autorizados pelo chefe da Sucursal do B.I.I.



Anunciar na **A Defesa Nacional** é fazer  
publicidade eficiente.

# Como Orientar a Juventude

Major XAVIER LEAL

Em todos os países, em todos os tempos, desde que as nações se organizaram política e socialmente, a Juventude sempre constituiu o futuro, a esperança da nacionalidade. Para não volver muito longe nos tempos históricos, basta que cheguemos à época de Roma e Grécia, para ver na Educação Física, cívica e guerreira da sua mocidade, a base da manutenção do seu poderio, o pedestal em que assentavam as suas vitórias consecutivas sobre os demais povos, assim como o aprimoramento das qualidades sociais, do espírito de audácia e de iniciativa, enfim desse conjunto de fatores indispensáveis para a luta e para a imposição da superioridade; os jogos olímpicos e as disputas entre espartanos e atenienses, de todos nós conhecidos, através os estudos nos Ginásios, representavam, essencialmente, as manifestações de uma juventude forte e ucedida, cuja preparação espiritual e física, estava sempre orientada para as decisões políticas e militares e para a consecução das finalidades e dos objetivos traçados pelos chefes, pelos filósofos ou pelos guias. E assim, tempos afóra a mocidade, a Juventude em todas as nações, às vezes orientada, outras vezes por iniciativa própria, ao influxo das suas paixões ou tendências, sempre influiu nos destinos das nacionalidades. Muitos dos acontecimentos políticos mundiais têm tido a sua contribuição. Entretanto, à proporção que caminhamos para os tempos atuais, temos visto a educação da Juventude, primeiro completamente fóra da órbita dos Estados e do Governo, e, segundo, absorvida, centralizada e orientada pelo Estado. Qual dos dois processos será melhor? Não resta dúvida que o último. Os moços que compõem a Juventude de hoje, devendo ser os homens de amanhã, aqueles que irão assumir os postos de responsabilidade e dirigir os destinos da nação, passando, intermediariamente, por outros postos ou desempenhando obrigações de natureza técnica, profissional ou militar, precisam, por isso mesmo, ser instruídos e orientados pelo Governo, inclusive sobre os problemas palpitantes da atualidade, as suas soluções já aceitas ou definidas, o seu desdobramento e as suas perspectivas futuras.

No Brasil, como em outros países, a Juventude estava, até há bem pouco tempo, entregue a si mesma, ou então orientada dispersivamente nos ginásios e associações. Não havia, pois, a uniformidade indispensável num problema tão relevante como este. Chegamos com esse descuido à formação de uma mentalidade quasi que exclusivamente contaminada das cousas de cinema, das palestras vasias de cafés ou dos pontos de esquinas. Isto que deveria constituir derivativo, estava constituindo motivo principal do esprêgo de tempo da nossa mocidade. Perdia-se o tempo com os ditos chistosos, estúpidos e sem graça, com a falta de respeito às cousas e às pessoas. Nenhum interesse pela sorte da Pátria, da Família e da Humanidade. Não se ligava nenhuma importância às conquistas do espírito, da ciência e da cultura, salvo manifestações isoladas, sem grande força de expressão e sem repercussão apreciável, partidas, ou de grêmios estudantis ou da iniciativa particular. Enquanto isso, com a aparição dos regimens totalitários, e dentro de suas normas de absorção pelo Estado de todas as atividades individuais, sem distinção de classes, idades ou sexos, a Juventude passou a ser, propriedade integral do Estado nos respectivos países. A educação das Juventudes totalitárias, se bem que de bons resultados em vários pontos — não se pôde negar — tendeu, contudo, para a exclusiva formação de u'a mentalidade guerreira e agressiva, de acordo com a suprema orientação político-militar dos seus Governos. Isto trouxe, como grave defeito, o embotamento e a perda da personalidade, a formação de indivíduos autômatos, sem direito a raciocinar, apenas com a obrigação de cumprir ordens sem discutir. O esfôrço da educação orientado, assim, nos aspectos físico e técnico, prejudica o lado cultural e moral. Nem um extremo nem outro, devemos procurar, na educação de nossa Juventude, o meio termo útil, o justo de todas as cousas humanas.

— Que procurou o nosso Governo atingir com o Decreto que criou a Juventude Brasileira. Procurou, dentro da ordem de idéias que citamos, uniformizar a educação da nossa mocidade, criar nos nossos jovens u'a mentalidade sadia, esclarecida e construtiva, à altura de poder servir, futuramente, aos destinos da nacionalidade. Para isso objetivou que se lhe fossem proporcionados, ao que sabemos:

- 1.º) instrução cívica;
- 2.º) instrução pré-militar;
- 3.º) educação física.

Estes três pontos, constituem, é verdade, os elementos essenciais para a educação da Juventude. Ao nosso vêr, porém, na fáse técnica

porque atravessa o mundo, a Juventude não poderá deixar de ter os conhecimentos técnicos e saber a sua aplicação aos problemas ligados à industria de paz e de guerra e à consequente produção industrial e econômica.

Dai uma instrução técnica.

Se passarmos agora à execução do programa brasileiro da educação da Juventude, constatamos que, por vários fatores, não obstante o avanço conseguido nos últimos anos, que conhecemos pelas Paradas e demonstrações físicas da Juventude, particularmente nos grandes centros, como Rio, S. Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, ela não tem passado, até certo ponto, de tentativas.

Podemos citar as seguintes razões:

1.º) — Dificuldade de coordenação e controle dada a grande extensão territorial brasileira.

2.º) — Falta de um programa oficial pormenorizado e de obrigatoriedade de auxílio por parte dos governos estaduais e municipais.

3.º) — Falta de estímulo por parte dos cidadãos em condições de prestá-lo.

4.º) — Falta de assistência permanente por parte das autoridades nos diversos gráus.

5.º) — Falta de compreensão e de exação por parte do grande número de jovens.

Desta maneira a execução de educação da Juventude, tem estado até agora, em muitos aspectos, apesar da orientação governamental, sob a iniciativa particular.

Apontado estes pontos, que, acreditamos, serão corrigidos, ventilemos, de modo geral, qual deverá o plano de ação.

No setor da instrução cívica, além das palestras, conferências e reuniões nos centros da juventude, deverão ser aproveitadas todas as oportunidades — datas e festas nacionais, políticas e militares — para aprimorá-la.

A instrução pré-militar, constante de ordem unida sem arma e noções sobre a organização e armamento das unidades militares, poderá ser dada simultaneamente nos Centros, por instrutor militar designado e nos quartéis, por meio de visitas e demonstrações periódicas, semanais ou quinzenais.

A educação física deverá ter uma alta finalidade disciplinar e moral, além de higiênica. Sob uma imprescindível orientação pedagógica e científica, ela não deverá perder de vista a compreensão esportiva, o espírito de disciplina de atitudes, que deve reinar em todas as competições; as demonstrações fóra destas normas, perante o público, só servirão para desprestigar a Juventude, tirando-lhes o auxílio, que por ventura ainda poderia vir.

A instrução técnica se fará mediante exposição sumária e palestras sobre os problemas nacionais e do mundo, no domínio da técnica: siderurgia, metalurgia, motorização, aeronáutica, etc. e, paralelamente, por meio de visitas às fábricas, parques e arsenais, do Governo e particulares, onde, sob a orientação e exposição dos técnicos, a Juventude irá se capacitando das necessidades e das realizações nacionais; formará uma idéia dos problemas do petróleo, do álcool motor, das matérias primas em geral, da produção sintética e dos sucedâneos.

A instrução da Juventude ainda poderá comportar acampamentos, concentrações, estadias em colônias de férias e recreios e torneios culturais e artísticos. São estes os traços gerais básicos para a educação da Juventude brasileira, cujo programa detalhado, naturalmente, será baixado pelas autoridades competentes.

Para a execução desse programa, seria conveniente a nomeação de Inspetores do Governo em cada cidade brasileira.

## Tática de infantaria nos pequenos escalões

### PUBLICAÇÃO DE TRABALHO — AUTORIZAÇÃO (Por esta Chefia)

I — Autorizo a publicação do livro "Tática de Infantaria nos pequenos escalões", de autoria do Tenente-Coronel Alexandre José Gomes da Silva Chaves.

O Estado-Maior do Exército é de parecer que se trata de um trabalho meticoloso, de grande valor didático, indispensável aos cadetes e oficiais subalternos de infantaria, e de grande utilidade aos oficiais das demais armas que queriam conhecer perfeitamente as possibilidades e servidões de Infantaria.

II — Em seu prefácio, elaborado pelo Coronel RENATO BATISTA NUNES, se louvou também este Estado-Maior para autorizar a publicação do trabalho do Tenente-Coronel ALEXANDRE CHAVES, ainda oportuna e como contribuição a uma justa homenagem ao autor, oficial de escol, sobejamente conhecido no Exército e onde o seu prematuro desaparecimento deixou sensível lacuna.

Bol. int. do E.M.E. n. 242, de 17-XII-943 págs. 1776/77).

**PREÇO: Cr\$ 16,00, COM O PORTE**

À venda na "Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual (A Defesa Nacional)" e nas principais livrarias.

# Retomemos o espirito ofensivo

1.º Ten. RUI ALENCAR NOGUEIRA

## I — AUMENTO DA POTÊNCIA DE FOGO

Desde o princípio da guerra passada que o fogo passou a desempenhar papel preponderante no desenrolar dos combates. Assim, o Exército francês — padrão daquela época — dispunha, de início, unicamente de três secções de metralhadoras Saint-Étienne para cada Regimento de Infantaria. Outras armas não eram conhecidas além douzil e sua baioneta, instrumento de guerra que facultava ao movimento aracterísticos verdadeiramente assombrosas, permitindo arrojos e desemores que conduziam à vitória.

Nos primeiros meses de guerra, os campos de batalha encheram-se de metralhadoras alemães, taticamente muito bem empregadas e, passou ser reconhecido o valor incontestável da arma automática.

Nova fase surgiu: aumento das armas automáticas e consequente perfeiçoamento. E aquele insignificante número inicial passou a ser riplicado, quadruplicado e tão ascendente era a escala que não mais foi possível o emprego de tanta metralhadora. As unidades orgânicas omaram outra feição. A arma automática atingira o seu apogeu, razendo a necessidade da solução de um outro problema: era preciso pensar na combinação do fogo e do movimento e tornar a metralhadora maneável. Foi a época do aparecimento do fuzil metralhador.

Mas não ficou aí o progresso armamentista e das ações e reações consequentes, outras armas foram aparecendo também: — o canhão 37 francês, o morteiro, a granada, além do aperfeiçoamento dos processos e tiro, permitindo um maior efeito e uma melhor utilização do armamento.

De tal maneira consolidou-se a necessidade do emprego do engenho e tiro curvo para o desenrolar das ações ofensivas que os exércitos modernos dão à companhia de fuzileiros o morteiro de 65 m/m — rma capaz de permitir ao Capitão de fuzileiros, decidir pequenos roblemas sem recorrer ao seu comandante de Batalhão. E' que, para gir contra um inimigo abrigado não mais adianta a arma de tiro nso. Torna-se necessário destroçá-lo dentro dos abrigos, desmoralizá-lo, atordoá-lo, e deixá-lo sem poder agir com as suas armas automáticas ou melhor, em linguagem mais técnica, para neutralizar armas

Dai, decorre a importância de ser mantido o ardor da ofensiva — e do combate que obriga o chefe a decidir, a raciocinar e a exteriorizar as suas verdadeiras qualidades de condutor de homens; daí, surge imperiosidade de ser dado à Infantaria um armamento que a deixe em condições de combater sózinha, em determinadas ocasiões; daí, nos em título II, do R.E.C.I.: "Por mais eficaz que seja o apoio do à Infantaria pela artilharia e pela aviação ou pelos carros, jamais poderá suprimir completamente os obstáculos e as resistências opostas ao inimigo. Além disso, em certas zonas, as outras armas, particularmente a artilharia, não podem atirar ao mesmo tempo que a infantaria, quer por considerações de segurança, quer por causa do terreno. Nessas as, compete à infantaria executar o combate com o seu próprio armamento, reduzir, por si só, as resistências que se opõem de maneira imediata à sua progressão".

O aparecimento do engenho blindado e o grande desenvolvimento da aviação de combate criaram uma constante preocupação para o homem: os meios de defesa, dado que o fator moral, no caso, é de suma importância. Vieram os engenhos anti-carros, as metralhadoras e os aviões anti-aéreos, procurando o infante solucionar o caso da defesa a contra avião, com a possibilidade de poderem as secções de metralhadoras realizar o tiro mediante adaptação simples e rápida.

No entanto, como estamos sabendo presentemente, tal processo de defesa ativa não produziu resultado, pois os projéteis são impotentes na perfuração das blindagens dos aviões; não há suficiente mobilidade de tiro capaz de corresponder às grandes velocidades dos aparelhos e o alcance é extremamente reduzido, não satisfazendo às necessidades de combate. Além disto, o pouco rendimento apresentado não dá ao homem a certeza moral da proteção, o que acarreta uma situação vexadora e assombrosa, os bombardeios aéreos.

Em consequência da fragilidade dos meios de defesa ativa, a ação torna-se absoluta, podendo realizar ataques em todos os sentidos sem que se lhe possa opôr uma resistência sistematizada e eficazmente produtiva.

Com relação aos carros, quasi o mesmo fenômeno se passou. O carro blindado causou tamanha surpresa na frente de Cambré, em 1918, que dizia um general alemão: "Quem nos venceu não foi o general Foch, mas sim o general Tank". Desde logo, foram sentidas as fraquezas da Infantaria para fazer face ao homem couraçado, atingido livremente com as suas armas, deslocando-se em todas as direções, em campo de batalha, com a moral elevada e perfeitamente senhor da situação.

Por outro lado, para todas as ações ofensivas, sentia-se o infante amaldiçoado; aumentava a sua potência de fogo, dispunha de um elemento extremamente móvel que o poderia arrastar facilmente frente

aos seus objetivos, ultrapassando sem grande temor as organizações terreno, até à conquista do objetivo final.

O emprego do carro de combate estava intimamente ligado as Infantaria e assim, lemos no nosso R.E.C.I. o ensinamento, fruto exclusivo da guerra passada, sentiremos, de inicio, que a noção de emprego mesmo era bem diferente da que se tem atualmente, principalmente com relação ao número ou melhor, a dosagem, o que constituiu a grande surpresa da guerra atual, causa de tão serios desastres. Leiamos: "A exposição feita sobre os processos de combate ofensivo da Infantaria só *accessoriamente* foi encarada a participação dos carros de combate. Os recursos disponíveis, a natureza o estado do terreno, as fórmulas condições do ataque não permitem com efeito, ao comando atribuir unidades de carros a todas as unidades de carros a todas as unidades atacantes; por outro lado, a designação de carros para apoiar certas unidades não modifica de maneira profunda os processos de combate destas últimas". "Os carros têm como missão normal o acompanhamento da Infantaria. A Infantaria deve ir onde os carros vão. E' que tanto de honra para ela nunca deixar um aparelho nas mãos do inimigo. Se um carro fôr assaltado, ela não hesitará em atirar sobre o adversário, mesmo com suas armas automáticas".

Pelo exposto, a ligação tão intima Infantaria — Engenho blindado denota a preocupação de uma associação de fogo que permita àquele dispôr de um orgão de fogo bastante móvel e relativamente poderoso para avançar destemerosamente, de moral elevada, mas sem perder ligação com o último, o que significaria dizer que o carro passaria ser uma velha tartaruga enorme e pesada, a vomitar fogo, com o deslocamento de 4 a 5 quilômetros, em média, sem perder de vista Infantaria, a quem até pedia socorro.

Era, podemos dizer, um escalão de fogo diferente e o seu comando estava às ordens da unidade de infantaria, empregada.

A guerra moderna, ampliou esta noção, mas não modificou a característica de emprego. O engenho blindado não é, como a primeira vista se pôde pensar, capaz de ser jogado em qualquer frente sem obedecer a características técnicas e táticas.

Atualmente, os carros são empregados em quantidades variáveis desde um só, isolado, até unidades completas (Defesa Nacional, abril, 1941), têm uma velocidade média de 40 a 50 quilômetros a hora, grande raio de ação e podem agir independentemente a grande distâncias. Estamos na fase da luta do carro contra o carro.

Estará, com isto, diminuindo o prestígio da Infantaria?

Absolutamente não! Falta ao engenho blindado a possibilidade de conquistar, ocupar e defender o terreno. Age ele, penetrando profundamente nas linhas inimigas, como uma verdadeira vanguarda, b

potente, capaz de proporcionar a Infantaria uma marcha de aproximação em condições mais favoráveis.

Em consequência, veio a criação da infantaria transportada, cuja finalidade é seguir de perto a vanguarda mecanizada e realizar aquilo que ela não pode fazer: "*conquistar, ocupar e conservar o terreno*", ou adquirir uma mobilidade maior, de modo a poder ser jogada onde se fizer necessário no decurso do combate. Atrás dela, vamos encontrar o infante a pé, coroando a conquista do objetivo e assegurando, pela colocação dos diferentes órgãos de fogo, a definitiva posse do terreno.

Empregam-se carros em largas frentes e, de preferência, em massa. Nunca se lhes poderemos atribuir missões em desfiladeiros ou em frentes demasiadamente estreitas.

Uma divisão de carros possúe, além do veículo que serve de base à sua constituição outros veículos e mais tropas de infantaria, artilharia, sapadores, transmissões e também engenhos anti-carros, formando isto uma coluna de estrada em deslocamento de milhares de veículos, numa profundidade de cerca de 40 quilômetros, possuindo ainda, quanto aos carros, três tipos diferentes: carros leves (até 10 toneladas), carros médios (até 20 toneladas) e carros pesados, de maior tonelagem. Além disto, como citámos, a divisão comporta autos caminhões qualquer terreno (tração dianteira e traseira para transportes diversos, inclusive de tropas de infantaria, batalhões de motociclista, T.C. motorizados, oficinas transportáveis, etc.

Os carros não constituem inovação da presente guerra. Elas tiveram um largo emprêgo na guerra passada e os nossos próprios regulamentos deles fazem menção, no estudo das diversas fases do combate, ora consignando o emprêgo, ora apontando os meios de defesa contra eles.

No entanto, hodiernamente, a transmudação operada, a potencialidade adquirida a ponto de transformá-los em fortaleza metálica de fácil deslocamento, a despejar projéteis de calibres diferentes, a enfrentar obstáculos até então inexpugnáveis, a resistir ao choque das defesas, criaram a chamada "guerra relâmpago", de tão graves consequências.

Com tudo isto, não se entibiou o velho infante, antes ao contrário, procurou os meios de defesa mais apropriados e, dentre todos vamos citar um, que vem tomando vulto desde a guerra da Espanha: o *ataque aos carros*. Embora isto pareça absurdo, pela audácia que encerra, embora apresentando resultados diminutos, serve, no entanto, para testar que "apesar das máquinas e com as máquinas, o homem moral é a alma da infantaria".

O processo citado consiste no seguinte: "sendo notado que os pontos mais vulneráveis do carro para as armas dos infantes eram os

tanques de combustível e as seteiras de visada, a cerca de 150 metros à frente das posições colocavam-ses três a quatro homens, bons atiradores e, particularmente, corajosos, que abriam fogo visando de preferência as seteiras de observação".

O exército japonês, desenvolvendo os métodos de instrução na infantaria para defesa contra carros, criou o ataque direto aos blindados estabelecendo a 300 metros de distância, uma concentração de fogos de armas automáticas, contra as seteiras de observação. Com este processo não se vai querer destruir o carro, como os abssinios na guerra com os italianos, atacando engenhos blindados a arma branca, mas sim, procura-se impôr perdas à equipagem ou, no mínimo, deixá-las semi-confusas e perturbadas.

Ainda nas unidades de defesa contra carros do exército japonês, foram previstas companhias de fuzileiros-volteadores especialmente destinados a destruição dos carros, quer utilizando minas cuja colocação seria feita diretamente sob a lagarta, quer pela colocação de granadas explosivas e fumígenas sobre os mesmos.

De todas estas missões de sacrifício é capaz o infante e ainda de muito mais se sempre fôr mantido, em efervescência, o espírito ofensivo porque "é sempre mais fácil conter o ardor ofensivo e exigir uma atitude defensiva, do que pretender transformar hábitos de defensiva em capacidade agressiva e manobreira".

### III — O ESPÍRITO OFENSIVO DA AVIAÇÃO

O Ten. Cel. Nilo Guerreiro Lima, em recente artigo publicado na Defesa Nacional, fundamenta a vitória do exército alemão, no desenrolar da luta na europa, no triângulo: aeronáutica — arma blindada — infantaria.

O desenvolvimento da aviação veio trazer uma outra modalidade de infante do ar, mais audacioso e destemido, pronto para ser jogado nas retaguardas inimigas, na incerteza de auxílio em tempo oportuno arcando com as responsabilidades da sua extremada coragem.

De conformidade com os nossos regulamentos, a aviação desempenha as seguintes missões que interessam a infantaria: reconhecimento, vigilância em proveito do comando, acompanhamento e ofensiva.

O acompanhamento consiste em:

- a) guardar a ligação durante um tempo determinado, com as unidades de infantaria ou de cavalaria e assinalar ao comando os incidentes de combate e o ponto que atingem as unidades de 1.º escalão;
- b) observar os movimentos de 1.º escalão inimigo; detida a progressão da tropa amiga, determinar se se chocaram contra

uma fraca cortina de fogos, ou se ao contrário, contra uma posição solidamente mantida; reconhecer os centros de resistências, carros de combate e peças empregadas contra carros; descobrir indícios de contra ataques, etc.”.

Disto decorre a intima ligação a ser mantida entre a aviação e a infantaria, ligação esta mantida e assegurada pelos diferentes processos T.S.F., artifícios, painéis, mensagens lastradas, etc.

Pelo que vimos, a aviação tinha esfera de ação limitada, sempre narrada a infantaria ou a cavalaria, tendo diminuta ação ofensiva.

Na guerra moderna, a aviação, desde o momento inicial, tem a sua utilização preconizada de maneira muito mais ampla, estabelecendo o domínio do ar, destroçando as forças aéreas inimigas, as organizações terrestres, dando ao exército o “espaço protegido” e iniciando uma plena ação, possibilitando logo, a abertura de brechas nas linhas, versárias, pela “arma blindada”.

Ampliou-se a sua capacidade de ação pela diferenciação típica dosarelhos utilizados: reconhecimento, caça, bombardeio e transporte. Unidades constituidas, recebendo missões distintas, perfeitamente interligadas, agindo em proveito quer da arma blindada, quer da infantaria, com um raio de ação imprevisível, tendo os movimentos perfeitamente controlados pelo T.S.F., constituem o grande pavôr da terra moderna, quer pelo efeito moral, quer pelo dano causado de dia ou durante a noite pelos terríveis bombardeios de quem temos tícias.

O principal trabalho da aviação é feito em proveito da arma blindada, que, em terra, sorrateiramente, aproveita os efeitos dos bombardeios para penetrar pouco a pouco nas organizações inimigas, desalentá-las e enfraquecidas e de moral abatido. A ligação entre ambas é instantânea e necessária, pois que, enquanto a primeira age a segunda em uma “posição de espera”; os reforços inimigos, os melhores, hierárquicos, as colunas em marcha e todas as demais informações são transmitidas aos carros pelo observador aéreo.

Atualmente, os aviões de mergulho constituem “o melhor apoio das divisões de carros” e com tão grande desenvolvimento da arma blindada a infantaria passou a ter mais esta grande preocupação: — ataque vindo do espaço.

A aviação moderna só tem um lema: “Quem ataca tem meia boria”. Se as forças terrestres atacam, ela ataca. Se as forças terrestres estão na defensiva ela ataca com maior impeto”.

Contudo, nenhum arrefecimento poderá haver para a sua conduta, que sómente ela é capaz de conquistar, ocupar e defender o terreno.

Para que possamos fazer face aos ataques partidos do espaço, além dos meios de defesa ativa, temos que pensar, com mais carinho ainda,

no aproveitamento do terreno — o velho amigo do infante. E' ele que "judiciosamente aproveitado, na ofensiva como na defensiva, permite à infantaria aumentar a potência do seu fogo, em virtude da proteção que lhe permite dar às armas".

Qualquer erro na apreciação do terreno ou na sua má utilização é pago bem caro, pois que é ele elemento essencial do combate.

Para que possamos tirar o máximo resultado, para obtermos uma perfeita eficiência, necessário se torna um conhecimento profundo do armamento a utilizar, das suas características de emprego, dos processos de tiro, razão porque a infantaria deixou de ser a arma simples dos "quadrados" para se tornar a arma completa, técnica, capaz de combater sozinha com os seus próprios recursos, em determinadas situações.

Absolutamente não diminuiu o valor da infantaria o grande desenvolvimento da aviação moderna. O infante do ar ou paraquedista, empregado com real vantagem, para alcançar objetivos importantes, cujos obstáculos naturais sejam intransponíveis por qualquer outra forma cujos meios de defesa deixarem a prova o bombardeio da aviação ou o canhoneio da artilharia, atesta bem o quanto pode uma infantaria aguerrida e arrojada par conquistar, ocupar e defender o terreno que de outra maneira, jamais poderia ser conquistado.

#### IV — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, podemos concluir que a infantaria necessita, para atingir à sua verdadeira finalidade, de uma instrução intensiva e de uma preparação sistematizada dos seus quadros. Nada poderá ser feito, se não existirem comandantes de pequenas frações, cmts. d Pel., G.C. e esquadras, sobretudo, de G.C., aptos para o comando energicos, decididos, de moral elevada, de raciocínio rápido, inteligência viva e ação imediata.

O resultado do combate não é mais do que o conjunto harmônico das ações de todos os comandantes de escalão inferior, cada qual cumprindo judiciosa e fielmente a missão recebida.

O nosso G.C. é caracterizado como sendo a menor unidade de "tiro, de infiltração e de patrulha", podendo ser comandado diretamente pelo seu próprio comandante, à voz ou por gesto, o qual também lhe serve de guia, no sempre lembrado: — "sigam-me" ou "faça como eu" — símbolos expressivos do exemplo a seguir.

Sem o concurso do sargento comandante de G.C. jamais pode o tenente conduzir o seu Pel. aonde a sua vontade impõe, em face à missão recebida.

Eis porque a formação dos sargentos e cabos, atualmente, merece cuidado especial. Não pensemos em ter infantaria manobreira se

dispormos de bons sargentos comandantes de G.C., capazes de impulsionarem com vigor a tropa que lhes seguem.

Esta preparação é tanto mais notória quanto consideremos que o fator moral e a preparação militar, na guerra moderna, andam de braços dados. Comandantes de pequenas frações sem formação moral jamais conseguirão manter no terreno, até o momento oportuno, a sua tropa ante a avalanche de engenhos mecanizados; comandantes de pequenas unidades sem "fibra" nunca chegarão ao combate corpo a corpo; comandante de pequenas frações sem espírito de sacrifício em tempo algum conseguirão fazer despencar os seus homens do bôjo dos aviões de transporte.

No Corpo de paraquedistas do Exército alemão quem primeiro salta é o tenente comandante de pelotão, seguido pelos sargentos, pelos cabos e, finalmente, pelos soldados, ao mesmo tempo em que, por outro lado, médicos e enfermeiros já estão se lançando no espaço, dando a todos a certeza de que o socorro será prestado.

Nestes momentos, em que se opera uma dispersão natural de todos os elementos, impõe-se de maneira notável, a iniciativa oportuna e bem orientada do graduado, para que o fracasso não sobrevenha quando tudo é expectativa e incerteza.

Aliás, o nosso R.I.Q.T. começa com esta simbólica declaração: "a instrução tem por objetivo principal a preparação para a guerra". Ela visa desenvolver ao máximo: — o valor moral, o valor físico, os conhecimentos técnicos e a aptidão manobreira". E isto nos indica uma orientação certa a seguir e perfeitamente atualizada.

Prosegue o citado regulamento com perfeição de detalhes, estabelecendo "grupamentos de instrução", de modo que, no corpo de tropa, haja preparação para a guerra por parte de todos e não sómente do soldado e, para os sargentos, mesmo após a instrução de formação, as instruções de aperfeiçoamento e aplicação deverão ser mantidas, quer sob a orientação do próprio comandante, quer principalmente, na sub-unidade, onde o capitão ministrará pessoalmente (n.ºs. 50, 87, 93, 98, do R.I.Q.T.).

Ao meditarmos sobre a guerra — cousa, aliás, normal para nós que dela somos profissionais — devemos pensar na formação dos nossos graduados e cuidar com afinco, da formação moral, "base da disciplina, cuja essência é a submissão absoluta às ordens recebidas e a correção constante de atitudes tanto física como intelectual (R.I.Q.T.)" e desenvolver, sobretudo, o espírito ofensivo dos nossos homens, na certeza de que, sendo "mais fácil conter o ardor ofensivo e exigir uma atitude defensiva, do que pretender transformar hábitos de defensiva em capacidade agressiva é manobreira", absolutamente nada perderá, com isto, a nossa infantaria e só poderemos alcançar para glória do Brasil, a vitória das nossas armas.

# O Relatório da Cia. Docas de Santos

Acaba de ser divulgado o relatório da Companhia Docas de Santos, à cuja frente se encontram os Srs. Guilherme Guinle, Oscar Weinschenk, Octavio Pedro dos Santos, Carlos Guinle e Raul Fernandes, nomes da maior projeção nos meios econômicos e financeiros do país. Apenas foi conhecido, o relatório causou a melhor impressão. Deve-se, em primeiro lugar, realçar a perfeita confecção dessa peça, acompanhada de balanços e demonstrações, relativos a todas as ocorrências do ano de 1943. Em segundo lugar, como consequência da clara exposição feita, se verifica a normalidade absoluta dos serviços da Companhia e a ótima situação em que se encontra, apesar dos efeitos da guerra. A conta de capital adicional subiu de Cr\$ 20.318.870,90 em 1942, para Cr\$ 20.962.524,50 em 1943. São citados os decretos que aprovaram os projetos e orçamentos de obras novas e aquisições, bem como estão transcritos os ofícios da Fiscalização referentes às demonstrações de custo de obras realizadas. A tomada de contas, relativa ao exercício de 1941, foi concluída em março de 1943, pela Comissão designada para esse fim, presidida pelo engenheiro chefe da Fiscalização do Porto de Santos, havendo a mesma Comissão declarado haver tudo encontrado em perfeita ordem e exatidão, tendo a conta do capital subido de .... Cr\$ 232.021.556,291, em 1940, para Cr\$ 232.021.556,291, em 1941 e tendo sido de 10,173 % a renda líquida sobre o capital, dentro, portanto, do limite legal de 12 %.

---

## Instalação no Rio, da Delegacia da Associação Comercial do Amazonas

Expressivo discurso do Sr. João Daudt de Oliveira

Foi instalada, a 28 de abril próximo findo, neste capital, a Delegacia da Associação Comercial do Amazonas. O ato revestiu-se de solenidade, tendo comparecido ao Palácio do Comércio as figuras de mais destaque nos círculos econômicos, financeiros e sociais da cidade.

Discursando nessa ocasião, o sr. João Daudt de Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, pronunciou magnífico e impressionante discurso, do qual destacamos o seguinte trecho :

"Há, entre nós como em todas as atividades — no Brasil como em outros países — os que se desviam das noções de patriotismo, aproveitando-se da oportunidade em que só deveria existir a preocupação do bem comum, para auferirem vantagens excepcionais em seus negócios.

Podemos assegurar, entretanto, que felizmente êsses constituem entre nós uma minoria insignificante.

O homem do comércio não é mais hoje entre nós um elemento à margem da sociedade, encarado com preconceitos e prevenções. A realidade do fato econômico dirigindo o mundo desfez em torno das atividades mercantis o imenso complexo que lhe havia tecido — nossa mentalidade colonial.

Fiel às lições do passado, o homem de negócios tem sempre vivo seu espírito público, sua devocão aos interesses coletivos. Disso é prova eloquente o movimento de coesão que ora se faz em torno da Associação Comercial do Rio de Janeiro, para que possa realizar seu grande programa de servir à coletividade formando técnicos e criando institutos de utilidade pública."

# EQUIDEOS VERSUS ESCASSEZ DE COMBUSTIVEL

(Especial para A DEFESA NACIONAL)

Engenheiro-Agrônomo ANIBAL TORRES DE MELO  
1.º Tenente da Reserva

Passada a transição imperativa do racionamento da gasolina urge, agora, focalizar um meio de atender às necessidades subsequentes do fim pelo qual se previu a carência do precioso combustível. Por isso que, no caso real, essas necessidades se avolumarão inopinadamente, assustadoramente, de maneira a se tornar insubstancial qualquer provisão tardia ou improvisada para supri-las.

Parece retrogradar mas, considerado o aspecto geral, apenas um meio de transporte se me afigura capaz de adoção imediata e funcionamento eficiente, independendo do emprego do combustível objetivo ou qualquer seu sucedâneo — o dorso do animal.

Bem conhecemos as inúmeras qualidades dos representantes do gênero *equus* e, muito especialmente, do cavalo.

O cavalo tem sido aproveitado desde os tempos mais remotos, através de todas as idades da vida humana. E os muares, segundo consta foi a Armenia o primeiro país a utilizá-los na tração, sendo que, os romanos, dando-lhes grande valor, serviram-se deles para o trabalho.

Sabemos que nenhum animal doméstico tem tido um papel tão relevante ao lado do homem como o cavalo e o barro e, quiçá, o jumento, acompanhando-o, o primeiro, nas migrações para o alcance dos ideais de conquista ou de progresso que sempre alentaram desde os primórdios da civilização.

Esses quadrupedes são verdadeiras "máquinas vivas", confirmados exemplos de evolução orgânica na adaptação das fórmas para com as funções; desde o conjunto, às partes mais delicadas componentes de seu organismo são, por assim dizer, animais extraordinários.

Já dizia Houell que "onde o cavalo é cuidado, a civilização aumenta e desenvolve-se; onde o cavalo degenera ou se perde, a civili-

zação estremece e morre. Com êle o bem estar, a prosperidade e a vitória; sem êle, ao contrário, está a miséria, a derrocada e a escravidão".

Não é o aperfeiçoamento mecânico que fará desaparecer o cavalo e o burro como meio de transporte. As máquinas hodiernas mais perfeitas, inclusive as atualmente usadas pela maioria dos exércitos, não possuem, no conjunto da apreciação, a capacidade de manobra e de inteligência, a mobilidade espontânea, nem a velocidade maneável própria do cavalo. Só o avião, o auto e o trem o superam em velocidade mas, subordinados ao enorme consumo de combustível e aos mesmos incidentes a que está sujeito aquele quadrupede; entretanto, não o superarão, jamais, no conjunto das qualidades vivas de que é dotado.

O cavalo ainda é o animal doméstico que, junto do homem desempenha papel mais importante: cavalo de séla, de tração, de artilharia, de tiro, de guerra, de carruagem, de luxo e tantas outras denominações técnicas e vulgares que recebe.

O burro, embora menos veloz, é dotado, como o cavalo, de muitas qualidades que o tornam um animal valioso, salientando-se a resistência e a prudência com que se caracteriza.

A Argentina, apesar do seu desenvolvimento petrolífero, não dispensou ainda a tração animal.

Cientificamente falando, não se pode deixar de reconhecer e condenar o abuso que é feito da tração mecânica, só admissível quando a produção equina brasileira houvesse atingido o seu maior desenvolvimento. A superfluidez de tais aquisições, melhor do que nunca, ficou agora demonstrada com o racionamento da gasolina. Mesmo que a nossa produção equi-muari-asinina já houvesse atingido a sua linha máxima de progresso, não seria justo o seu despeso pró-utilização dos transportes motorizados, maximé num país de condições topográficas como o nosso; pois, o passo do equideo é tardio mas é certo.

A importação de veículos e seus acessórios era estimada, alguns anos antes da guerra atual, em mais de 300.000 mil contos de réis anuais. Por outro lado, para que se possa estabelecer comparação, citarei a última estatística de veículos a motor e veículos de tração animal:

Veículos a motor:	para passageiros . . . . .	66.595
	para carga . . . . .	22.903
	Total: . . . . .	89.498

Veículos de tração animal:	para passageiros . . . . .	30.825
	para carga . . . . .	26.157
	Total: . . . . .	56.982

Como se vê, num país em que a equinocultura conquistou o segundo lugar na produção mundial e a muari-asinicultura o terceiro, ainda é bem diminuto o número de veículos movidos a força animal.

Na grande guerra, 1914-1918, a população equina mundial sofreu um deficit considerável, tal seja a perda de 5 milhões de equinos desde agosto de 1914. Claro está que muito maior seria a perda se no lugar de equinos estivessem veículos à motor.

Certo país erigiu á mula uma estatua pela qual esse muar é tido ali como símbolo coadjutor do exército, considerando-se a sua servibilidade nas guerras peninsulares e nas campanhas da África. E, tanto assim é, que, cerca de 100.000 desses solipedes atravessaram, em dada época, o canal de Suez.

O grande zootecnista Professor Paul Diffloth, dissertando sobre a utilização dos cavalos pequenos na guerra, num dos seus brilhantes artigos publicados na "Vie Agricole", em fins de 1932, disse:

"O emprego dos cavalos pequenos determinado pela criação dos carrinhos regimentais de duas rodas, veículos leves, estáveis, cujas vantagens e engenhosidade têm sido muito elogiados.

"O mérito dos cavalos pequenos é incontestável.

"Os zootecnistas — gente de laboratório — demonstraram há muito, que proporcionalmente às unidades nutritivas absorvidas, a utilização dos pequenos cavalos é mais vantajosa que a dos grandes. Uma parte da ração, ficando reservada para a manutenção, essa qualidade de princípios alimentícios assim tirados de rendimento prático, é evidentemente maior no caso de um cavalo grande e de grande peso.

"Os generais — gente de guerra — têm por sua vez, assinalado o valor incontestável dos cavalos pequenos. Hitchner escrevia, após a campanha do Sudão e do Transvaal: "Não são os grandes cavalos que nos convêm. Seria necessário aos exércitos cavalos pequenos, modelos análogos aos "Polo-poneys", aos cavalos de Malta, etc".

Destas linhas deduzimos o quanto se deve preconizar a adoção do cavalo pequeno no nosso Exército, tal seja um tipo semelhante ao mangalarga, ao goiano, ao curraleiro, etc.

Os povos mais evoluidos, apesar de possuirem os melhores aparelhamentos mecânicos, não deixam de reconhecer o valor do cavalo e do burro.

Em consequência do racionamento da gasolina, subiu também o do carvão vegetal que, mais caro se torna em virtude da distância a que se encontram dos centros consumidores as fontes de produção florestas, matas, culturas silvícolas, estâncias, etc.

Desta fórmula, temos que o dorso do animal é um meio admirável de transporte que deve ser utilizado imediatamente.

Uma "tropa" desses animais, adestrada e dotada dos recursos necessários, pôde perfeitamente perfazer uma jornada de 8 leguas diárias (mais de 50 quilômetros).

Um muar, observadas certas condições, pôde carregar 150 kg. de carga e, talvez mais, visto que o recorde mundial, segundo ouvi dizer, é de 240 quilos, o que corresponde, por exemplo, a 4 sacas de café em grão.

O cavalo, entretanto, para a carga, já é menos eficiente que o burro, suportando, apenas, uns 100 kg.

As carga de um cavalo não deve exceder os 40 % do seu peso; ao passo que, de um muar ou de um asinino poderá atingir os 60 %.

Para calcularmos o peso certo que um animal deve carregar, guiamos-nos pela seguinte fórmula de Baron, que põe em relação a carga com a altura e o perímetro torácico, além de relacioná-los entre a velocidade e a altura:

K — carga transportável;

C — perímetro torácico;

H — altura do animal na cernelha.

#### NO PASSO:

$$K = \frac{95 \times C^2}{H} \quad (\text{quando a velocidade é } \frac{3}{4} H);$$

#### NO TROTE:

$$K = \frac{56 \times C^2}{H} \quad (\text{quando a velocidade é } \frac{3}{5} H);$$

Desta fórmula, para um animal com 1m,60 de altura e 1m,84 de perímetro torácico, dar-se-á uma carga de:

## NO PASSO:

$$95 \times 1,84 \times 1,84$$


---

1,60

## NO TROTE:

$$56 \times 1,84 \times 1,84$$


---

1,60

A adoção de equideos para substituirem os veículos cuja locomoção viria de encontro aos imperativos do racionamento da gasolina é, portanto, um passo gigantesco a dar, pelos motivos que se seguem:

- a) — aprimorar os tipos de cavalo e burro convenientes ao Exército;
- b) — cooperar para o aumento da população equídea do Brasil;
- c) — proporcionar meio módico e prático de transporte individual ou coletivo, de passeio ou de carga;
- d) — fomentação da cultura agrostológica brasileira;
- e) — abrir comunicações até os campos dessas culturas e suas adjacências, permitindo assim, o povoamento das mesmas;
- f) — facilitar o transporte para os habitantes dessas regiões, lavradores, suas produções, etc;
- g) — e muitas outras vantagens sobreviriam.

A falta de comunicações seria amenizada, pelo menos porque restaria ao homem do campo, ao lavrador, ao habitante das regiões longínquas a esperança de se locomover e aos seus produtos, à hora que bem quizesse e entendesse.

O problema da expansão horizontal das habitações seria, igualmente, uma realidade e, com ela, a civilização atingiria todos os rincões; seria aumentado o pendor do nosso homem pela vida dos campos, ao envez de preferir o borborinho das cidades; ainda, a expansão lateral de residências imporia ao homem a necessidade de formação de áreas quintaleiras no lugar de apartamentos e arranha-céus — só adequados às grandes cidades — de comércio, de indústrias e, enfim, de melhor exploração das nossas MIL E UMA fontes de riqueza, para o mais perfeito e mais rápido engrandecimento do BRASIL !



## Trevo de Quatro Folhas

O trevo da felicidade pode ser encontrado pelo seu próprio trabalho, na construção de um sólido futuro para os seus. E o seguro de vida, na Sul América, é a melhor garantia de tranquilidade futura, para o Snr. e para os seus. Consulte o Agente da Sul América, sem compromisso, para saber qual o plano de seguro que mais se adapta ao seu caso particular.



**Sul America**  
Cia. Nacional de Seguros de Vida  
Fundada em 1895

# Esclarecendo contra o nazismo

pressões altas da cultura baiana falam ao povo, elucidando aspéritos da nossa luta contra os modernos barbaros

A natureza do conflito em que se empenham os povos envolve, de maneira profunda, todos os setores da vida, clamando dos que lutam contra a implantação dos regimes totalitários uma comunhão ativa e harmoniosa para que esforços alcancem o êxito visado pela cruzada de liberdade das Nações Unidas. E nesse aspecto de congregar ideias e ações, foi que o Interventor Renato Aleixo, por intermédio da Comissão Civil, Policial de Vigilância do Litoral, iniciou numa campanha de esclarecimentos do público contra o nazismo, elementos representativos da cultura bahiana, na catedra, na literatura e no pulpito, e procedeu a realização de uma série de palestras pelo rádio, nas quais foram abordados temas abrangendo o Direito, a Liberdade, a Juventude, a Religião, e a Mulher, na barbara concepção dos nazistas. A partir do dia 28 de Outubro até 30 de Dezembro passado, os rádios-ouvintes da Baía e do Brasil ouviram, a emissora daquele Estado, a palavra autorizada de professores intelectuais, como Adalicio Nogueira, Jaime Junqueira Aires e Rogerio de Faria, catedráticos da Faculdade de Direito; Fernando São Paulo, catedrático da Faculdade de Medicina; Sra. Edite Gama e Abreu, da Academia das Artes da Baía; e Mons. Apio Silva, orador sacro de larga memória.

A participação de elementos, que desfrutam, por sua cultura, da admiração pública no meio em que vivem, deve, por si só, o anseio e o pensamento político da coletividade e representa o método, por excelência democrático, de esclarecer o espírito do povo, quanto aos pesados impecados do momento excepcional que atravessamos, à desconfiança das mentiras da propaganda nazista, às exigências da liberdade em que nos encontramos e aos incalculáveis benefícios que defendemos.

Aqui, a autoridade confere aos líderes suas prerrogativas e o dever que a envolvem, para que elas façam em nome da Pátria, agora ameaçada, como os brasileiros como democratas, confirmado o nosso idealismo no congresso e o nosso amor à causa por que sangram os povos livres.

Desse modo, as massas populares são congregadas torno da idéia da vitória para a qual elas sabem que é necessário o sacrifício pelo ideal da liberdade do Brasil, nos quartéis, nos aeródromos, nos mares, nos campos, nas fábricas, no comércio, na imprensa, nos hospitais e na administração.



A sra. Edite Gama Abreu, da Academia de Letras da Baía, lendo microfone, a sua palestra — "O Nazismo e a Moral".

pública, sem o que nos faltará a coesão indispensável para sobrevivermos esta luta tremenda.

Essa análise dos nefandos propósitos do nazismo, que afeta ao povo da Baía por levadas expressões da sua cultura, exige o calor das exposições animadas pelo sincero patriotismo e pela inabalável convicção em nossos destinos de cráticos, porque é a própria alma popular que fala, pelas elites, formulando um eloquente apelo a todos os cidadãos para que aumentem a sua contribuição individual ao esforço comum. Essa, a propaganda a favor da verdade, porque instrui, esclarece e ativa a consciência das massas, esclarecendo-as contra o nazismo.

# PONTE TARRON

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO DO  
1.º Ten. LUIZ GONZAGA DE MELLO

(Continuação)

## CAPÍTULO TERCEIRO

### DADOS NUMÉRICOS E OPERAÇÕES ELEMENTARES DE CONSTRUÇÃO

#### DADOS NUMÉRICOS

40. — Todos os dados numéricos necessários à construção das telas de diversos vãos encontram-se nos Quadros Anexos.

As dimensões das peças foram calculadas, tendo em vista permitir esso nas pontes às tropas de campanha de todas as armas e a seus bôios, nas mesmas condições que para as pontes de equipagem.

41. — Um exemplo de determinação dos elementos de uma ponte meio dos Quadros Anexos é exposto no n.º 197. Este exemplo indica disso, a quais números da Instrução nos devemos reportar para terminar aqueles dos dados que não são indicados nos Quadros Anexos, seja por serem os mesmos para todas as pontes (ex. largura dos quadros principais), seja porque dependem de materiais empregados (ex. comprimento verdadeiro dos tirantes, n.º 68).

42. — *Determinação direta* — Os elementos de uma ponte de vão maior a 18 metros podem ser determinados rapidamente do modo seguinte, e sem utilizar os Quadros Anexos.

43. — *Tipo n.º 1* (Fig. 4) — Dos dois pontos M e M' cuja distância é igual ao vão da ponte, conduzir retas formando ângulo de 45° com MM'; tomar, depois, sobre estas retas, comprimentos M — 1 — 2, iguais ao meio vão MO da ponte; ligar entre si e ao ponto M' os pontos 1 e 2 obtidos; M — 1, M' — 2 representam em comprimento e posição os quadros de encontro, 1 — 2 o quadro central, 1 — 0 os tirantes metálicos.

44. — *Tipo n.º 2* — (Fig. 31) — Dos dois pontos M e M' deslocados acima, conduzir retas formando um ângulo de 45 gráus com

$M M'$ . Determinar sobre estas linhas os pontos 1 e 2, tais que os comprimentos  $M - 1$ ,  $1 - 2$ ,  $2 - M'$  sejam iguais (1):  $M - 1$ ,  $1 - 2 - M'$  representam, então; em comprimento e posição os quadros da armação superior.

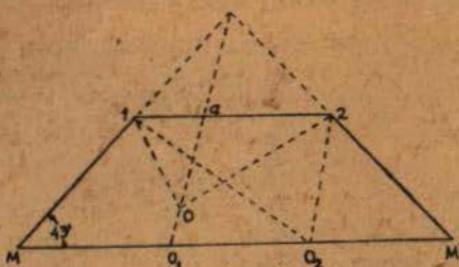


Fig. 31 — Épura de construção de uma ponte do tipo n.º 2

Dividir  $M M'$  em três partes iguais por dois pontos  $O_1$ ,  $O_2$  figuram as peças de ponte; ligar  $O_1$  ao ponto  $a$ , tal que  $1 - a$  é a terça parte de  $1 - 2$ . Tomar sobre  $O_1$  a um ponto  $O$ , tal que  $O = 1$  metro a 1,50m, segundo o vão. Ligar  $1 - O$ ,  $2 - O$ ,  $1 - O - O_2$ ; estas linhas representam em comprimento e posição os tirantes metálicos.

*Nota* — O tirante  $Y$  deve ser colocado do lado do encontro partida.

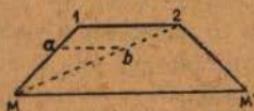
45. — *Dimensões das peças* — Os tirantes horizontais têm 8 a 12 centímetros de diâmetro, segundo o vão.

A circunferência dos montantes dos quadros em centímetro igual a 4 vezes o vão da ponte expresso em metros.

Os tirantes metálicos têm tantos fios de 3,9 mm quantos há no vão da ponte.

Todavia, o tirante  $O O_1$  tem um número duplo de fios.

(1) Para isso, tomar sobre  $M - 1$  um ponto  $a$  qualquer, qual se conduz  $ab$  paralela a  $M M'$ . Tomar sobre  $ab$  um comprimento  $ab = Ma$ , e ligar  $Mb$ . Esta linha encontra  $M' 2$  em um ponto que é o ponto 2 procurado.



## OPERAÇÕES ELEMENTARES DE CONSTRUÇÃO

## DEFINIÇÕES

46. — As peças de encontro que repousam respectivamente sobre as margens de partida e de chegada denominam-se, *encontro de partida* e *encontro de chegada*.

47. — O lado direito e o esquerdo de uma ponte lançada são definidos como para as pontes de equipagem; o lado direito e o esquerdo de uma ponte em construção referem-se aos lados que estarão à direita ou à esquerda após o lançamento.

O lado direito de um elemento qualquer (quadro, encontro, peça de ponte) é a parte que se encontra à direita, quando o elemento está em seu lugar na ponte.

## REGRAS GERAIS

48. Na presente Instrução, as peças são designadas por letras e por números, sendo empregadas as primeiras para a armação inferior e os segundos para a armação superior (Fig. 4 a 8).

A origem da numeração é o encontro de partida.

As peças de encontro são designadas pelas letras M, M' e as peças de ponte por O<sub>1</sub>, O<sub>2</sub>, etc.

Os chapéus são numerados 1, 2, etc.

Os quadros e os tirantes são designados pelos sinais das peças (encontro ou chapéu) entre os quais se encontram:

Exemplo: M — 1, 1 — 2, etc., para os quadros;

1 — O<sub>1</sub>, 2 — O<sub>1</sub>, para os tirantes.

49. — Todas as peças preparadas para uma ponte são marcadas nas duas extremidades (Fig. 32); se a peça é transversal (encontros, chapéus, peças de ponte), leva à direita uma marca simples e à esquerda uma contra-marca; se a peça é longitudinal (montantes dos quadros) leva em cada extremidade a marca ou a contra-marca da peça transversal que ela toca.

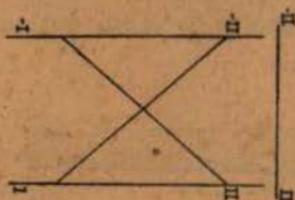
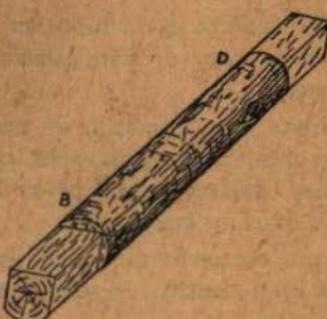


Fig. 32. — Marcas das peças de uma ponte

*Preparar uma peça de encontro (Fig. 33)*

50. — Cortar a peça no comprimento indicado nas tabelas.



*Fig. 33. — Peça de encontro*

Esquadriar as extremidades sobre três faces, para o apoio dos tirantes horizontais, a partir das extremidades livres do quadro de encontro.

Indicar:

- o meio da peça por um traço;
- o eixo, por um prego fincado no centro de cada extremidade, a igual distância das duas faces verticais;
- o lugar dos montantes por dois traços B e D espaçados de 4 metros (ou 4,50 m a partir de 30 metros de vão).

Se a ponte é provida de tirantes duplos (n.º 26), esquadriar sobre quatro faces, sendo horizontal o lado maior do retângulo da secção.

*Preparar uma peça de ponte (Fig. 34)*

51. — Indicar o meio da peça por um traço; esquadriar sobre três faces as suas extremidades, ou melhor, entalhá-las simplesmente, como o mostra a figura, nos pontos de apoio dos tirantes horizontais e de seus tacos.



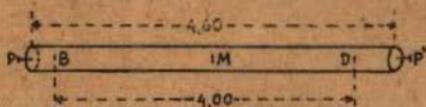
*Fig. 34 — Peça de ponte*

*Legenda — A, passagem dos tirantes horizontais;  
B, face de apoio dos tacos.*

O espaçamento dos tirantes nas peças de ponte é o mesmo que nas peças de encontro.

*Preparar um chapéu (Fig. 35)*

52. — Cortar o chapéu no comprimento de 4,60 m (ou 5,10 m se o vão é superior a 30 metros).



*Fig. 35. — Chapéu preparado*

*Legenda — P P', pregos dos eixos; M, meio do chapéu;  
B, D, traços de referência dos montantes.*

Figurar o eixo fincando dois pregos no centro de cada extremidade. Marcar o meio do chapéu por um traço e, a igual distância deste, traçar dois outros B e D espaçados de 4 metros (ou 4,50 m se o vão é superior a 30 metros).

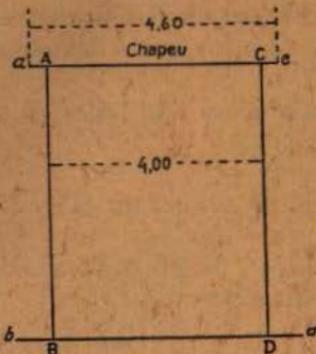
*Preparar um quadro*

53. — As operações a executar para construir um quadro e o preparar para a montagem, são as seguintes:

- instalar o canteiro;
- preparar os montantes;
- colocar o contraventamento;
- preparar e ligar as talas;
- colocar um chapéu (ou um falso chapéu para o último quadro colocado).

*Instalar o canteiro (Fig. 36)*

54. — Um quadro, completado pelas peças (chapéu ou encontro) sobre as quais se apoia, forma um retângulo, cujos vértices podem ser assinalados no solo por meio de quatro pregos fincados em estacas.



*Fig. 36. — Canteiro de construção de um quadro*

Esta operação deve ser feita com muito cuidado.

Os lados AC, BD têm 4 metros (4,50m a partir de 30 metros de vão). O comprimento dos lados A B, C D, que é o dos montantes, encontra-se nos Quadros Anexos A.

Fincar sobre o alinhamento AC, a 0,30 m de um lado e outro de A e C, duas estacas com pregos *a* e *c*. O espaçamento destes pregos é, então, de 4,60 m (ou 5,10 m) isto é, igual ao comprimento do chapéu.

Operar do mesmo modo sobre B D. (Se a peça colocada segundo B D é um encontro, os pregos *b* e *d* devem ficar espaçados do comprimento desse encontro).

55. — Colocar no canteiro um dos chapéus (ou o encontro) contra o qual o quadro se deve apoiar, de tal modo que os pregos indicadores do eixo desse chapéu (ou desse encontro), projetem-se, verificando pelo fio a prumo, sobre os pregos *a* e *c* (Fig. 36).

Os traços A e C projetam-se, então, sobre as estacas que figuram os vértices do retângulo.

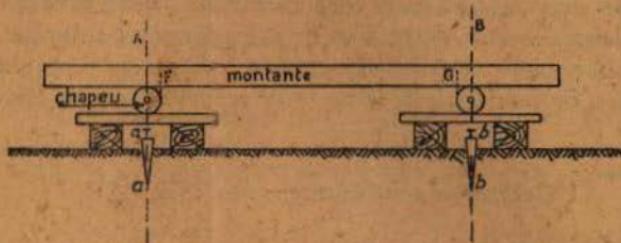
Colocar do mesmo modo o segundo chapéu por sobre os pregos *b* e *d*, tendo o cuidado de observar a seguinte regra, muito importante para a boa conjugação das peças: o primeiro chapéu da armação tem sua extremidade mais grossa à esquerda, o segundo à direita, o terceiro à esquerda, etc.

Feito isto, o canteiro está pronto para a preparação dos entalhes dos montantes.

#### *Preparar os montantes (Fig. 37)*

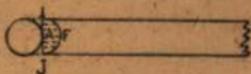
56. — Colocar os montantes sobre os traços de referência dos chapéus, como indica a Fig. 37, tendo o cuidado de colocar as extremi-

dades grossas dos montantes sobre as mais grossas também dos chapéus (precaução muito importante) (1).



*Fig. 37. — Preparação dos montantes*

Cortar as extremidades dos montantes em A e B, a prumo dos eixos dos chapéus (o que equivale a cortar esse montante no comprimento dado nas tabelas) e referenciar em F e G, a prumo, sobre o montante, as faces interiores dos chapéus. Estas referências F e G limitam o fundo dos entalhes a serem feitos nas extremidades dos montantes.



*Fig. 38. — Traçado do entalhe da extremidade dos montantes*

Estes entalhes podem ser traçados estimativamente, porém, se-lo-ão mais exatamente pelo processo seguinte (Fig. 38): levar o montante de encontro ao chapéu; dar a um compasso de carpinteiro a abertura A F, da extremidade A do montante à referência F; manter as pontas do compasso na mesma altura e seguindo com uma delas (a da esquerda para a Fig. 38) o contorno do chapéu a outra ponta descreve, então, sobre o montante da linha F I J que delimita o entalhe.

Serrar em seguida, com a serra de volta, ou entalhar com o formão, tendo o cuidado de fazer passar o entalhe exatamente por F. Afim de se ter segurança que o montante se adaptará perfeitamente sobre o chapéu pelo fundo de seu entalhe e não pelos bordos, cortar para I e J um pouco mais de madeira do que o indicado pelo traçado.

Traçar do mesmo modo o entalhe da outra extremidade, evitando que o montante gire; para isto, só traçar esse entalhe depois de haver ajustado o primeiro no chapéu, que se terá feito recuar um pouco nos canteiros, paralelamente a ele mesmo.

(1) Exceção feita para os montantes do quadro de encontro que se apoiam todos os dois por suas extremidades mais grossas sobre a peça de encontro correspondente.

**Verificar o comprimento do quadro depois de ter conjugado os montantes e os chapéus.**

Entalhar, nas extremidades dos montantes, para receber as talas, uma face plana de cerca de 0,60 m de comprimento, colocando a parte superior do montante ao nível do chapéu. No meio desta face plana, traçar o traço de referência K (Fig. 10) representando o eixo de montante.

### *Colocar o contraventamento (Fig. 12)*

57. — Colocar exatamente as referências dos montantes em face das referências dos chapéus; colocar as varas de contraventamento em diagonal, deixando o lugar necessário para as talas. Conjuguar as varas com cavilhas metálicas, ou na falta destas, pregá-las com grandes pregos e ligá-las com arame fino, como está dito no n.º 23.

### *Preparar e ligar as talas (ver n.º 23)*

58. — *Talas ordinárias* — O comprimento de uma tala é de 0,70 m (0,90 m para os vãos superiores a 30 metros). Sua espessura é igual, a aproximadamente, à metade do diâmetro do montante.

As duas talas ordinárias destinadas a serem colocadas a uma mesma extremidade de um quadro, para apoiarem-se sobre o mesmo chapéu, não devem ser semelhantes, mas simétricas (n.º 23).

Elas são repartidas sobre os quadros sucessivos segundo a regra seguinte, na qual são chamadas talas interiores ou exteriores, aquelas para as quais a parte da madeira roliça que limita longitudinalmente o entalhe à meia madeira encontra-se, em relação a esse entalhe, seja no interior, seja no exterior do quadro (na Fig. 12, as talas são exteriores).

*Regra* — As talas ordinárias dos quadros de encontro são interiores. As talas de um quadro ordinário são todas exteriores ou todas interiores, segundo as do quadro precedente são interiores ou exteriores. (Há uma exceção para um dos quadros superiores 2 — 3, ou 3 — 4 do tipo n.º 5, que têm duas talas exteriores e duas talas interiores exceção esta motivada por ser par o número dos quadros).

59. — Colocar a tala (Fig. 11), escolhida e disposta segundo a regra precedente, sobre a face plana do montante, a face *a b* do entalhe estando a prumo da referência K (Fig. 10) que representa o eixo do montante; a distância *d' b'* do fundo do entalhe do montante ao alinhamento do entalhe da tala deve ser um pouco inferior ao diâmetro do chapéu.

Ligar por duas ligações de arame de 1,4 mm, compreendendo, uma 20 (a 30) voltas, a outra 10 (a 15) voltas; a ligação mais forte é feita próxima à extremidade do montante.

60. — *Talas de encontro* (Fig. 14) — As talas de encontro têm 1 metro a 1,50 m de comprimento. São ligadas como as talas ordinárias, e devem ultrapassar o montante de uma quantidade igual ao diâmetro do encontro.

#### *Disposições particulares às pontes com armações secundárias*

61. — Foi visto (n.º 34 e 36, Fig. 26) que havia uma ajustagem especial dos montantes principais e secundários com o primeiro chapéu, e que desta disposição resultava a largura do quadro secundário indicado no n.º 36.

O n.º 35 (Fig. 27) indica a forma e as dimensões do quadro secundário de encontro, e a posição das talas de encontro.

62. — O quadro principal e o quadro secundário devem ter seus montantes chanfrados, seja interiormente (quadro principal), seja exteriormente (quadro secundário), na extremidade que se apoia sobre o chapéu (Fig. 26). Esta chanfradura é tal que os eixos dos montantes, quando estes se tocam pela face chanfrada distantes de 10 cm (ou 12,5 cm para os vãos superiores a 30 metros). Ela é feita sobre um comprimento igual a 3 vezes aproximadamente o diâmetro do montante.

63. — As talas são colocadas como indica a Fig. 26.

Uma tala do quadro de encontro, que passa entre as duas outras, deve, em consequência, ter uma largura de 10 cm ou 12,5 cm para os vãos superiores a 30 metros.

#### *Preparar um tirante horizontal* (Fig. 19)

64. — O comprimento total de um tirante é igual ao vão da ponte, aumentado de cerca de 2 metros para as pontas do tirante.

A preparação de um tirante horizontal consiste:

- 1.º — em dispor as varas;
- 2.º — em ligá-las;
- 3.º — em fazer os entalhes das extremidades.

65. — *Dispore as varas* — Dispore as varas extremas, colocando em cada extremidade do tirante as suas partes mais grossas; colocar

entre elas tantas quantas forem necessárias para o vão da ponte. Cada vara deve ser juxtaposta à precedente sobre um comprimento suficiente para que, em cada ponto do tirante, a secção total não seja inferior à que corresponde ao diâmetro dado nos Quadros Anexos A. Este diâmetro é o diâmetro mínimo do tirante; é, portanto, no ponto em que o diâmetro de uma vara atinge o valor dado nos Quadros Anexos A, que deve começar a sua juxtaposição com a vara seguinte.

66. — *Ligar as varas* — As varas são reunidas entre si por ligações de arame. Cada ligação comprehende:

a) — Dois anéis de 10 voltas de arame de 1,4 mm, espaçados de 0,20 m, executados e apertados por meio de cunhas, como é previsto no nosso R.P.C.;

b) — Uma cavilha de madeira, introduzida à força num furo feito a trado de 27 milímetros, a igual distância dos anéis, e entre as duas varas. O número de ligações necessárias é indicado nos Quadros Anexos B.

67. — *Fazer os entalhes* — Traçar sobre o tirante, a igual distância das extremidades, dois traços separados entre si de um comprimento igual ao vão da ponte.

Estes traços são os meios dos entalhes a meia madeira, que devem encaixar as extremidades esquadriadas das peças de encontro.

E' muito importante que os dois tirantes horizontais tenham exactamente o mesmo comprimento entre os eixos dos entalhes; para isto, determinar estes eixos por uma única medida feita sobre os dois tirantes juxtapostos.

#### *Preparar um tirante metálico, de arame*

68. — *Comprimento do tirante* — O comprimento teórico de um tirante, medido entre os eixos das peças que reune, é dado nos Quadros Anexos A.

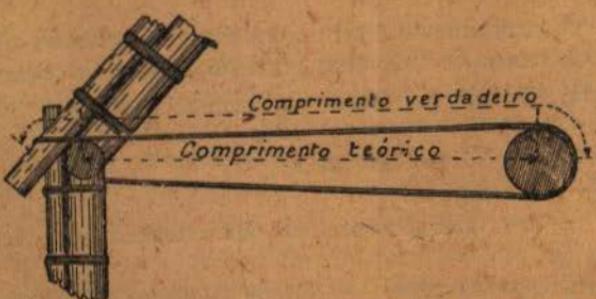


Fig. 39. — Comprimento verdadeiro de um tirante

Este não é o comprimento verdadeiro; ele deve ser aumentado em quantidade que corresponde à passagem do tirante ao redor das <sup>intei</sup> chapéu ou peça de ponte. (Fig. 39).

Praticamente, obtém-se o comprimento verdadeiro adjuntando-se ao comprimento teórico:

1.<sup>o</sup> — a quarta parte da circunferência da peça de ponte, para uma extremidade do tirante passando sob uma peça de ponte;

2.<sup>o</sup> — a semi-circunferência do chapéu (1) para uma extremidade do tirante passando sobre um chapéu.

69. — *Confeção do tirante* — Cravar duas estacas distantes entre si do comprimento assim obtido; enrolar o arame em forma de colar passando em uma e noutra estaca até que o tirante tenha a resistência exigida; o número de fios de 3,9 mm que deve ter o tirante é indicado nos Quadros Anexos A. Se é empregado um arame de espessura diferente, a resistência do tirante, indicada nos Quadros A, permite determinar o número de fios, admitindo que o fio trabalha a 10 kg por milímetro quadrado.

70. — *Formar o colar* — Dois homens são necessários. Um segura na mão um pedaço de madeira roliça (cabo de ferramenta) em torno do qual o segundo homem faz um anel, deixando para o chicote um comprimento de mais ou menos 1,25 m.

Enrolar o chicote e o firme um com o outro. Passar o segundo fio no anel e fazer com ele um anel semelhante (Fig. 40).



*Fig. 40. — Junção de dois arames*

E' indispensável:

- que o comprimento do chicote seja pelo menos de 1,25 m;
- que os dois fios sejam torcidos bem juntos e que o chicote só se enrole em torno do firme esticado;
- que dois cruzamentos sucessivos dos dois fios estejam distantes de 6 a 8 cm;
- que os dois fios estejam em contacto em todo o seu comprimento, tão perfeitamente quanto possível.

(1) Ajunta-se a semi-circunferência do chapéu, que dá um comprimento sensivelmente igual ao desenvolvimento suplementar que toma um tirante passando, não diretamente sobre o chapéu nem seguindo uma secção reta, mas por baixo das talas e em diagonal.

— Quando terminar o tirante, reunir entre si os fios do colar entre elas em dois metros por algumas voltas de arame fino, afim de evitar que se embaraçem, e depois colocar uma ficha indicando o número e o comprimento do tirante.

*Preparar um tirante misto*

72. — Um tirante misto comprehende:

- um cabo metálico com alça costurada e casquilho de ferro (Fig. 41 e 42 bis);
- arame de 3,9 mm;
- um casquilho de ferro, fechado para os tirantes principais (Fig. 42) e aberto para os tirantes secundários (Fig. 43 e 43 bis); (os ângulos de abertura deste último são diferentes para os tipos n.º 4 e n.º 5).

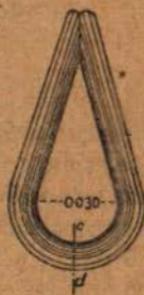


Fig. 41. — Extremidade de um cabo

Vista de perfil



Vista de frente

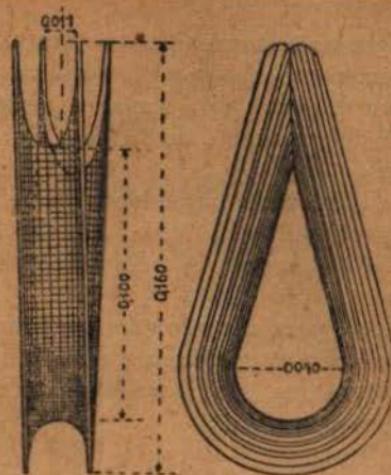


Corte segundo c d



Fig. 42 bis. — Casquilho livre de cabo metálico, de ramos desviados, para tirante misto (Escala de 1/3).

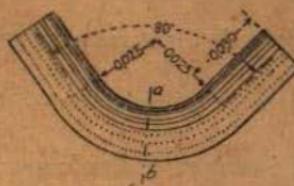
Vista de perfil



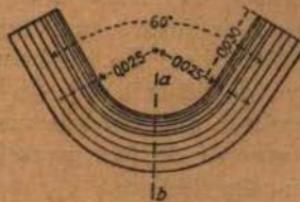
Vista de frente

*Fig. 42. — Casquinho fechado, de ramos desviados, para tirante principal, misto. (Escala de 1/3).*

(Chapa da mesma espessura que para os casquilhos abertos, Fig. 43 bis).



*Fig. 43. — Casquinho grosso, aberto, para tirante secundário, misto. Tipo n.º 5. (Escala de 1/3).*



Corte segundo a b



*Fig. 43 bis. — Casquinho grosso, aberto, para tirante secundário, misto. Tipo n.º 4. (Escala de 1/3).*

73. — *Descrição do cabo metálico* — Para a preparação de um tirante misto é utilizado um cabo de aço, composto de 6 elementos de 7 fios n.º 1. Tem um diâmetro de 5,5 mm; a resistência que se pode exigir praticamente de um cabo é de 300 kg; ele se rompe com uma carga de 1200 kg.

O cabo termina em uma extremidade por uma alga costurada guarnevida por um casquilho de ferro, no qual é alojado um casquilho livre; os dois ramos deste são desviados para lados diferentes (Fig. 41).

74. — Utiliza-se, para a confecção dos tirantes de uma ponte, cabos metálicos de dois comprimentos diferentes: 62 metros e 90 metros. Os de 90 metros são reservados exclusivamente para a confecção dos tirantes principais:

1 — O<sub>3</sub> e 4 — O<sub>3</sub> no tipo n.º 4;  
1 — O<sub>3</sub> e 5 — O<sub>3</sub> no tipo n.º 5.

Um aprovisionamento de 18 cabos metálicos, dos quais: 10 cabos de 62 metros e 8 cabos de 90 metros, permite construir os tirantes mistos de uma ponte de 35 metros de vão máximo.

#### *Confecção de um tirante misto (1)*

75. — a) *Colocar o cabo em colar* — Operar como foi dito para o arame.

Um cabo metálico é sempre utilizado por inteiro; o colar terá por conseguinte, uma resistência geralmente superior à que é necessária.

O comprimento do colar é aproximadamente igual ao comprimento verdadeiro do tirante, diminuído de 2 metros.

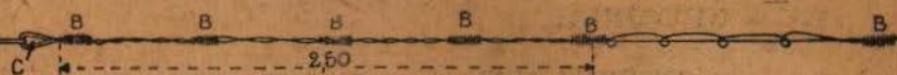
Os Quadros Anexos A indicam a resistência do tirante e, por conseguinte, à razão de 300 kg por fio, o número mínimo de fios do colar. Os comprimentos de 62 metros e de 90 metros dos cabos metálicos permitem constituir, por meio de um só cabo, o colar de um tirante misto com número de fios necessário, deixando disponível o comprimento de cabo destinado à costura do fechamento do colar. Este comprimento é de 3 metros.

76. — b) *Fechar o colar* (Fig. 44) — Passar o chicote no casquilho livre, e, o enrolar ao redor do fio esticado sobre um com-

---

(1) Foi indicado no n.º 31 quais são os tirantes que podem ser mistos.

primento de 2,50 m, tendo as espiras aproximadamente 0,10 m, e cuidar que um fio cruze os elementos do outro fio. O sentido no qual os ramos do casquilho são desviados indica, além disso, como este enrolamento deve ser feito.



*Fig. 44. — Costura de fechamento do colar de cabo em um tirante misto.*

*Legenda* — B, ligações de 50 voltas de arame fino; C, casquilho livre.

Com os restantes 0,50 m de fio livre, fazer três meios-cotes. Reunir solidamente os dois fios enrolados por seis ligações de arame fino de 50 voltas cada uma, colocados como indica a figura.

Reunir de 2 em 2 metros, juntos, os fios do colar, como para um tirante de arame (Fig. 45).



*Fig. 45. — Tirante misto principal*

*Legenda*. — A, colar de cabo; B, colar de arame; C, casquilho; D, ligação apertando o cabo no casquilho; E, ligações dos fios do colar entre si.

77. — c) *Fazer o colar de arame* — Cravar duas estacas distanciadas do comprimento verdadeiro do tirante: envolver uma delas pelo colar de cabo; confeccionar o colar de arame, cujos fios passam em redor da segunda estaca, assim como pelo colar de cabo metálico sobre o qual se apoiam, por intermédio de um casquilho fechado (Fig. 42). Apertar o colar de cabo sobre o casquilho, por meio de uma ligação<sup>1</sup> D de arame fino.

O tirante misto terminado tem o aspecto que indica a Fig. 45.

78. — Na disposição em Y (Fig. 23) o colar de cabo metálico é preparado pelo mesmo processo; ele tem o comprimento verdadeiro do tirante.

O colar de arame e o casquilho que, neste caso, é aberto (Fig. 43), só são colocados no momento da montagem.

*(Continua)*

# A DEFESA NACIONAL

Matéria para o número de 10 de junho de 1944

## 1.º — EDITORIAL.

2.º — A GUERRA ATUAL — Ten.-Cel. Lima Figueiredo

3.º — ARTILHARIA ANTI-AÉREA NO ESCALÃO D.

Trad. Major Newton Franklin do Nascimento.

4.º — SUBSIDIO PARA O ESTUDO DA ATUAL GUERRA

— Cap. Geraldo de Menezes Costa.

5.º — RÉGUA DE TIRO — Major Lindolfo Ferraz Filho

6.º — QUAL SERÁ A FÓRMULA POLITICO-SOCIAL D.

APÓS GUERRA ? — Major Xavier Leal.

7.º — TRANSMISSOES — Cap. Eduardo Domingues d.

Oliveira.

8.º — FUNCIONAMENTO DOS ORGAOS DE COMANDO

DO ESQUADRÃO — Cap. Alvaro Lúcio de Arêas

9.º — PONTE TARRON — 1.º Ten. Luiz Gonzaga de Melo

10.º — INDICE REMISSIVO DO REGULAMENTO ADMI-

NISTRATIVO DO EXÉRCITO (n. 3) — Cap. I. E.

José Viegas.

11.º — GUARDA ESTOJO PARA F. M. H. — 1.º Ten. Re-

Conv. Oswaldo José Leal.

12.º — LIVROS NOVOS.

13.º — REVISTAS EM REVISTA.

14.º — NOTICIARIO & LEGISLAÇÃO.

O vosso exemplar

# Uma Júmnia de rara magnitude

*Nos Campos Eliseos os oficiais que seguirão no Corpo Expedicionário — Como falou o Interventor Fernando Costa*



Dr. Fernando Costa

O Palacio dos Campos Eliseos, em São Paulo, foi palco de uma cêna emocionante e que, com o devido destaque, foi largamente noticiada pelos jornais paulistas: a despedida dos oficiais que deixaram Piratininga para integrar, no Rio, o Corpo Expedicionário.

Por essa ocasião o tenente-coronel Souza Carvalho, que chefiava os oficiais expedicionários, apresentou-os ao Sr. Fernando Costa, declarando, em rápidas palavras, que eles partiam para o Rio, onde se incorporariam às forças brasileiras que irão lutar pela Liberdade e pela Justiça, animados pelo maior entusiasmo patriótico e pela certeza de que voltarão vitoriosos dessa luta em prol dos povos civilizados. Fritou o orador que, lutando ao lado das Nações Unidas, estão todos convictos de retornar dos campos de batalha honrando as tradições gloriosas do nosso país.

Ao terminar sua breve mas empolgante oração, o tenente-coronel Souza Carvalho apresentou ao Interventor Fernando Costa as suas despedidas e dos demais oficiais, acentuando, então, que assim se despediam da gleba bandeirante na pessoa do seu chefe do Governo, que tem sido um dedicado e grande amigo do Exército. Amigo de todas as horas, que se fez cre-

dor de todas as homenagens das Forças Armadas e admiraveis serviços que lhe tem prestado.

### UM IMPROVISO EMOCIONANTE

O chefe do Executivo paulista não podia esconder sua emoção. Aquele admiravel espetaculo de civismo empolgou profundamente. Não era apenas a despedida daqueles bravos oficiais do Exército glorioso de Caxias que lhe tocava a sensibilidade. Eram, tambem, aquelas expressões carinhosas partidas de labios amigos, de dedicados colaboradores de São Paulo que, para cumprirem o mais sagrado dos deveres, iam partir.

Dominando, no entanto, toda a grande emoção que lhe invadira, o Interventor pronunciou o seguinte e brilhante improviso :

— "Senhores oficiais. Este é, sem dúvida, um dos momentos de maior emoção na minha vida de homem público quando vos vejo aqui reunidos, em vésperas de partir para o campo de batalha, onde ireis levantar bem alto a bandeira do Brasil, na defesa da liberdade.

Como chefe do Governo de São Paulo e em nome do povo de Piratininga, eu recebo, profundamente comovido, esta vossa visita de despedida e este vosso gesto de cortesia endereçado, na minha pessoa, ao povo paulista.

Quando tiverdes atravessado o Atlântico para formar a lado dos Exércitos Aliados, o nosso pensamento estará connosco, e, com ele, a nossa fé na vossa coragem e na vossa bravura que tantas vezes cobriram de glórias imperecíveis as armas dos soldados brasileiros.

— Nós todos unimos, neste momento, os nossos corações numa prece ao Deus dos Exércitos, para que vos abençoe anime, sempre, os vossos corações com aquele ardor cívico que é a garantia da intrepidez e do heroísmo.

O vosso sacrifício é um penhor de vitória, e a vossa vitória significa o restabelecimento da ordem, do direito e da justiça, com que se fundamenta e se garante a paz do mundo.

Desejamos, a vós todos, meus caros oficiais, boa sorte na peleja, e sobretudo, desejamos, ardenteamente, o vosso regresso trazendo cada qual os louros da vitória.

O vosso exemplo há de ser um incentivo grande de civismo, não só para as gerações atuais, mas para as futuras, e há de frutificar, na terra brasileira, multiplicando o número de nossos heróis, isto é, daqueles que na defesa da Pátria e de suas prerrogativas põem todas as suas energias e hipotecam a própria vida.

Atendei com ombridade, coragem e respeito a voz dos vossos comandantes. Eles vos conduzirão à vitória para a honra do Brasil.

E, então, aquele espirito de brasiliade, que é o substrato da alma nacional, intensificado pelo vosso exemplo, criará, no coração de cada brasileiro, um desejo ainda maior de bem servir ao Brasil, de bem servir à América, na defesa dos seus interesses continentais e de bem servir ao mundo, na defesa da sua civilização. . .

“Ide, meus caros oficiais, e sêde felizes!”

Ouvido sob completo silencio, de todos os presentes, o discurso do Interventor bandeirante foi, ao soar a ultima palavra, coroado por vibrante salva de palmas, tendo sido o ilustre governante vivamente felicitado pelo coronel Souza Carvalho e seus comandados.

#### VISITA Á SRA. D. ANITA COSTA — CARINHOSAS EXPRESSÕES DA ILUSTRE DAMA

Terminada a reunião, na Secretaria do governo, o tenente-coronel Souza Carvalho e seus comandados fizeram questão de evar os seus cumprimentos à Exma. Sra. Annita Costa, esposa do interventor que, nas altas funções que desempenha, com grande dignidade e espírito público de presidente da Legião Brasileira de Assistência, é a incansável animadora de todos os grandes movimentos de civismo e espírito de brasiliade em São Paulo.

Os oficiais, comandante e sub-comandante, mantiveram onga palestra com a ilustre dama paulista, a quem o tenente-coronel Souza Carvalho agradeceu a preciosa colaboração nas manifestações e solenidades de que eram alvo, assim como a ferta do Pavilhão Nacional, que o 1.<sup>º</sup> Grupo do II R. O. Au. r. recebeu recentemente.

D. Annita Costa, com a sua habitual simplicidade, mas dominada, tambem, de grande emoção, proferiu as seguintes palavras cheias de fé:

"Podeis partir para o campo de luta em defesa de nossa integridade nacional, com toda a tranquilidade, pois que ás famílias de vossos soldados nada faltará, estando a Legião Brasileira de Assistência desde os primeiros momentos preparada para dar o mesmo conforto e paz de espírito de que necessitarem. Vossas famílias serão as nossas famílias".

Profundamente emocionados, os visitantes agradeceram as carinhosas expressões da ilustre dama, deixando logo depois o Palacio dos Campos Eliseos e sendo acompanhados, até à porta, pelo chefe do governo e seus auxiliares presentes á memorável cerimonia.

### *JUSTA REPERCUSSÃO*

Não só a imprensa paulista, mas tambem a da capital da República e mesmo jornais de todo país deram larga publicidade aos discursos do tenente-coronel Souza Carvalho e do Interventor Fernando Costa. E' que, conforme se depreende da sua leitura, tais peças oratórias foram a confirmação do apreço que o governante de Piratininga rende ás Forças Armadas. Foram mais um depoimento em favor da completa identidade de pontos de vista que sempre existiu, sob o governo Fernando Costa, entre as autoridades civis e as tropas da 2.<sup>a</sup> Região Militar.

Nas suas expressões, aquele brilhante soldado fez questão de frizar a consideração, as atenções especialíssimas que Interventor bandeirante sempre teve para com todos os oficiais do Exército, que integram a guarnição em São Paulo. Daí a emoção daquela despedida entre amigos de todas as horas, de todos os instantes.

Por seu turno, em suas palavras o sr. Fernando Costa reiterou a sua satisfação em ser útil aos bravos defensores da nossa bandeira, o seu desejo de cooperar, sempre, com todo empenho, na grande tarefa que cabe, hoje, aos soldados oficiais das nossas Forças Armadas.

Foram a reiteração e a solene afirmativa dessa profissão de fé do Governo paulista e dos soldados do Brasil que dera razão á profunda repercussão dos dois citados discursos.

# REVISTAS EM REVISTA

## BOLETIM DE INFORMAÇÕES DA BIBLIOTECA MILITAR —

Ano 6, n. 9.

Publicação das mais úteis o **BOLETIM DE INFORMAÇÕES DA BIBLIOTECA MILITAR**. Antes era semestral, agora é anual e tem outra orientação, aliás mais interessante, porque se tornou de fato informativo. Este último numero, por exemplo, está repleto de dados expressivos sobre o movimento da tradicional instituição do Exército, inaugurada em 4 de janeiro de 1882, pelo Barão de Loreto, extinta por um inexplicável Aviso de 1925, e restaurada em 1937, por iniciativa do General Valentin Benicio da Silva.

Sucede é que este referido **BOLETIM**, publicado sem data, mas correspondente, sem dúvida, ao ano de 1943, só trás dados relativos a 1942. Tanto atrazo restringe-lhe, naturalmente, em boa parte o interesse. Basta ver as "Instruções para o concurso — Premio Visconde de Taunay", que veem no **BOLETIM**. Ora, essas "Instruções" são de 1942. Nesta altura já houve o concurso, foi entregue o premio e está a sair a obra premiada. O **BOLETIM DE INFORMAÇÕES** conserva-se nas "Instruções".

Anualmente são distribuídos, mediante classificação estabelecida por uma comissão especialmente designada, Cr\$ 17.000,00 de prêmios às obras publicadas pela **BIBLIOTECA MILITAR**, durante o ano. O **BOLETIM**, fiel ao seu retardado de 12 meses, regista o resultado de 1941, quando já há na frente deste o de 1942.

Até a relação das edições da Biblioteca esbarra em 1942. Aliás, mesmo para 1942 está incompleta, pois omite na lista das "obras avulsas", justamente um dos volumes destacados pelo *veredictum* da "comissão" julgadora daquele ano...

O **BOLETIM** anuncia, entre outras deliberações da "Comissão Diretora", a seguinte: "Ficou resolvido que a partir de 1943 as publicações da Biblioteca obedecessem anualmente a seguinte orientação: obras de Cultura Geral, 8 obras sobre assuntos militares".

Nada mais justo, certamente, que uma fixação nesse sentido. Já vinha fazendo sentir certo desequilíbrio na coleção da **BIBLIOTECA MILITAR** por falta de um critério para dosar os assuntos. Parece que única lei nesse particular era a da oferta. Uma vez apresentada a obra e aceita seria publicada, de sorte que a predileção dos autores fosse pela História, por exemplo, a coleção da **B. M.** ficaria sobrecarregada com esse assunto. A norma agora adotada é, pois, francamente ogiável, vindo como vem ao encontro de uma flagrante necessidade.

Poder-se-á levantar ligeira objeção é quanto à percentagem dos assuntos. Queremos crer que a proporção de 8 obras da assunto militar para 2 de Geografia e Historia será exagerada. Em verdade a Historia e a Geografia são materias estreitamente ligadas à ciencia militar, e os oficiais precisam de aperfeiçoar constantemente os seus conhecimentos de qualquer das duas. Por outro lado, com assuntos estritamente militares talvez não se obtenha uma programação de 8 volumes por ano em nível satisfatório. É que os caminhos da literatura técnico-militar já estão, em geral, algo trilhados, de maneira que poucas serão as contribuições de real valor. Cairemos fatalmente numa repetição cansativa, que cedo ultrapassará até os extremos limites tolerados em nome das necessidades de divulgação. Não é exagero, nem pessimismo. Atualmente, mal inaugurado o novo sistema, a **BIBLIOTECA MILITAR** já editou um livro que repete, sem nenhuma vantagem para os seus assinantes, o "Manual de Serviço em Campanha na Cavalaria". Acresce ainda uma circunstancia de peso: o livro técnico-militar não raro importará em forte desvantagem para os assinantes. Com efeito, um manual sobre a instrução do vedeta, do explorador, do estafeta, do posto, da patrulha, e mais partes do serviço em campanha a cargo dos cavaleiros, não aproveitará senão a uma fração minima dos 9.000 subscriptores da **BIBLIOTECA MILITAR**. Isto acontecerá tambem, com ligeira variação de escala, quando o volume editado se reportar à instrução particular das outras armas. Ora, sendo a distribuição das obras da **BIBLIOTECA MILITAR**, entre os seus assinantes, de caratér compulsorio, o ideal seria que essas obras fossem tanto quanto possível de interesse geral. Quantos assinantes não terão atirado fóra volumes que lhe são inteira e irremediavelmente inuteis!

Perde o assinante que perde o seu livro do mês, e perde a **BIBLIOTECA MILITAR** porque edita para o destino da inutilidade milhares milhares de volumes.

A nosso ver, os livros militares de certa categoria, isto é, aquele que, destinados à instrução de praças desta ou daquela arma, têm interesse adstrito a uma pequena minoria do Exército, poderiam ser editadas pela **BIBLIOTECA MILITAR**, mas como volumes avulsos, fóra da distribuição mensal. Para venda aos assinantes estabelecer-se-ia um preço excepcional, o de uma mensalidade (Cr\$ 5,00), por exemplo, só os que desejassem pagariam e receberiam cada um desses volumes. Assim, a **BIBLIOTECA MILITAR** teria grandemente ampliadas as suas possibilidades como editora, atendendo muito melhor aos seus fins muito melhor servindo aos seus numerosos subscriptores.

Por todos os títulos louvável é a iniciativa do **BOLETIM DE INFORMAÇÕES** iniciando a publicação de uma lista das obras raras preciosas pertencentes à **BIBLIOTECA MILITAR**. Bem sabemos que eram das mais ricas do Brasil as estantes dissolvidas em 1925. A lis-

agora, divulgada já nos dá uma idéia do grande esforço de recuperação desenvolvida desde a reorganização operada há 6 anos atrás.

Percorrer esse primeiro lance da lista de preciosidades bibliográficas da B. M. é refletir imediatamente que a Seção de Publicações poderia incluir no seu programa duas ou três reedições anuais, escolhendo obras de real valor. A lista, aliás, sugere logo alguns volumes de interesse indiscutível: Descrição Geográfica da Capitania de Mato Grosso, de Ricardo Franco de Almeida Serra, o Diário do Exército na Campanha do Paraguai, durante o comando de Caxias, A guerra do Paraguai, de Fix, os Dados Históricos da guerra do Paraguai, de Resquin, as Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 e 1852, de Titara. Ultrapassando as sugestões da lista lembraríamos ainda duas obras fundamentais e por isso mesmo das mais indicadas para serem aproveitadas num plano de reedições que por ventura a B. M. viesse a adotar. Uma delas é a "Historia da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", do Gén. Tasso Fragoso. A edição única dessa obra extraordinária, feita pela Imprensa do Estado Maior, está praticamente esgotada. Restam, se não nos enganamos, alguns poucos exemplares em poder da Livraria Francisco Alves, que os vende como preciosidade bibliográfica. No entanto, é decisivo o interesse para o público da **BIBLIOTECA MILITAR** da obra que constitue o estudo mais completo e idoneo da nossa maior guerra externa.

A outra obra a ser reeditada seria "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Afóra a alta importância que todos lhe atribuem como estudo brasileiro, lembramos a sua palpável atualidade como documentário da guerrilha brasileira. Estamos vendo que mesmo no cenário europeu, onde se desenrola uma campanha gigantesca, essencialmente técnica, há lugar para a guerrilha. Os iugoslavos não têm lutado de outra forma, e os russos em todas as fases da sua campanha contaram com a ação dos guerrilheiros. Ora, Canudos foi uma campanha típica de guerrilhas. Euclides, não somente a descreve em todas as minúcias, como estuda as condições do terreno e o homem que a fez.

No Brasil devemos pensar muito na guerrilha. Será um recurso largamente útil, se nos virmos algum dia submetidos a uma invasão de grandes proporções. E o sertanejo nordestino é o nosso guerrilheiro natural, cuja fibra e cujos processos estão definitivamente fixados em "Os Sertões".

Uma edição de "Os Sertões" pela **BIBLIOTECA MILITAR** seria, pois, de um grande alcance cultural, patriótico e militar. Não ignoramos que os direitos dessa obra pertencem a uma editora nacional, mas acreditamos que isso não chega a ser um impedimento, é apenas uma dificuldade. Mediante acordo, à base de uma remuneração razoável, a **BIBLIOTECA MILITAR** obteria certamente autorização para uma edição destinada unicamente aos seus assinantes.

**DO MEMORIAL DEL EJÉRCITO DE CHILE — ARMA BLINDADA —**  
**Pelo Major Alvaro Castro Simms.**

Observa o articulista que, através da história do mundo, paralelamente aos inventos científicos e ao aperfeiçoamento industrial, há uma evolução constante dos Exércitos, tendendo para um maior tecnicismo. Essa evolução se produz mais rápida ou mais lenta, obedecendo a diversas circunstâncias, tais como a economia nacional, a configuração topográfica dos possíveis teatros de operações, o desenvolvimento industrial, o progresso das ciências em geral, a existência de matérias primas estratégicas, etc.

Acionada violentamente pelas guerras essa evolução dá, às vezes, passos de gigante, recuperando de golpe todo o atraso dos períodos de paz. E' assim que a guerra Austro-Prussiana de 1856 produz o fuzil de agulha; a guerra russo-japonesa incorpora definitivamente a arma automática; a primeira guerra mundial uma infinidade de novidades técnicas, entre as quais o "tanque", o avião, os gases, os grandes canhões. Da atual guerra são: a mina magnética e sua replica defensiva; o aperfeiçoamento prodigioso do avião; o rádio-detector; os planadores com utilização militar, etc.

E' também nesta segunda Guerra Mundial que se esclarece definitivamente o papel de um elemento surgido na primeira — o "tanque". Graças aos aperfeiçoamentos mecânicos o "tanque" deixou de ser um elemento auxiliar da Infantaria, da Cavalaria ou da Artilharia, para constituir o esqueleto, o elemento de uma nova arma: a "Arma Blindada". No conceito atual das armas — insiste o articulista — não se pode falar de "tanques" de Infantaria ou de Cavalaria. Existe é a "Arma Blindada", com características próprias, que não se encontram em nenhuma outra arma e tem algo de todas; é distinta de todas e a todas se assemelha; de todas tirou um pouco e possue muito que nenhuma possue. Veloz e audaz como a Cavalaria, potente como a Artilharia, técnica como a Engenharia e a Aviação, abnegada e gloriosa como a Infantaria, constitue o elemento mais decisivo da vitória terrestre. Não é uma arma de simples apoio, que desempenha um papel secundário na luta; exige a colaboração das outras armas e atua com elas em íntimo contacto, no mesmo plano de importância.

Desde o aparecimento do "tanque" as usinas siderúrgicas têm trabalhado incansavelmente, produzido novos aços, sempre melhores, as fábricas têm lançado motores mais potentes e regulares, os técnicos têm criado armas cada vez mais poderosas. Ora, a evolução técnica produz, por sua vez, uma evolução dos conceitos táticos, evolução que repercute na organização dos Exércitos. Entre a técnica, a tática e a organização existe uma interdependência absoluta, que abriga a variar todo o conjunto quando se altera um dos fatores.

O país que não queira compreender isto corre o perigo de ficar à retaguarda de seus possíveis contendores.

Os profissionais militares que, apegados a antigas concepções, não se dão conta de que estamos vivendo uma nova época, põem em jogo a sorte da pátria. Amarga experiência sofreu a França, por não ouvir oportunamente a voz do General De Gaulle, quando pedia que o Exército evoluísse de acordo com a era industrial que estamos vivendo.

Com espírito superiormente profissional, sem exclusivismos partidários, devemos aceitar a existência da Nova Arma e preparamo-nos para dar-lhe o papel tático que suas características reservam.

E' fundamental formar primeiro o conceito blindado, a mentalidade da nova arma. Este conceito abrange dois aspectos: o técnico e o tático.

Sem o conceito técnico o material está destinado a uma rápida destruição; os tanques, de uma aparência exterior tão imponente, capazes de destruir obstáculos de grande resistência, são entretanto mecanicamente muito sensíveis e exigem uma atenção constante por pessoal técnico especializado, se se pretende retinar deles seu verdadeiro rendimento. O valor de uma unidade blindada em combate depende 50 % da atenção técnica que se haja dispensado ao material no tempo de paz.

O outro fator decisivo do êxito do material blindado é um emprego tático conforme com as suas características. Os elementos blindados, recurso decisivo nas mãos do Alto Comando, devem empregar-se de acordo com certos princípios que são: terreno adequado, massa e proteção necessária.

Com respeito ao terreno há a conveniência de que as unidades blindadas façam parte de guarnições em cujos arredores existam terrenos que permitam desenvolver a instrução em toda a amplitude.

O efeito da massa é uma das características fundamentais da Arma Blindada e da qual depende sua maior eficiência. E' necessário, pois, empregá-la com unidade de concepção, sem desperdiçar esforços; os "tanques" empregados parcialmente estão destinados a uma rápida destruição. Sua ação deve ser de surpresa, oportuna, veloz, audaz e concentrada.

O outro princípio de emprego tático é a proteção, proporcionada pela aviação, a artilharia, infantaria e engenharia. Os "tanques" empregados sem uma adequada proteção tornar-se-ão presa fácil das armas anti-tanques, da aviação de assalto, dos obstáculos e das minas.

Para que essa proteção seja eficaz é indispensável que exista unidade de doutrina e semelhança de meios entre os elementos protegidos e os que protegem, pelo que as armas destinadas a trabalhar com os "tanques" adquirem características próprias, que as fazem distanciarse das suas armas de origem e integrar a arma blindada.

A infantaria blindada tem uma organização mais útil, em que predomina a arma automática, posto que a ação do fuzileiro como elemento de choque é desempenhada em grande parte pelo efeito destrutor do "tanque". A infantaria blindada deve seguir os "tanques" em seus próprios veículos, também blindados, de modo a protegê-la em parte do fogo inimigo. Apeia dos seus veículos sómente sob uma ação inimiga muito intensa, para combater e ocupar o terreno já conquistado pelos "tanques". Ocasionalmente poderá atacar à frente destes para alcançar uma linha do terreno favorável a sua ação.

A artilharia blindada é totalmente motorizada, empregando-se em muitos casos o canhão automotriz, às vezes montado sobre um chassis de "tanque". Seu emprego afasta-se sensivelmente do da artilharia de campanha.

Os engenheiros que servem em unidades blindadas devem estar equipados com material especial, de acordo com as funções que vão desempenhar. Entre este material se destacam pontes metálicas de grande resistência e detectores elétricos de minas. Em muitas ocasiões deverão preparar o terreno para a ação dos "tanques", abrindo caminho através os campos minados, destruindo obstáculos e construindo passagens sobre vales, cortes do terreno e outros acidentes.

Os elementos de reconhecimento das unidades blindadas, que correspondem em suas tarefas à Cavalaria, trabalham em benefício direto dos "tanques", procurando informações sobre o inimigo e o terreno. Compoem-se de autos de reconhecimento blindados, motocicletas e autos tipo Jeep, sendo reforçados em alguns casos com "tanques" leves.

E conclue o Major Alvaro Castro Simms as suas cerradas e consistentes considerações em prol da instituição da Arma Blindada, solução que já tem sido amplamente ventilada nas nossas páginas, e que constituirá talvez uma fatalidade na organização dos exércitos modernos:

Como se viu, a Arma Blindada é um conjunto de todas as armas, que, adaptadas, servem ao elemento básico, o "tanque". E' por isso que a insignia das Forças Blindadas Norte Americanas consiste em um triângulo dividido interiormente em três ângulos, um de cor amarela, outro azul e outro roxo, cores que correspondem à Cavalaria, Infantaria e Artilharia.

A Arma Blindada iriam ter oficiais de todas as armas; cada unidade teria seus conhecimentos particulares e adquiriria aqueles que lhe faltassem para ter uma formação blindada completa. Um comando idoneo permitiria o entrosamento harmônico dos diversos elementos, constituindo uma garantia de eficiência.

# Estrada de Ferro Central do Brasil

*Tres anos de vida autárquica na nossa principal ferrovia —  
A fecunda administração ao major Alencastro Guimarães.*

Relembrar o passado da Estrada de Ferro Central do Brasil é pôr em relevo um assunto que todos os brasileiros conhecem sobejamente. Antigamente, era o regime dos déficits. Sem embargo do esforço de ilustres engenheiros que passaram pela sua direção, o certo é que a nossa principal ferrovia era incertável. Não havia diretrizes corretas e felizes que dessem solução a muitos dos seus problemas. Os estorços de muitos diretores capazes e energicos, empreendedores e esclarecidos, resultaram sempre improfícuos, tantos eram os élos que evitavam a Central caminhasse na estrada do progresso, agigantando-se á custa de suas próprias possibilidades.

Esse estado de coisas, penoso sem dúvida, encontrou solução, felizmente, sob o governo do Presidente Getúlio Vargas. Foi tão somente com a implantação do regime autárquico, na administração do major Napoleão Alencastro Guimarães, em boa hora escolhido pelo Chefe da Nação para dirigir a nossa principal ferrovia, que a Central começou, de fato, a palmilhar outros caminhos, a tomar rumos seguros.

## *TRÊS ATOS E OPEROSIDADE INCOMUM*

Conseguindo sua autarquia em 24 de maio de 1941, desde então o dinâmico diretor da Central pôde pôr em prática os planos que, cuidadosamente, traçara para levar avante a obra de erguer a principal ferrovia do país. Com os poderes que antes lhe escasseavam, o major Napoleão Alencastro Guimarães cuidou, com entusiasmo e decisão, de atacar os principais problemas de cuja solução dependia o sucesso de sua administração. Para defender as finanças da Estrada, onde muita gente viajava de graça e até bagagem transitava livremente, o diretor levantou barreiras energicas que, logo, acabaram com o abuso. O regime de requisições a três por dois caducou, resultando dessa louvável medida um imediato acréscimo de rendas.

## *MELHORIA DE TRAFEGO*

Entrementes, os serviços da Estrada foram grandemente melhorados, com a eletrificação de novos trechos. Em todos os setores da grande ferrovia, operou-se uma total transformação, apesar da carencia de material. E' que, valendo-se de ma-

terial absolutamente nosso, feito pelos proprios técnicos da Central, o major Napoleão de Alencastro Guimarães conseguiu que os trabalhos de melhoramento do serviço de transporte, tanto de passageiros como de cargas, continuassem com igual intensidade, numa demonstração perfeita de que o regime autárquico trouxe remedio salutar para a vida da nossa principal estrada de ferro, hóje com sua economia absolutamente regularizada.

### *DISCIPLINA E ASSISTENCIA*

Imprimiu ainda a administração do major Napoleão de Alencastro Guimarães um regime de absoluta ordem aos serviços administrativos da Central. Com o regime autárquico, que completa agora seu terceiro aniversário, acabou-se o regime de compadrio. Não ha funcionários com direitos superiores aos demais. Todos têm que cumprir com seus deveres, trabalhando as horas que o regulamento determina. Nesse ponto capital não ha exceções, pois o proprio diretor oferece exemplos dignificantes, fazendo-se presente em seu Gabinete durante todas as horas do expediente.

Exigindo do funcionalismo rigoroso desempenho nas suas funções, a direção da Central soube, no entanto, compensar-lhe a dedicação e o esforço com uma série de providencias de alto alcance social. Toda a assistência é facultada aos servidores da ferrovia, sendo lema da direção fazer justiça àqueles que a merecem, sem distinção de categoria.

### *PARA ADQUIRIR MATERIAL NOVO E MODERNO PARA A CENTRAL*

Precisamente na época em que a Central completa seu terceiro ano de autarquia, o major Napoleão de Alencastro Guimarães leva a efecto, nos Estados Unidos da America do Norte, a compra de material novo e moderno, afim de melhorar o nível técnico do serviço da ferrovia que dirige. Com essa viagem, pois, o dinamico administrador espera conseguir tudo quanto se torna necessário para a solução total dos ultimos problemas que lhe cabe resolver na Central, colocando-a, assim, á altura das maiores ferrovias do mundo. E, principalmente, capacitando-a a desempenhar, com eficiencia, a tarefa que lhe cabe como veículo servidor de quatro grandes Estados da federação.

Aos que descreiam da oportunidade e eficiencia dos regimes autárquicos, a Central do Brasil oferece um exemplo eloquente e definitivo.

# LIVROS NOVOS

**ROTEIRO DO TOCANTINS — LISIAS RODRIGUES — Livraria José Olimpio Editora — 1943.**

Um bom, um excelente método de compôr livros de viagem é sob a forma de diário. Nenhum, pelo menos, mais sugestivo. O leitor identifica-se profundamente com o itinerário percorrido através dos incidentes de cada dia, da paisagem ligada a fatos vividos, dos tipos humanos encontrados, do costumes surpreendidos, de tudo enfim que constitue motivo de interesse nas viagens.

Acontece ainda que o diário exime quem o escreve de possuir habilidades literárias. O que se quer é o documento, é o registo fiel e direto. Fará a superioridade de um diário de viagem a capacidade observadora, o espírito alerta, a curiosidade do seu autor.

E' considerando tudo isso que hesitamos em reclamar contra a minucia superflua desse *Roteiro do Tocantins*. Na verdade o Coronel-aviador Lisias Rodrigues, contando a sua extraordinária viagem do Rio a Belém do Pará, descendo o Tocantins, na qual consumiu 50 dias, e utilizou desde o trem, o automovel, o "gaiola", até o "motor", a canoa, o cavalo, consegue o que de mais alto podia aspirar para um livro desse gênero, consegue atrelar o leitor à comitiva do americano Blotner... A medida que avançamos no diário do Cel. Lisias as pessoas da comitiva tornam-se-nos familiares, sofremos os encomodos e as ansiedades da viagem, sentimos o sabor dos pratos esquesitos, das quitandas de milho e de mandioca; quantas vezes parece que temos fome, que suamos com o calor, que nos molhamos sob os temporais da tarde, que penetramos naqueles lugarezinhos, que escutamos a voz mansa dos caboclos do Tocantins referindo seus temores e suas vantagens...

O diário, na sua extrema naturalidade, comunica-nos todos os problemas e todas emoções da viagem. Não caberia, pois, em atenção a esse resultado, formular certas restrições. Mas, é evidente que o autor não nos transmitiu as suas notas originais puras. Andou enfeitiçando-as na hora de entregar ao editor, como o denuncia o capítulo "Lenda do rio das Almas" (p. 130), todo ele feito com uma transcrição literal do livro "Chevauchées", de H. Tapée. Não é crível que o Cel. Lisias tivesse à mão essa obra pelas alturas do rio das Almas... Também não há condená-lo pelo acréscimo, que foi oportuno e útil. Apenas, se ele teve iniciativas ampliadoras, que em faltando em nada depreciariam o seu trabalho, deve indagar-se por que então não exerceu ação

policiadora sobre as notas originais. Uma intervenção dessa natureza, como veremos, fez por vezes muita falta.

Primeiro notaremos a conservação de um mundo de minúcias sem o menor interesse, fatigantes e até irritantes. Positivamente todos lucrariam se no **Roteiro do Tocantins** não figurassem informações do teor seguinte: "Tanto esse percurso; até Campinas, como a viagem noturna até Ribeirão Preto, foram, apenas desinteressantes, conhecida como era a região". (p. 16) "O trem a sair, da E. F. Goiaz, seria misto, e partaria às 4 e meia da manhã; isto ia nos obrigar a estar de pé às 3 e meia da manhã, o que de fato sucedeu". (p. 17) "Hospedamo-nos no hotel em frente à estação, para maior facilidade da partida no dia seguinte". (p. 18)

Bem típicos esses textos, portadores de informações ferroviárias perfeitamente dispensáveis. Acumular-se-ão continuamente informes de igual valor, embora variados: "o Dr. Floriano Caramuru de Azevedo, foi extremamente gentil conosco". (p. 18) "Depois de almoçarmos na casa do alemão, e pagarmos, partimos novamente". (p. 25) O hotel "Amato", único de Formosa, "muito deixava a desejar em higiene e conforto". (p. 28) "Pneu furado. Consertado, seguimos, vendo sempre...". (p. 32) "Depois de nos lavarmos fomos jantar" (p. 34) "Deus forte dor de cabeça, que duas aspirinas da farmacia que levavamos, apenas atenuaram". (p. 40) "Fizemos com que tomasse bicarbonato, e na hora do jantar tomou mate com elixir paregórico". (p. 53) "Pela primeira vez provei doce de buriti, do qual gostei". (p. 103) "O calor era muito grande; por fim resolvemos tirar o paletó do pijama". (p. 134) "Como estivessemos muito barbados, resolvemos fazer a barba ali mesmo, apesar de todo o desconforto". (p. 179) "Blotner ainda falou qualquer coisa que não entendemos, por já estarmos semi-dormidos". (p. 191) "Comemos os ovos, tomamos café, fumamos um cigarro, e fomos ajeitar-nos para dormir". (p. 217)

Não estamos inventariando, senão sómente exemplificando as passagens desprovidas de conteúdo significativo. Em rigor haveria o que apontar em quasi todas as páginas. O autor chega, porém, à suprema distração quando incorpora a páginas que se denominam **Roteiro do Tocantins**, a descrição, com cardápio e tudo, de um burguezíssimo almoço que lhe ofereceu Blotner, no seu palacete em Belém do Pará: "Salada de abacate para começar; bolacha americana com um consumo gostoso; galinha assada e arroz; roast beef e batatas fritas". (p. 278) Que merecimento pode ter esse episódio de estrito caráter social-gastrônomico, e sobretudo que tem a ver com a aspera, generosa e fecunda exploração do autor **Tocantins** abaixo?

Menos justificável ainda é a sobrevivência, no livro atual, de alguns descuidos de linguagem das notas primitivas. Arrolaremos os que se

s antolharam mais graves, como forma de servir o autor no preparo edição futura:

"Sairam os tocadores e o resto da gente que ali estava, que, de órdo com o costume do sertão, entram, cumprimentam, sentam-se à piam até a hora de sair". (p. 68) A redação presta-se a confusão, ntuado não sofre dúvida que os verbos entrar, cumprimentar, sentar piam teem por sujeito o relativo que, referindo-se a gente, e portanto viam vir no singular.

"Observávamos que ele remancheava de um lado para outro". (p. 69) Cumpria retificar o verbo que não é remanchar, mas remanear (Ver os Dicionários de Cândido de Figueiredo, Aulete, Moraes).

"Ao aproximar-se da margem do rio, em vez da onça fugir, subiu a uma arvore". (p. 136) Uma revisão cuidadosa teria corrigido. "em z de a onça fugir".

"Toda a equipagem teve seu quinhão, com o que demonstraram ter muito satisfeitos". (p. 149) Feio aleijão de concordância que uma npla leitura removeria. Caso idêntico aos que se seguem: "As aias extensas que existem agora, ninguém as leva a serio, porque bem que com as águas elas desaparecerão". (p. 212) Cada uma mendo pelos seus parentes, voltavam para procurá-los". (p. 257)

"A casa do "Major", uma das melhores da cidade, assolhada em lages de tijolos requeimados". (p. 150) "Salão grande, mas soalho de tijolos". (p. 186) Ora, soalho ou assolho é só de madeira ssoalhar — "unir e pregar as tabuas do sobrado ou soalho de algum vimento, estrado, etc". — Aulete) e não custaria ter evitado a improriedade.

São defeitos, que, embora se diluam na massa das qualidades rias do livro, podiam ter sido arredados, com vantagem, quando o tor empreendeu outros retoques nas suas notas originais. E é uma na que assim não tenha acontecido, porque então o volume guardaria egralmente a sua linha de equilíbrio, mantida, aliás, em momentos dificeis. Isto não significa que o autor se tenha portado friamente te os fortes e sensíveis quadros do seu itinerário. Ao contrário, disguiu-os e valorizou-os sempre, porém sem arroubos, sem espantos, no era licito esperar em quem passou, de súbito, a viver cercado de adros esmagadores...

Exemplifiquemos com a referência à antiga "Casa do Cunho", Cavalcanti, esse relevante aspecto de Roteiro do Tocantins:

"Velho casarão de paredes de espessura descomunal, como as de a fortaleza, travejada por grossos toros de madeira de lei, que o peitava, no aspecto extremo das paredes e no telhado corcovado, va, apenas, esse ar de Matusalem envelhecido, mas não abatido ainda".

Neste outro tópico o autor fornece-nos uma imagem da corredeira

do Funilzinho, na qual o Tocantins sofre um brutal estrangulamento de 600 para 80 metros:

"A água é comprimida violentamente nessa garganta, lançando- raivosa contra os paredões de pedra que a oprimem, e tudo faz pa- os destruir; estruge e bufa, roja em borbotões e repuxos, ronca e mug- tão forte, tão alto, que leguas ao redor se ouve o rugido cavo de su- cólera".

Numerosos dados repontam página a página a página de **Roteiro do Tocan- tins**. Conquanto um pouco antigos, pois são de 1931, podemos esti- certos de que terão quasi todos plena atualidade, de vez que a marci- do tempo naqueles sítios do Brasil central continua com o seu ritmo moderado, medido ainda pelo cavalo e pela canoa. O avião por lá incidente, sem dúvida repetido agora com frequência, mas ainda inci- dente. Os elementos civilizadores que o acompanham foram ape- salpicados naquela região.

Porém, seja como fôr, é interessante tomar conhecimento das estradas que tem dono, tão ativo na cobrança do pedágio quanto es- quecido das providências de conservação, e um desses "donos", pa- maior singularidade do fenômeno, é o próprio prefeito...

As notícias sobre o povo não são das mais confortadoras: "o povo é bom, hospitaleiro e gentil, mas, é alarmante o estigma da degenerescência; no povo, em geral, há uma quantidade grande de loucos aleijados, etc., agravado o aspecto pela miséria física e pelos farrapos de roupa que mal os cobrem". Também a alimentação geral consta de arroz cosido com carne de vento, "a chamada **Maria Isabé** que tem cheiro de causar nauseas", consoante reclama mil vezes o Cel. Lisia. E além da **Boa Vista do Tocantins** apresenta-se "o impaludismo endemic e febres malignas epidêmicas, em ambas as margens". (p. 214)

O nível de vida é ínfimo, como não pode deixar de ser num região de economia primitiva, em que não há circulação nem trabalho sistemático. Basta referir que um inglês comprou um sítio, perto da **Boa Vista do Tocantins**, por Cr\$ 70,00, estando incluídas nesse preço duas porcas, que logo após se multiplicavam em 12 leitões...

(Continua)

#### LIVROS RECEBIDOS:

*Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil — Nelson Werneck Sodré — Livraria Martins Editora.*

*Três Figuras — O Frade Poeta, O Padre Voador, O Frade Peceptor — E. Vilhena de Moraes — Editora Vozes de Petrópolis.*

*Um voluntário da Pátria — Pinheiro Guimarães.*

# NOTICIARIO & LEGISLAÇÃO

## ATOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

De 20 de Março a 20 de Abril de 1944

### UDA DE CUSTO — (Solução de consulta)

O Comando da 9.<sup>ª</sup> Região Militar, em radiograma n.<sup>º</sup> 196-F.A.4, de 4-3-44, consulta se assiste direito ao abono de ajuda de custo a um oficial da Reserva de 2.<sup>ª</sup> Classe, licenciado do serviço ativo, por ser funcionário do Ministério da Guerra.

Em solução declaro :

Com base nos artigos 224 e 97 do C.V.V.M.E., aquele concedendo aos convocados vencimentos e vantagens de posto, como se efetivos fossem, este fixando os casos em que, é devida a ajuda de custo, os oficiais da Reserva da 2.<sup>ª</sup> Classe convocados por tempo indeterminado, ficam equiparados aos oficiais da ativa, em matéria de ajuda de custo, conforme, declarou o Aviso n.<sup>º</sup> 1.609, de 2 de junho de 1942, enquanto permanecerem nessa situação.

Com o licenciamento do oficial convocado desaparece o direito tanto aos vencimentos como às demais vantagens.

No caso da consulta o oficial com o seu licenciamento voltou à sua situação civil normal, não lhe cabendo nenhuma vantagem prevista no C.V.V.M.E. para os oficiais em efetivo serviço.

(Aviso n.<sup>º</sup> 886 de 14. — D.O. de 17-4-944).

### TONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter)

O Grupamento de Infantaria e o Sub-Grupamento de Artilharia do 1.<sup>º</sup> Esquadrão do Depósito do Pessoal da F.E.B., com sede respectivamente em Caçapava, e Pindamonhangaba passam a ter autonomia administrativa na conformidade do disposto no art. 25 do Decreto n.<sup>º</sup> 3.251, de 9 de novembro de 1938 (Regulamento de Administração do Exército).

(Aviso n.<sup>º</sup> 811 de 3 — D.O. de 5-4-944).

### TONÓMIA ADMINISTRATIVA (Concessão).

É concedida autonomia administrativa à 1.<sup>ª</sup> Companhia Especial de Manutenção (Dec.-lei n.<sup>º</sup> 6.185 de 6-1-44), na conformidade do que estabelece o art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por Decreto n.<sup>º</sup> 3.251 de 8 de novembro de 1938.

(Aviso n.<sup>º</sup> 727 de 18. — D.O. de 24-3-944).

### IA DE INFANTARIA — (aumento)

Na conformidade do artigo 16 das Instruções aprovadas pela Portaria n.<sup>º</sup> 6.123, de 1 de março de 1944, fica o quadro da Arma de Infantaria au-



# LUZ

*acelera a produção*

Neste instante em que as nossas indústrias, dando toda a sua colaboração ao país, assumiram a responsabilidade de fornecer recursos materiais em grande escala, é indispensável o aceleramento da produção, cujo fator essencial é a boa iluminação das fábricas e oficinas. A boa iluminação, abundante e bem distribuída, contribue para o aumento imediato da capacida-

de de produção, prevenindo, ainda, os acidentes, dando maior conforto e eficiência aos operários, proporcionando assim, a redução de perdas materiais. Dia e noite, a luz elétrica torna possível a mesma intensa produção e a execução de trabalhos que exigem uma visão perfeita dos detalhes.

Faça com que a luz elétrica seja a sua mais eficiente auxiliar.



Standard

Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro

mentado de quatro sub-tenentes, dos quais dois para o 11.º Regimento de Infantaria, um para o 1.º Regimento de Infantaria e um para o 6.º Regimento de Infantaria.

(Aviso n.º 866 de 11. — D.O. de 13-4-944).

#### BANDA DE MUSICA — (Constituição)

N.º 851 — I — A Banda de Msica da 1.ª D.I.E. passa a ter a constituição seguinte: 2.º Tenente, mestre de música — 1. 1.º Sargento, contramestre — 1. Soldados, músicos de 1.ª classe — 18. Soldados, músicos de 2.ª classe — 20. Soldados, músicos de 3.ª classe — 27. Total — 67.

II — Fica, outrossim, criada a Banda de Corneteiro-Tambores da mesma 1.ª D.I.E., a qual terá a constituição infra:

3.º Sargento corneteiro — 1. Cabocorneteiro — 1. Corneteiros-tambores de 1.ª classe — 14. Corneteiros-tambores de 2.ª classe — 14.

(Aviso n.º 851 de 10. — D.O. de 12-4-944).

#### BATALHÃO DE ENGENHOS — (Criação).

E' criado, para instalação mediata, com sede em Santa Maria — Estado do Rio Grande do Sul, o 3.º Batalhão de Engenhos.

(Decreto-Lei n.º 6.362 de 23-3-944. — D.O. de 24-3-944).

#### BATALHÃO DE ENGENHOS — (Criação).

E' criado, para instalação imediata, com séde em Pôrto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul, o 6.º Batalhão de Engenhos.

(Decreto-Lei n.º 6.363 de 22-3-944 — D.O. de 24-3-944).

#### CABOS E SARGENTOS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA — (Promoção).

Para a promoção na Fôrça Expedicionária Brasileira às graduações de Cabo e Sargento, especialistas e artífices, é dispensado o requisito de aprovação nos Cursos de Candidatos à Cabo e Sargento — C.C.C. e C.C.S. devendo a mesma ser feita mediante aprovação em exames realizados nas próprias unidades e por comissões capazes de julgar realmente a capacidade técnica dos candidatos.

Os referidos exames compreendem:

a) provas de instrução geral de dificuldade e amplitude correspondente a natureza técnica da função a que se propõe o candidato, sendo que para os artífices e especialistas de oficina se reduzem estas provas a leitura, ditado e quatro operações;

b) provas práticas desenvolvidas, detalhadas e rigorosamente julgadas sobre a função que irá desempenhar o candidato;

c) conhecimentos, correspondentes a graduação a que se propõe o candidato, dos regulamentos que definem seus deveres e direitos hierárquicos na escala militar.

(Aviso n.º 687 de 22 — D.O. de 23-5-944).

#### CANDIDATOS A OFICIAIS DA RESERVA DE 2.ª CLASSE — (Matrícula).

— I — Tendo-se em vista a necessidade da orientação de modo uniforme o recrutamento de candidatos a Oficial da Reserva de 2.ª Classe, determino que, até a expedição de novas instruções, nenhuma matrícula seja efetuada no corrente ano, nos C. P. O. R. e N.P.O.R.

II — Os Centros e Núcleos que estiverem por concluir ou já tenham con-

# REPRESENTAÇÃO

DE

## A DEFESA NACIONAL

Ampliando a sua rede de sucursais em vários Estados do país **A DEFESA NACIONAL** desenvolve, também, a sua circulação e habilita-se a tornar mais eficiente a propaganda em suas páginas.

Tendo, outrossim, entregue a exclusividade de sua publicidade em todo o Brasil ao

### BUREAU INTERESTADUAL DE IMPRENSA

a revista por excelência do Exército acha-se habilitada a receber anuncios e toda a demais matéria respectiva através dos representantes desta prestigiosa organização abaixo discriminados:

**São Paulo** — Mario Herédia, Rua Barão de Paranaíacaba, 61 — 4.<sup>o</sup> andar.

**Curitiba** — Percival Loyola, Rua 15 de Novembro, 573.

**Porto Alegre** — Arthur Batista Gonçalves, Rua Shuller, 44.

**Recife** — Aristofanes da Trindade, Travessa Madre de Deus, 113.

**Pará** — Edgard Proença, Edifício Bern (1.<sup>o</sup> andar), Avenida 15 de Agosto).

Anuncie nas páginas de

**A DEFESA NACIONAL**

que fará publicidade eficiente

50.000 LEITORES EM TODO O BRASIL

cluido o ano letivo, deverão continuar o trabalho com as turmas já matriculadas (2.º ano), — aguardando para inclusão de novas turmas (1.º ano), as instruções previstas no item I deste Aviso.

III — Ficam, para isso, os Comandantes de R.M. autorizados a suspender todos os processos de matrícula em curso.  
(Aviso n.º 887 de 14. — D.O. de 17-4-944).

#### CENTROS E NUCLEOS P.O.R. — (Recomendação).

— Tendo em vista que vão ser abertos os C.R.A.S., ainda no corrente mês, recomendo a fiel observância do que dispõe o Aviso n.º 1.401 de 4-4-43, sobre a incorporação dos alunos dos Centros e N.P.O.R., desligados no 2.º ano.

(Aviso n.º 753 de 25. — D.O. de 23-3-944).

— Autorizo o funcionamento dos cursos de cabos e sargentos, na 1.ª Companhia de Intendência Regional, ainda no corrente ano.

(Aviso n.º 748 de 25. — D.O. de 28-3-944).

— De 25 de março de 1944 — Fica o Comando da 10.ª (decima) Região Militar autorizado a organizar, para funcionamento ainda no corrente ano, um C.I.T.R., em Fortaleza, ficando, assim, extensivo a essa Região o Aviso n.º 1.024, de 19-IV-43. (Reproduz-se por ter saído com incorreção no "Diário Oficial" de 28 de março de 1944).

(Aviso n.º 743 de 25. — D.O. de 30-3-944).

(Aviso n.º 747 de 25. — D.O. de 28-3-944).

— Atendendo ao que propõe o Diretor de Moto-Mecanização, em Ofício número 146-D-1, de 3 deste mês, autorizo o funcionamento, no corrente ano, de uma turma do curso normal da Escola de Moto-Mecanização para 26 oficiais — Tenentes e Capitães.

O Curso, que terá a duração de cinco meses, deverá ter início no dia 15 do mês corrente.

(Aviso n.º 885 de 14. — D.O. de 17-4-944).

#### CURSOS REGIONAIS DE GRADUADOS — (Autorização).

— O Comando da 4.ª Região Militar deverá organizar Cursos Regionais de graduados, nos moldes estabelecidos pelo Aviso número 2.21, de 28 de agosto de 1942.

Fica, para esse efeito, autorizado a convocar reservistas de 2.ª categoria, em número suficiente para manter dois turnos de cursos de candidatos, a cabo e sargento, cada um com 750 candidatos, desde que satisfaçam às condições de conduta, saúde e idade.

Esses cursos funcionarão em um dos corpos da Região, onde os candidatos ficarão considerados como excedentes.

O Comandante da mesma Região fixará o inicio e a duração dos cursos.  
(Aviso n.º 848 de 8. — D.O. de 11-4-944).

#### COMISSÃO C. ESCOLA MILITAR DE REZENDE — (Organização).

— Fica adotada a seguinte constituição para a Comissão Construtora da Escola Militar de Resende, a ser organizada a partir da data da inauguração das obras já concluídas daquele Estabelecimento de ensino, em substituição à atual Comissão Construtora da Nova Escola Militar de Resende, a que se refere o Aviso n.º 991, de 16 de abril de 1943:

Chefe: 1 Coronel ou Tenente Coronel de Engenharia;

A P U B L I C I D A D E  
N A  
A D E F E S A N A C I O N A L

Comunicamos ao público, em geral, ao comércio e indústrias do país e aos nossos anunciantes do Rio de Janeiro e dos Estados, em particular, que todo o serviço de publicidade está a cargo do

BUREAU INTERESTADOAL DE IMPRENSA

com escritório à

PRAÇA MAUÁ, 7 — 13.<sup>o</sup> andar

Telefones: 43-9918, 23-1451 e Oficial 2-515

Caixa Postal, 365 — End. Telegr.: "Bureau"

S u c u r s a i s

**São Paulo** — Mario Herédia, Rua Barão de Paranápiacaba, 61 — 4.<sup>o</sup> andar.

**Curitiba:** — Percival Loyola, Rua 15 de Novembro, 573

**Porto Alegre** — Arthur Gonçalves, Rua Shuller, 44

**Recife** — Aristofanes da Trindade, Travessa Madre de Deus, 113.

**Pará** — Edgar Proença, Edifício Bern (1.<sup>o</sup> andar), Avenida 15 de Agosto.

No Rio de Janeiro, só o cobrador do Bureau devidamente credenciado, com a respectiva carteira, está autorizado a receber contas, sendo vedado fazê-lo a qualquer agente ou outro auxiliar.

Subchefe e Fiscal Administrativo: 1 Tenente Coronel ou Major de Engenharia;

Adjuntos: 2 Majores ou Capitães de Engenharia (sendo um Q.T.A., Engenheiro eletricista);

Tesoureiro: 1 Capitão ou 1.º Tenente I. E.;

Auxiliar: 1, 2.º Tenente da Reserva de Engenharia (convocado ou não).  
(Aviso n.º 826 de 4. — D.O. de 6-4-944).

#### COMISSÃO DE INSTALAÇÃO DA E. M. DE RESENDE — (Constituição).

— I — Para ultimação dos trabalhos de instalação material da Escola Militar de Resende fica assim constituída, a partir da data da publicação deste Aviso, a Comissão de Instalação da referida Escola: — Chefe da Comissão de Construção, Comandante, Prefeito Militar e Tesoureiro todos da E. M. de Resende.

— II — O Major Prefeito Militar desempenhará as funções de Fiscal Administrativo da Comissão.

(Aviso n.º 877 de 11. — D.O. de 14-4-944).

#### COMPANHIA ESPECIAL MANUTENÇÃO — (Organização).

— É mandado dar organização imediata à 1.ª Companhia Especial de Manutenção (Decreto-lei n.º 6.185 de 6-1-44 a ser instalada, provisoriamente, nesta Capital).

(Aviso n.º 729 de 18. — D.O. de 24-3-944).

#### COMPANHIA GUARDAS QUARTEL GENERAL — (Efetivo).

— O efetivo normal da Companhia de Guardas do Quartel General do Exército fica, até ulterior deliberação, aumentado de quarenta (40) Soldados.

(Aviso n.º 725 de 22. — D.O. de 23-3-944).

#### CONTINGENTE DO QUARTEL GENERAL — (Esclarecimento).

— Em aditamento ao Aviso n.º 765, de 27 de março de 1944, esclareço que, na soma do aumento do Contingente do Quartel General da 1.ª Região Militar, estão compreendidos três cabos de fileira, dois para o Serviço de Estado Maior e um para a tropa do Q.G.

(Aviso n.º 865 de 11. — D.O. de 13-4-944).

E

#### CORONEIS DO QUADRO TÉCNICO DA ATIVA — (Promoção).

— Os Coronéis do Quadro Técnico da Ativa (Q.T.A.) passam a condecorer à promoção ao posto de General de Brigada.

Parágrafo único. Tal promoção será regulada pelos dispositivos do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943, dispensado, entretanto, o requisito da alínea d, do art. 21 do referido Decreto-lei, e substituídos as das letras e e g por

“como oficial superior, ter chefiado durante dois anos consecutivos ou não, estabelecimento ou serviço inerente à sua especialidade”.

Não exceder de quatro (4) o número de Generais de Brigada oriundos do Q.T.A., os quais exercerão funções de direção nas Diretorias Técnicas, ou outras funções inerentes ao posto, a juízo do Governo.

Os Generais de Brigada oriundos do Q.T.A. não preencherão vagas no Quadro do Estado Maior General.

LIVROS À VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

	Cr\$
O Surto no Japão — Maj. Nicanor G. de Souza .....	3,00
O Tiro de Artilharia de Costa — Cap. Ary Silveira .....	5,00
O Tiro da Seção do Morteiro Brandt 81 — Maj. J. A. Pavel .....	16,00
O Tiro de Grupo I. Rapida, Separata n.º 55 — Cap. B. B. Fortes (*) .....	6,00
O Serviço de Campanha na Arma de Cavalaria — Capi- tão A. Pereira Lira .....	15,00
Pequeno Manual do S. C. da Cavalaria — Major José H. Garcia (*) .....	12,00
Pedagogia de Educação Física — José Benedito de Aqui- no .....	16,00
Reto. de Educação Física - 1.ª Parte (*) .....	25,00
Reto. para Instrução dos Quadros e da Tropa (*) .....	3,00
Serviço de Informação e de Transmissões em Campanha G. Cortes .....	11,00
Sinalização a braços e ótica — Cel. Lima Figueiredo ..	3,00
Três anos de Ortografia S. Brasileira — Gen. Bertoldo Klinger .....	16,00
Tres anos de Ortografia S. Brasileira (para assinantes da Revista "Defesa Nacional") .....	12,00

(\*) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I.  
"A Defesa Nacional".

Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 6.417 de 13-4-944. — D.O. de 15-4-944).

#### CORPO DE TROPA — (Permanencia).

— O 1.º Esquadrão de Reconhecimento, a 1.ª Cia. D.I.E., a partir do presente Aviso são mandadas permanecer encostadas respectivamente, ao 2.º R.M.M., Batalhão Vilagran Cabrita e Batalhão dt Guardas, única e exclusivamente para efeito de alojamento e de alimentação.  
(Aviso n.º 728 de 18. — D.O. de 24-3-3944).

#### HOSPITAL MILITAR DE PONTA GROSSA — (Efetivo).

— Tendo sido, por Decreto-lei número 6.318, de 6, publicado no *Diário Oficial* de 8 de março de 1944, criado o Hospital Militar de 2.ª Classe de Ponta Grossa, para instalação imediata, atribuiu ao mesmo o efetivo seguinte :

##### *Dependentes da Diretoria de Saúde*

###### Enfermeiros :

- 1 1.º sargento.
- 2 2.º sargentos.
- 3 3.º sargentos.

###### Manipulador de Radiologia :

- 1 2.º sargento.

###### Manipulador de Farmácia :

- 1 2.º sargento.
- 1 3.º sargento.

##### *Dependentes da Diretoria das Armas*

- 1 2.º sargento.
- 1 3.º sargento.

(Aviso n.º 788 de 30-3. — D.O. de 31-3-944).

#### INFANTARIA DIVISIONÁRIA 2.º R.M. — (Transferencia).

— É transferido de Caçapava para Loranca o Quartel General da Infantaria Divisionária da 2.ª Região Militar (I. D./2).  
(Aviso n.º 832 de 4. — D.O. de 6-4-944).

#### INSIGNIA DE COMANDO — (Aprovo).

— Aprovo a insignia de Comando da Companhia de Engenhos do 3.º Regimento de Infantaria.

(Aviso n.º 889 de 14. — D.O. de 17-4-944).

— Aprovo as insignias de comando para as Subs-unidade da Fôrça Expedicionária Brasileira, abaixo mencionadas, de acordo com os modelos e caracteristicos que a êste acompanham :

LIVROS À VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

	Cr\$
Educação Moral do Soldado — Cap. Frederico Trota ..	10,00
Emprego Tático das Transmissões — Cel. Paulo Bolivar Teixeira .....	17,00
Ensaio Sobre Instrução Militar — Cap. José Horacio Garcia .....	13,00
Estratégica do Terror — Trad. Cel. J. B. Magalhães (*)	15,00
Estudo sobre Granadas de Mão e Fuzil — Cap. Moacyr N. Assunção .....	11,00
Exercício de Combate de Companhia — Maj. Alcebiades Tamoyo .....	18,00
Exterior e Julgamento dos Equídeos — Walter Jardim	30,00
Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magolhães .....	30,00
Fenomeno Militar Russo, desconto de 10% aos Assinantes da Rev. "Defesa Nacional" .....	27,00
Fichário para Inst. de Educação Física — Cap. Jair J. Ramos .....	16,00
Formulário do Contador — Cap. José Salles .....	5,00
Guerra da Sucessão, Separata n.º 53 — Ten. Cel. Arthur Carnaubá (*) .....	5,00

(\*) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I.  
"A Defesa Nacional".

Cia. de Comando (Regimental) — Anexo 1.

Cia. de Serviços (Regimental) — Anexo 2.

Cia. de Canhões Anti-Carros — Anexo 3.

Cia. de Obuzes 105 m/m — Anexo 4.

Cia. de Petrechos Pesados (de Btl.) — Anexo 5.

(Aviso n.º 749 de 25. — D.O. de 28-3-944).

— Aprovo os modelos, que a este acompanham, de insígnias de comando para aos oficiais generais da Fôrça Expedicionária Brasileira:

General de Divisão, Cmt. da 1.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria.

General de Brigada, Cmt. da Infantaria da 1.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria.

General de Brigada, Cmt. da Artilharia da 1.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria.

General de Brigada, Chefe do Estado Maior do 1.<sup>o</sup> Corpo do Exército.

(Aviso n.º 786 de 29. — D.O. de 30-3-944).

#### INCINERAÇÃO DE PAPEIS — (Solução de consulta).

— O Chefe da 30.<sup>a</sup> Circunscrição de Recrutamento consulta, em Rádio, n.º 36, de 19 de fevereiro último, ao Diretor de Recrutamento, se está em vigor o Aviso n.º 422, de 31 de julho de 1936, relativo à incineração de papéis, referentes ao alistamento e sorteio que tenham produzido os efeitos necessários.

Em solução declaro que sómente é permitida a incineração de documentos de que trata o citado Aviso após 25 anos de procedidas as respectivas operações de alistamento e sorteio.

(Aviso n.º 890 de 14. — D.O. de 17-4-944).

#### USTIÇA MILITAR JUNTO ÁS FORÇAS EXPEDICIONÁRIAS — (Organização).

O "Diário Oficial" n.º 78 de 4 de Abril de 1944 (página n.º 5915) publica o Decreto-Lei n.º 6.396 de 1-4-944, que organiza a Justiça Militar Junto ás Forças Expedicionárias e regulariza o seu funcionamento.

#### LICENCIAMENTO DAS PRAÇAS DO EXERCITO — (Prazo).

— Fica dilatado para 31 de dezembro do corrente ano o prazo do licenciamento das praças do Exército, que pelo Aviso n.º 1.115, de 6-5-1943, está adiado até 30 de junho próximo vindouro.

(Aviso n.º 751 de 18. — D.O. de 24-3-944).

#### LICENCIAMENTO DE CABOS RESERVISTA E CONSCRITOS — (Suspensão).

— Fica suspensa a aplicação do aviso n.º 63, de 13 de janeiro do corrente ano, que manda licenciar do serviço ativo do Exército os cabos reservistas e conscritos e os soldados reservistas de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> categorias, nas condições ali discriminadas.

(Aviso n.º 789 de 30-3. — D.O. de 31-3-944).

#### IVRO DO SOLDADO BRASILEIRO — (Adoção).

autoria do General de Divisão Valentim Benicio da Silva, uma obra de grande utilidade e indispensável aos que, chegados analfabetos ao quartel, necessitam de um livro que seja a um tempo útil e agradável ao educando, já pelo seu aspecto material, cheio de gravuras sugestivas, já pelo critério observado no seu desenvolvimento metodológico, todo fruto da inteligência brilhante e esclarecida do seu ilustre autor, resolve adotá-lo no Exército, para o ensino dos soldados analfabetos, nos corpos de tropa.

(Aviso n.º 773 de 29. — D.O. de 30-3-944).

LIVROS A VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

	Cr\$
Guia para Instrução Militar na Tropa — Major Ruy Santiago .....	21,00
Guia para o Cmte. do Pelotão de Fuzileiros - 2. <sup>a</sup> parte Maj. A. Tamoyo .....	13,00
Historia do Duque de Caxias — Cap. Frederico Trota	5,00
Historia Militar do Brasil — Gustavo Barrozo .....	11,00
Indicador Alfabético — Odon Antonio Braga .....	3,00
Indicador Paranhos 15-XI-928 a 31-XIII-935 — Eurico Paranhos .....	13,00
Indicador Paranhos de 1936 — Eurico Paranhos .....	7,00
Instrução de Transmissões — Cel. Lima Figueiredo ...	16,00
Instrução na Cavalaria — Major João de Deus Mena Barreto .....	11,00
Instrução na Cavalaria, Separata n. <sup>o</sup> 54 — Major J. Horacio Garcia .....	5,00
Impressão de Estagio no Ex. Francês — Cel. J. B. Magalhães .....	4,00
Instrução de Obs. Corpos de Tropa — Ten. Cel. A. B. Gonçalves .....	9,00
Invasão e Tomada das Ilhas Balticas — Cap. J. J. Gomes da Silva .....	5,00

**LITARES E FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA GUERRA — (Resolução)**

— Considerando que é de 30 dias o prazo concedido aos militares e funcionários civis do Ministério da Guerra para a desocupação de casas: Considerando que esse prazo vem sendo irregularmente excedido sob os mais variados pretextos;

Considerando que essa praxe prejudica aos que por instruções reguladoras têm direito a casas e nelas são obrigados a residir de acordo com os Avisos ns. 1.690-Locp. 1, de 4 de junho de 1941, 678, de 14 de março de 1944 e 766, de 27 de março de 1944; e

Considerando, finalmente, que inúmeros militares viajam para as suas novas unidades, deixando as famílias nas casas do Ministério em que residiam, ficando assim as autoridades sem meios para obrigá-los a se mudarem, resolvo:

a) o militar ou funcionário civil que exceder o prazo fixado de 30 dias para a desocupação de casas, contado da data do desligamento do corpo ou repartição, por transferência, passagem para a reserva ou aposentadoria, ou que haja recebido ordem de mudança de autoridade competente e não a tenha cumprido decorrido igual período, ficará sujeito, no primeiro mês após a terminação do citado prazo, ao pagamento de aluguéis nas seguintes condições:

Sargentos e funcionários civis . . . . .	Cr\$ 300,00
Oficiais . . . . .	Cr\$ 800,00

b) as importâncias referidas na letra anterior serão aumentadas, para os oficiais de Cr\$ 200,00 e para os sargentos e funcionários civis de 100,00 nos meses subsequentes.

c) as importâncias acima serão descontadas em folha de vencimentos.

Este aviso entrará em vigor na data de sua publicação.

(Aviso n.º 883 de 11. — D.O. de 14-4-944).

**OFICIAL CONVOCADO — (Autorização).**

— Autorizo a concessão de transporte de regresso à sede do domicílio que o oficial tinha ao ser convocado quando licenciado por motivo independente de sua vontade, bem como à sua família, desde que esta o tenha acompanhado, com transporte requisitado por este Ministério.

(Aviso n.º 745 de 24. — D.O. de 27-3-944).

**OFICIAIS DO QUADRO A. — (Aprova).**

— O Sr. Presidente da República aprovou a Exposição de Motivos n.º 271, de 8 de março do corrente ano, na qual se solicitou que figurassem, no Almanaque do Exército, os oficiais do Quadro A, beneficiados pelo Decreto n.º 23.674, de 2 de janeiro de 1934, em suas posições relativas, porém sem ocuparem vaga.

Em consequência, a Secretaria Geral do Ministério da Guerra e a Comissão de Promoções do Exército deverão tomar as providências decorrentes.

(Aviso n.º 816 de 4. — D.O. de 6-4-944).

**OFICIAIS DA RESERVA — (Licenciamento).**

— Em virtude da atual deficiência de transporte e para evitar situações embaralhadas para os interessados, determino que o licenciamento dos oficiais da reserva que tiverem de viajar após serem licenciados só deve efetivar-se na véspera da respectiva partida.

(Aviso n.º 790 de 3. — D.O. de 31-3-944).

LIVROS À VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

	Cr\$
Telemetria — Cap. Joaquim J. Gomes da Silva .....	16,00
Telemetros de Inversão — Cap. Joaquim J. Gomes da Silva .....	9,00
Tática de Infantaria (*) .....	3,00
Travessia de Cursos Dágua — Maj. José H. Garcia (*)	6,50
Transposição de Cursos Dágua — Cel. Lima Figueiredo	8,00
Tiro e emprego do Armamento da Infantaria — Major Pavel (*) .....	30,00
Theiria das Progressões e Logarítmicos .....	5,50
Um Ano de Observações no Extremo Oriente — Coronel Lima Figueiredo .....	15,00
Vade-Mecum de Matemática Elementar — Cap. Frederico N. Dias .....	13,00
Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões — Ten. Coronel Alexandre José Gomes da Silva Chaves (no prélo) (*) .....	16,00

---

(\*) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I.  
"A Defesa Nacional".

**OFICIAIS DA RESERVA DE 2.<sup>a</sup> CLASSE DENTISTAS — (Nomeação).**

— Os civis que, antes do Decreto-lei n.<sup>o</sup> 36 de 1 de dezembro de 1937, concluíram com aproveitamento, o estágio para ingresso no quadro de Oficiais da Reserva de 2.<sup>a</sup> Classe, dentistas, poderão agora ser nomeados 2.<sup>s</sup> Tenentes da referida reserva ou do Exército de 2.<sup>a</sup> Linha, mediante requerimento ou *ex-oficio* uma vez que fique comprovado o término daquêle estágio com aproveitamento e seja o processo instruído com os documentos referidos no artigo 10, parágrafo único, letra *b*, do Decreto-lei n.<sup>o</sup> 4.271, de 17 de abril de 1942 e no Aviso n.<sup>o</sup> 2.441, de 5-10-1943. (Reduziu-se por ter saído com incorreções no *Diário Oficial* de 21 de março de 1944).

(Aviso de — D.O. de 24-3-944).

**OFICIAIS DA RESERVA DA 2.<sup>a</sup> CLASSE — (Solução de consulta).**

— O Comandante do 15.<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores, em ofício n.<sup>o</sup> 1.072, de 30 de março último, tendo em vista o aviso n.<sup>o</sup> 3.887, de 31 de dezembro de 1941, e que, presentemente, o número de oficiais subalternos da ativa, naquela unidade, é inferior ao de oficiais da reserva de 2.<sup>a</sup> classe, convocados, consulta se a estes oficiais é permitido procederem a sindicâncias, inquéritos e defenderem, nos Conselhos de Justiça dos Corpos, aos réus de insubmissão e deserção.

Em solução, declaro que os oficiais convocados podem defender, nos Conselhos de Justiça dos Corpos, os réus de insubmissão e deserção, bem assim proceder a sindicâncias e inquéritos, sempre que para tal estiverem indicados em virtude de seus postos ou comissões.

(Aviso n. 918, de 16 — D.O. de 19-4-944).

**OFICINAS DA URCA — (Criação).**

— I — Ficam criadas as "Oficinas da Urca", destinadas a atender essencialmente às necessidades da Artilharia de Costa no que concerne a reparação e manutenção de seu material bélico, bem como de suas instalações mecânicas, hidráulicas e elétricas e de sua aparelhagem de direção de tiro.

(Aviso n. 841, de 6 — D.O. de 12-4-944).

**PLANO DE UNIFORME PARA A FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA**

— (Aprovado).

— Fica aprovado o Plano de Uniformes, que com êste baixa, para a Força Expedicionária Brasileira.

O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-lei n. 15.100, de 20-3 — D.O. de 22-3-944).

**PRAÇAS COM ALTA DO SANATORIO DE ITATIAIA\* (Adidas).**

— As praças que tiverem alta do Sanatório Militar de Itatiaia e se destinarem a qualquer parte do país, quando em trânsito por esta Capital, ficarão, doravante, adidas ao Hospital Central do Exército, enquanto aguardarem embarque, afim de evitar o perigo de contágio de moléstias transmissíveis.

O referido Hospital providenciará junto às Repartições competentes sobre o destino das referidas praças.

Aviso n. 847, de 8 — D.O. de 11-4-944).

LIVROS À VENDA NA BIBLIOTECA DA  
C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL"

	Cr\$
Limites do Brasil — Cel. Lima Figueiredo (*) .....	11,00
Manual de Orientação em Campanha — Cap. Antonio P. Lira .....	19,00
Manual da Socorrista de Guerra — Raul Briquet .....	21,00
Manoal de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger .....	5,00
Memento do Artilheiro — Cap. Amir Borges Fortes (*) .....	11,00
Mais Uma Carga Camaradas — Gen. Benicio da Silva Morteiro — Cap. Gutemberg Ayres de Miranda (*) .....	21,00
Moto-Mecanizados (A Defesa Contra Engenhos) — Capitão Hugo M. Moura .....	10,00
Noções de Desenho Topográfico — Cel. Arthur Paulino de Souza .....	4,50
Noções de Topografia de Campanha — Gen. Paes de Andrade (*) .....	16,00
Notas de emprego do Batalhão no Terreno — Comandante Audet .....	11,00
O Livro do Observador — Cap. Paladini .....	2
O Exército Alemão — Cel. Leony de Oliveira Machado .....	4,00
Os Pombos Correio e A Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima (*) .....	11,00
Os Pombos Correio e A Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima (*) .....	26,00
Os Pombos Correio e A Defesa Nacional — Dr. Freitas Lima (*) .....	5,00

(\*) — Este sinal indica que a obra foi publicada pela C.M.E.C.I.  
"A Defesa Nacional".

**QUADRO DE ENFERMEIROS E MANIPULADORES (Regulamento).**

— Fica aprovado o Regulamento, que com este baixa, dos Quadros de Enfermeiros e Manipuladores, especialistas do Serviço de Saúde do Exército, assinado pelo General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro de Estado da Guerra.

(Decreto-lei n.º 15.147, de 27 — D.O. de 29-3-944).

**REGIMENTO MOTO-MECANIZAÇÃO — (Equiparação).**

— O 2.º Regimento Moto-Mecanização, a partir da data de sua organização, fica equiparado às Unidades previstas na letra *a* do Aviso n.º 724-Fisc. 1, de 11 de março de 1941.

(Aviso n.º 876, de 11 — D.O. de 13-4-944).

**RESERVISTAS INCORPORADOS (Solução de consulta).**

— Consultam os comandantes da 4.ª e 6.ª Regiões Militares:

*a)* se, convocados dois ou mais irmãos reservistas, que já tenham irmão incorporado, devem ter todos a incorporação adiada, na forma da letra *a* do aviso n.º 3.167, de 2-12-1942;

*b)* se a referida letra *a* se refere a cabos e sargentos reservistas a incorporar ou a cabos e sargentos já incorporados;

*c)* se o irmão já incorporado pode ser voluntário, conscrito ou reservista convocado.

Em solução declaro:

I — A aplicação do disposto no aviso n.º 3.167, (letra *a*), de 2-12-1942, abrange sómente a reservista (soldado) que já tiver irmão incorporado ao Exército, na qualidade de reservista convocado (soldado) ou de conscrito (soldado) ainda não engajado ou reengajado.

II — A aplicação do disposto no aviso e letra citados não se estende a cabos e sargentos reservistas já incorporados ou a incorporar.

III — O adiamento previsto no citado aviso e letra *a* é ensivo a dois ou mais reservistas que venham a ser convocados e já tenham irmão incorporado nas condições do item I.

IV — Ficam sem efeito as disposições que contrariem o presente aviso.  
(Aviso n.º 908, de 15 — D.O. de 20-4-944).

**RESERVISTA CONVOCADO (Solução de consulta).**

— Em ofício n.º 297-F, de 3 de janeiro de 1944, o Comandante do 9.º G. A. Au. T., consulta como deve considerar, para efeito de vencimentos, um reservista convocado que, ao passar para a reserva, o fora com a graduação de 1.º cabo e, posteriormente sendo convocado para o serviço ativo, fora incluído naquela unidade com essa graduação.

Em solução declaro:

O Decreto-lei n.º 2.329, de 21-6-40, extinguindo a graduação de 1.º cabo e restabelecendo a de cabo dispõe:

"Art. 4.º — Os atuais primeiros cabos são mantidos no posto ora extinto com os vencimentos, vantagens, direitos e insignias de graduação que tem até sua promoção ou licenciamento do serviço ativo, de acordo com a lei do serviço militar".

Depreende-se que o texto acima transcrito foi baseado nos termos dos princípios legais que regem os direitos adquiridos.

O Aviso n.º 3.949, de 26-10-40, em consequência do qual passaram os primeiros cabos a receber vencimentos de cabo, diz respeito apenas aos engajamentos e reengajamentos que foram posteriormente regulados

A PUBLICIDADE

NA

# A Defesa Nacional

COMUNICAMOS AO PÚBLICO, EM GERAL, AO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO PAÍS E AOS NOSSOS ANUNCIANTES DO RIO DE JANEIRO E DOS ESTADOS, EM PARTICULAR, QUE TODO O SERVIÇO DE PUBLICIDADE DESTA REVISTA ESTÁ A CARGO, DESTA DATA EM DEANTE, DO

Bureau Interestadual de Imprensa

com escritórios à

Praça Mauá, 7 - 13.<sup>o</sup> andar

TELEFONES: 43-9918, 23-1451 E OFICIAL 2-515  
CAIXA POSTAL, 365 — END. TELEGR.: "BUREAU"

## SUCURSAIS:

SÃO PAULO: R. M. Garrido, Praça da Sé 23, 1.<sup>o</sup> andar  
telefone 3-3252

CURITIBA: Percival Loyola, Rua 15 de Novembro 573

PORTO ALEGRE: Arthur Batista Gonçalves, Rua  
Shuller 44

pelo Decreto-lei n.º 2.845, de 6-12-40. Vê-se, pois os Decretos leis n.º 2.329 e 2.845, já referidos, e o Aviso n.º 3.949, não previram o caso de convocação de 1.ºs cabos, deixando naturalmente, por esse motivo, de aludir à graduação com que tivessem de voltar ao serviço ativo, por motivo de convocação.

Com o advento do Decreto-lei n.º 5.976, de 10-1-43, os vencimentos de cabo (Cr\$ 342,00), passaram a ser superiores aos dos antigos primeiros cabos (Cr\$ 300,00); nessas condições, não sofrerão êstes, ao serem agora convocados, lesão nos seus direitos adquiridos.

Em consequência resolve que aos 1.ºs cabos, a que se refere a presente consulta, sejam pagos os vencimentos correspondentes àquele posto até o mês de novembro de 1943 e dali em diante os vencimentos de cabo.

(Aviso n.º 907, de 15 — D.O. de 18-4-944).

— Continuando em plena vigência o disposto no parágrafo único do art. 224, da Lei do Serviço Militar, o brasileiro convocado para a prestação de serviço de natureza militar, uma vez considerado insubmisso, embora posteriormente indultado, não tem direito às vantagens asseguradas pelos Decretos-leis ns. 4.902, de 31 de outubro de 1942 e 5.612, de 24 de junho de 1943.

(Aviso n.º 764, de 28 — D.O. de 29-3-944).

#### SARGENTOS DA 1.ª D. NI. E. — (Promoções).

— I — Fica estendido aos segundos sargentos da 1.ª D. I. E., que não possuam os cursos de Comandante de Pelotão ou Seção, o prescrito no Aviso n.º 303, de 7 de janeiro de 1944, devendo, para essas promoções, serem organizadas as fichas dos segundos sargentos da 1.ª D. I. E. e procedidas as mesmas, na conformidade do Aviso n.º 1.198, de 23 de março de 1940.

(Aviso n.º 863, de 11 — D.O. de 13-4-944).

#### SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXERCITO (Regulamento).

O "Diário Oficial" n.º 73, de 29-3-944, (página n.º 5.491) publica o Decreto-lei n.º 15.092, de 17-3-944) que dá nova redação ao Capítulo XII do Regulamento para o serviço de identificação do Exército.

#### TRANSFERENCIA, CLASSIFICAÇÃO E NOMEAÇÃO DE UM MILITAR — (Recomendação).

— Recomendo a fiel observância no disposto nos arts. 22 e 23 da Lei de Movimento dos Quadros.

Para isso, tão logo seja publicada oficialmente a transferencia, classificação ou nomeação de um militar, a Diretoria interessada, via rádio, comunicará ao Comandante da Região, respectiva, que dará imediatamente conhecimento ao corpo, estabelecimento ou repartição, para os fins dos artigos acima citados.

(Aviso n.º 775, de 30-3 — D.O. de 31-3-944).

#### TRANSFERENCIA PARA RESERVA (Acrescimo de vencimentos).

— Aos atuais Coronéis das Armas e dos Serviços do Exército e aos atuais Capitães de Mar e Guerra dos diversos Corpos e Quadros da Armada que forem transferidos para a Reserva dentro de sessenta dias contados da data da publicação deste Decreto-lei, poderão ser, a juízo do Governo, concedidos acréscimos de vencimentos equivalentes a tantas vêzes cinco

# Cousas Práticas

ADQUIRIR livros  
pelo serviço de reem-  
bolso postal da secção  
de publicidade de  
“A Defesa Nacional”.

CAIXA POSTAL N.º 32  
MINISTÉRIO DA GUERRA  
RIO DE JANEIRO

---

*Serviço rápido e seguro*

---

por cento (5 %) do sólido quantos forem os anos de serviços que excederem de trinta e cinco (35).

O acréscimo de que trata este artigo não poderá exceder de trinta e cinco por cento (35 %) do sólido.

O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-lei n.º 6.407, de 6-4-944 — D.O. de 10-4-944).

#### TRANSPORTE AÉREO — (Autorização).

— Ficam os Comandantes de Regiões Militares autorizados a solicitar diretamente, ao Departamento de Aeronáutica Civil, prioridade para transporte aéreo de acordo com o que estabelece a Portaria n.º 103, de 6-7-943, do Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, publicada no "Diário Oficial" n.º 157, de 8 do mesmo mês.

(Aviso n.º 791, de 30-3 — D.O. de 1-4-944).

#### UNIÃO CATÓLICA DOS MILITARES (Concessão).

— Atendendo ao que solicita o Presidente da União Católica dos Militares e tendo em vista os fins morais e patrióticos dessa Associação, declaro que devem ser concedidas todas as facilidades para que os oficiais, sub-tenentes, sargentos e demais praças que o desejarem, possam compartilhar da Pascoa dos Militares a realizar-se neste ano a 7 de maio, dia em que se comemora o 64.º aniversário da morte de Duque de Caxias.

(Aviso n.º 792, de 30-3 — D.O. de 1-4-944).

**O BRASIL PRECISA**  
de **SANGUE**  
**BOM!**

TOME

**ELIXIR DE NOGUEIRA**

RECUPERAÇAO RAPIDA  
TRATAMENTO DAS ENF

#### OFICINAS DE ARTES GRAFICAS

Encadernação, Pautação, Tipografia, Papelaria, Alto relevo e Talho doce

Especialistas em: Livros para escrituração mercantil — Livros em branco — Artigos para escritório em geral

PRAÇA DR. G. MARQUES, 184

PARANÁ — CURITIBA — BRASIL

Caixa Postal, 399 — Fone, 802

**IRMÃOS GUIMARÃES**

# PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL", recebeu, no período de 20 de Março a 20 de Abril de 1944, as seguintes publicações:

- 1 — DICIONARIO INGLÊS-PORTUGUÊS DE TERMOS MILITARES — Organizado por Homero de Castro Jobim.
- 2 — REVISTA DE INTENDENCIA — N. 13 — Janeiro-Fevereiro de 1944 — Rio.
- 3 — REVISTA MILITAR — CÍRCULO MILITAR — N. 1 — Janeiro de 1944 — Argentina.
- 4 — REVISTA SUB-OFFICIAL — N. 299 — Janeiro de 1944 — Argentina.
- 5 — REVISTA DE INFANTERIA — Ns. 171-172 — Novembro-Dezembro de 1943 — Chile.
- 6 — BOLETIM JURÍDICO MILITAR — Ns. 9-10 — Setembro-Outubro de 1943 — Mexico.
- 7 — MEMORIAL DEL ESTADO MAYOR GENERAL — Ns. 6-10 — Setembro-Outubro de 1943 — Colombia.
- 8 — OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO — N. 98 — Março de 1944 — Rio.
- 9 — REVISTA DA CRUZ VERMELHA BRASILEIRA — N. 8 — Fevereiro de 1944 — Rio.
- 10 — REVISTA DE LAS FUERZAS ARMADAS — N. 5 — Dezembro de 1943 — Quito — Equador.
- 11 — VISÃO BRASILEIRA — N. 68 — Março de 1944 — Rio.
- 12 — LIGA MARÍTIMA BRASILEIRA — N. 439 — Janeiro de 1944 — Rio.

---

## "A EQUITATIVA" DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Sociedade de Seguros Mútuos sôbre a Vida

A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil é a única sociedade de seguros sôbre a vida em todo o território nacional que pode oferecer aos segurados as seguintes vantagens: — participação dos segurados nos lucros da Sociedade; sorteios trimestrais pagos em dinheiro à vista; garantia subsidiária do Governo da União das suas reservas técnicas em favor dos segurados.

---

Séde própria: — AVENIDA RIO BRANCO, 125 — RIO  
End. Telegr. — "Equitas"      Telef. geral: — 23-5891

# Relatório de 1943

Senhores Associados

Cumprindo a determinação contida no Art. 39-h, dos Estatutos que nos regem, tenho o prazer de apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relato sumário da vida e atividades da COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL", durante o ano próximo findo de 1943.

O ano que passou, marca um fato singular na existência de nossa revista "A Defesa Nacional", que foi sua transformação de simples periódico a serviço dos interesses culturais do Exército, e que até então era uma entidade, por assim dizer, de caráter familiar numa COOPERATIVA com personalidade jurídica legal e perfeitamente definida.

Essa "maioridade" lhe chegou justamente ao completar trinta anos de existência de aventuras, mas, nem sempre, venturosa. Ao contrário disso, não foram poucas as crises por que passou, algumas das quais estiveram a ponto de sacrificar sua vida, se não fôra o apoio de abnegados camaradas nossos, que não mediram nem regatearam esforços, para evitar a catástrofe. E' um preito de merecida justiça lembrar, dentre tantos, e para só referir os que já se foram para sempre, o nome de nosso inesquecível e saudoso camarada Coronel Arthur Joaquim Pamphiro, ao qual vi, durante certo tempo, num lôbrego sobrado da rua da Quitanda, emprestado graciosamente à "A Defesa Nacional" por um outro velho amigo seu o Sr. Macedo, trabalhando quasi sozinho na feitura da revista, para que ela não desaparecesse.

Daí para cá, sua existência, sempre precária, evoluiu num sentido de relativa prosperidade, mas, sem ter atingido, até hoje, essa situação de independência material a que tem direito pelos seus 30 (trinta) anos de constantes esforços em prol da ilustração intelectual de milhares de Oficiais de nosso Exército.

O mal, pois a pobreza é uma virtude cristã, mas não é fator de progresso, persiste ainda, e seu efeito lamentável é o obstáculo criado a seu desenvolvimento substancial, isto é, como repositório de assuntos que, pelo volume e seleção, melhor corresponda aos objetivos de uma revista essencialmente técnica, objetiva e realista.

Têm sido vãos os esforços no sentido de aumentar-lhe o número de páginas, como convém, e de remunerar melhor os que escrevem para

a revista, o que é também um recurso para seleção mais apurada da matéria versada, porque o encarecimento progressivo do material vai sempre marchando à frente dos recursos pecuniários a seu alcance.

E a tal ponto, que hoje se verifica esse fato paradoxal: o aumento do número de assinantes representa um acréscimo de prejuízos para seus minguados recursos financeiros.

Temos vivido, em parte, à custa de subvenções do Ministério da Guerra, do Exterior e do Departamento de Imprensa e Propaganda, sem cujo auxílio, a renda proveniente de publicidade de matéria paga seria insuficiente para a manutenção da revista. E para agravar essa situação que nada tem de risonha, a deshonestidade de alguns agenciadores de publicidade veio agravar ainda mais a situação: basta dizer que a cada um dos agentes da revista, nesses dois últimos anos, quasi que corresponde uma queixa-crime em andamento na polícia, com poucas exceções.

Por outro lado, a nossa biblioteca, que deveria constituir outra fonte de renda apreciável, não vem correspondendo às expectativas nesse sentido. Dentre as obras editadas, ou recebidas em consignação, rara é aquela que não amarelece, amontoada nas prateleiras. E, entretanto, os assuntos versados, quando não são de aplicação imediata, têm sempre, pelo menos, valor cultural geral, o que nos leva à concluir que reina um certo desinteresse ou preguiça intelectual que afasta os espíritos da leitura e da meditação.

Por tudo isto, é como uma tentativa a mais, que é também uma reação para vencer a crise permanente em que a revista se vem debatendo, surgiu a idéia do cooperativismo e a adoção de novos processos no que respeita a publicidade paga.

As atividades editoras, que visam também facilitar aos oficiais a publicação de suas obras, mediante condições compensadoras para ambas as partes, autor e editor — não têm tido o desenvolvimento que seria de esperar e de desejar.

Em 1943 foram publicados: O Pequeno Manual do Serviço em Campanha da Cavalaria, o Regulamento de Educação Física e a Estratégia do Terror.

Os dois primeiros têm tido excelente saída; o terceiro, embora de utilidade não imediata, mas constituindo leitura útil e complementar da cultura geral, não despertou o interesse que se esperava. Uma quarta obra no prélo: A Tática das Pequenas Unidades de Infantaria, destinada, principalmente, aos alunos das escolas militares e dos centros de preparação de Oficiais da Reserva. Está, sem dúvida, fadada a um grande êxito de divulgação. Editando esse livro, teve a Diretoria em mente, prestar á memoria do autor, o Tenente Coronel Alexandre José Gomes da Silva Chaves, uma homenagem devida a um oficial de escola, de inesquecível e saudosa memória, o qual também foi um dos mais abne-

gados e eficientes mantenedores de nossa revista e, ao mesmo tempo, pôr ao alcance da mocidade que se formam nas escolas e centros de instrução militares um livro útil por preço módico.

Com o duplo intuito de aumentar a renda de publicidade paga — fonte vital da revista —, e de evitar definitivamente as atividades deshonestas de certos agentes avulsos que têm causado a "A Defesa Nacional", prejuízos materiais e, sobretudo de ordem moral, a Diretoria resolveu conceder ao — "Bureau Interestadual de Imprensa" —, exclusividade para angariar anúncios e outras matérias igualmente pagas.

O Bureau é uma organização assás conhecida e conceituada no meio jornalístico; tem sua sede nesta Capital e agências em quasi todas as capitais e cidades mais importantes dos Estados. Em pouco mais de três meses de atividade não se pôde assentar um julgamento definitivo sobre a proficiência dos resultados, mas, pôde-se afirmar que são promissores, como se vê da demonstração junta, e tudo leva a crer que melhorem sempre.

A base de lucros para ambas as partes foi fixada em 50 %, o que corresponde as condições anteriores, mas, sem os riscos e os vexames que tantos males causaram à revista.

A transformação de "A Defesa Nacional" numa cooperativa não logrou maior atenção da parte de nossos camaradas do Exército. À exceção de um grupo, mais ou menos constante no interesse que sempre lhe mereceu nossa revista, em número aliás restrito ao que a lei exige para a fundação das cooperativas, raros têm sido aqueles que acorreram a nosso apelo feito em suas páginas, ou mediante circulares: Todos preferem ser simples assinantes, e nada mais.

Ora, se o número de leitores é fator essencial para o anunciante, que paga pela maior divulgação de suas reclames, seu aumento, como foi dito acima, é materialmente prejudicial à revista.

Entretanto, é bem verdade que nosso principal escôpo não é o êxito comercial, e nunca foi, mas, é preciso reconhecer que há um limite, abaixo do qual não se pode mais sustentar o objetivo primacial, que é a utilidade técnico-profissional da publicação. Portanto, a conclusão a que forçosamente seremos obrigados a chegar, muito a contragosto, principalmente numa época em que o encarecimento da vida é progressivo e sem peias, e desequilibra todos os arçamentos, é que o preço atual das assinaturas não corresponde mais ao vulto das despesas exigidas para a manutenção da revista.

Esse recurso, para o qual temos evitado apelar até hoje, tanto pôde ser vantajoso como contraproducente, se o aumento do custo das assinaturas acarretar o retraimento dos assinantes. Se esta fôr a reação, será ela prejudicial ao objetivo cultural da revista, embora aliviando-a, em parte, do onus de sua vida material.

E' um problema a resolver, e nenhuma outra oportunidade melhor para que se adote uma decisão, que esta, em que a assembléia geral está reunida em pleno exercício de sua autoridade soberana. A ela, portanto, o direito de manifestar-se sobre a conveniência da medida, o montante do aumento e quando se deverá iniciá-lo.

E, entretanto, opinião pessoal minha, que, se tal medida fôr tomada, deve-se, paralelamente admitir que a qualquer acréscimo de recursos financeiros deve seguir-se um aumento de páginas da revista, sem que, é claro, tal aumento o absorva inteiramente o acréscimo da receita, porque, então, recair-se-ia na mesma situação anterior.

Se a situação financeira da Cooperativa não é francamente próspera, vem, pelo menos, se equilibrando satisfatoriamente no sentido puramente material.

Seu patrimônio atual, após a incorporação dos bens outróra pertencentes a "A Defesa Nacional", órça em Cr\$ 24.326,00 (vinte quatro mil trezentos e vinte e seis cruzeiros) que corespnde à MÓVEIS & UTENSILIOS e do valor em moeda corrente em depósito nos Bancos Boavista e de Crédito Mercantil do Rio de Janeiro, C\$ 48.710,30.

O Balanço do ano de 1943, de acordo com a Estatística Financeira levantada, acusou o seguinte resultado:

**RECEITA Cr\$ 245.404,30**

**DESPEZA Cr\$ 196.694,00 Cr\$ 48.710,30, saldo para o ano de 1944.**

O movimento descriminado pode ser visto nos anexos a este Relatório.

Dentre as resoluções tomadas a título provisório pelo Conselho de Administração de acordo com a leia**a b)** do Art. 38.<sup>o</sup>, no decurso do ano transato, dependem de aprovação da Assembléia Geral Ordinária, as seguintes:

- a) fixação dos ordenados dos Diretores: Presidente-Secretário- Gerente e de Publicações;
- b) conservação e admissão de auxiliares e empregados, que atualmente são: — um Guarda-Livros — um Auxiliar da Gerência — um Encarregado da Expedição — um Auxiliar do Diretor de Publicações, e um Servente, bem como a fixação dos respectivos ordenados;
- c) atendendo ao encarecimento da vida e antecipando-se à medida governamental que melhorou os ordenados, o Conselho de Administração, em Sessão de 25 do mês de Novembro de 1943, resolveu acrescer de Cr\$ 350,00 para Cr\$ 500,00 o ordenado do Guarda-Livros e de Cr\$ 350,00 para Cr\$ 450,00, os ordenados do Auxiliar da Gerência, do Encarregado da Expedição, do auxiliar do Diretor de Publicações, e fixar em

Cr\$ 150,00, a gratificação ao "boy" que faz o serviço de Servente. Outro sim, atendendo a antiga praxe, concedeu, pelo Natal, a êsses auxiliares, uma gratificação que foi fixada em metade dos seus ordenados, devendo a outra metade lhes ser concedida em junho do ano corrente, se as condições financeiras da Cooperativa o permitirem;

- d) a exclusividade concedida ao Bureau Interestadual de Imprensa, pelos motivos acima expostos, apesar do que dispõe o § 1.<sup>o</sup> letra a) do art. 42.<sup>o</sup> dos Estatutos.

Eis o que de essencial me pareceu dever expor neste Relatório.

Por certo, nossa gestão não terá sido modelar, mas é preciso atender as dificuldades de várias ordens que tivemos de vencer durante este período, sempre difícil, no qual se processam as transformações da natureza desta, por que passou a "A Defesa Nacional", e ainda ao ato de não poderem os Diretores ter todo seu tempo inteiramente consagrado aos serviços da Cooperativa. Outros virão, mais tarde, fazer melhor, mas, podeis estar seguros de que nada do que se poderia fazer, deixou de ser feito, e da melhor maneira permitida por nossas fracas possibilidades.

CEL. RENATO BAPTISTA NUNES  
Diretor Presidente

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e quatro, na sede da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional", reuniu-se o Conselho fiscal dessa Sociedade, tendo comparecido o Coronel João Baptista Magalhães e Tenente Coronel Inimá Siqueira, os quais constituem a maioria de membros. — Este Conselho, após examinar o BALANÇO GERAL, RELATÓRIO e demais documentos da administração, é de acreditar que os mesmos merecem a aprovação da Assembléia Geral. Não obstante, se permite o mesmo Conselho a apresentar as seguintes sugestões: a) aumentar o preço das assinaturas, nos seguintes moldes: associados — nenhuma majoração; renovação de assinaturas atuais e em dia — majoração de cincuenta por cento; assinantes novos — majoração de cento por cento; b) publicar o relatório e anexos da atual administração, após aprovado pela Assembléia Geral; c) conceder um prazo de três meses aos associados para que satisfaçam os pagamentos e suas quotas-partes, tendo em vista o que preceitúa a letra b do artigo 21 e letra d do artigo 16, tudo dos Estatutos da Cooperativa; d) distribuir as percentagens de retorno a que se refere o artigo cin-

coenta e seis, na conformidade do que determina o artigo cincuenta sete e parágrafo segundo do artigo onze, fazendo a Diretoria uso da atribuição que lhe dá o artigo 67, tudo dos Estatutos da Cooperativa e) ultimar o processo em andamento da integralização da escrita da Biblioteca na da Gerência; f) propor que sejam louvados o Gerente e seus auxiliares, cujo amor a esta instituição revela qualidade rara de se encontrar na época de hoje, pelo esforço dispendido para manter em ordem e em dia a escrituração da Sociedade. Nada mais havendo tratar, foi encerrada a sessão, servindo de Secretário o Tenente Coronel Inimá Siqueira, que com o Presidente assina esta áta.

(Assinados) Cel. João Baptista Magalhães  
Ten.-Cel. Inimá Siqueira

## Demonstração da conta de lucros e perdas

DE PUBLICIDADE	41.617,00
DE JUROS BANCARIOS	943,30
A ORDENADOS	23.815,00
A DESPESAS GERAIS	8.485,90
A SOBRAS	7.373,70
A BIBLIOTÉCA — VENDA DE LIVOS	2.885,70
	—————
	42.560,30
	—————
	42.560,30

RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 1943.

Arnaldo Gonçalves Pires  
Guarda-Livros

Ten.-Cel. Armando Batista Gonçalves  
Diretor Gerente

**Balanço Geral em 31 de Dezembro de 1943****TIVO****REALIZAVEL**

*operados:* — Quotas-partes a integralizar 4.270,00

*blioteca — Venda de Livros:* — Livros em Stock 134.603,00

*blioteca — Venda de Livros:* — Livros em consignação 4.707,40

*embolso:* — Livros remetidos para diversos 4.160,30

**IMOBILIZADO**

*veis & Utensilios:* — Existentes conforme inventário 24.326,00

**DISPONIVEL**

*xa:* — Em depósito nos Bancos 48.709,30

---

220.776,00

---

PASSIVODE COMPENSACÃO

*Patrimônio móvel:* — Valor originário da Revista 66.823

NÃO EXIGIVEL

*Capital:* — Valor de quotas-partes subscritas 5.700

*Revista "A Defesa Nacional"* — c/livros — Livros à venda na "Biblioteca" — Venda de Livros 57.508

*Fundo de Reserva:* — De joias e sóbras n/ano 877

*Fundo de Beneficencia:* — De sóbras n/ano 1.106

*Fundo de Instalações Sociais:* — De sóbras n/ano 1.843

EXIGIVEL

*Consignatários de Livros:* — c/livros — livros à venda na Biblioteca — Venda de livros 77.094

*Retorno:* — Saldo de sóbras a distribuir 3.680

*Consignatários:* — c/de venda — Livros vendidos 6.133

220.770

RIO DE JANEIRO, 31 DE DEZEMBRO DE 1943.

Arnaldo Gonçalves Pires  
Guarda-Livros

Ten.-Cel Armando Batista Gonçalves  
Diretor Gerente

*Estatística do movimento financeiro da Q.M. Esq. I  
- A Defesa Nacional - no ano de 1943 -*

*-Receitas-*

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Assinaturas	12.531,10	10.048,20	6.987,10	6.449,70	5.587,10	6.022,20	6.747,60	6.087,00	5.374,40	4.337,70	3.773,50	69.928,50	
Venda aviada	64,00				720,50		8,00	24,00	32,00	8,00	6,00	24,50	
Publicidade	10.600,00	9.400,00	11.140,00	4.270,00	1.310,00	8.080,00	15.600,00	1.867,00	8.286,00	1.860,00	12.100,00	46.377,00	
Artes	814,30										829,60	713,30	1.757,60
Suvenires					5.000,00	15.000,00	8.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.000,00	42.000,00
Liquidação													
8.º Anivers.							2.609,60	1.125,00		913,10	333,30		4.781,20
Cooperativas							600,00	150,00	200,00	200,00	210,00		1.430,00
Imp.							26,00	26,00	26,00	26,00	30,00		144,00
TOTAL	25.077,10	14.292,50	14.197,10	16.134,20	19.877,10	17.497,20	27.395,40	9.661,00	13.281,40	11.191,00	6.160,60	26.692,00	206.254,60
<i>Despesas</i>													
Impressão &c	4.198,00	3.734,00	6.170,00	3.996,00	4.716,00	6.076,00	5.924,00	6.786,00	6.786,00	5.172,00	5.172,00	53.079,00	
Pessoal	4.383,00		2.220,00	2.230,00	1.944,00	2.051,00	1.892,00	2.438,00	1.892,00	1.892,00	578,00	578,00	7.612,00
Colaboradores	155,00	550,00	500,00	250,00	475,00	725,00	605,00	900,00	550,00	700,00	1.029,00	1.029,00	3.425,10
Educação	130,00		130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	130,00	140,00	140,00	1.370,00
Instalações	800,00	130,00	190,00	150,00	300,00	900,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	510,00
Entrega							800,00						800,00
Ordemendas	5.835,00	5.160,00	5.530,00	5.530,00	5.530,00	5.530,00	3.546,00	5.530,00	5.530,00	5.530,00	6.100,00	6.825,00	46.700,00
Desp. Gerais	1.207,00	239,00	1.206,10	1.027,20	1.031,00	1.435,00	1.637,60	2.028,50	3.516,00	3.681,50	3.111,00	14.501,50	
Imp. 2.º Anivers.	205,00					1.000,00	848,60	1.078,00		1.226,00		4.956,50	
PUBLICIDADE													
Com. Diretor	365,00		1.050,00	372,00	411,00	367,00	1.261,00	510,00	350,00	1.222,00			2.594,00
Com. Agentes	2.160,00	3.020,00	3.711,00	2.204,50	2.302,00	2.724,50	2.720,00	2.100,00	3.860,00	2.251,00			24.680,00
Not. Impresos	131,00	110,00	164,00	110,00	80,00	110,00	130,00	172,00	686,00	1.094,50	320,00	49,50	2.035,90
TOTAL	19.709,20	12.886,20	17.136,00	14.163,00	15.217,00	12.496,50	28.215,00	15.536,40	18.706,30	16.109,30	17.229,40	196.694,00	

-Rezimo-

•Publicidade-

Saldo do ano de 1942.	59.169,72	
Recibo do ano de 1942.	220.128,00	
Juros	235.102,10	
Desejo do ano de 1942.	186.596,00	
Saldo em 24. Dezembro. 1943.	48.700,92	
Demonstrativo do saldo:		
Em desconto de cheques	4.171,80	
Em saldo corrente das Contas - Banco e de Crédito Mercantil	9.194,40	
do Rio de Janeiro	76.088,10	
C/Ca.	48.700,92	
C/Ca.	48.700,92	
Acordos publicados a credores	86.577,00	
<b>Recibo -</b>		
<b>Despesa -</b>		
Acordos com Detentores do Rio		
• 500 Reais	7.500,00	
Acordos com Reparos do Rio		
• 300 Reais	24.620,00	
Acordos e material de		
expedição		
<b>Salvocondado -</b>		

*Gazetinha de Goiânia* - *Brasília*  
*Roncador* - *A Desca Sacramental*

•Clementino-Benedito Salina

<u>Banzo</u>	<u>Recibido</u>	<u>Recibido</u>
Mes de Junio	60.526,30	6.781,20
Junio corriente	1.260,30	6.946,60
Solventado	4.000,00	173,40
Años	1.322,60	
<u>Débitos</u>	<u>Depósito en Caja de Hacienda</u>	<u>Gastos sueldos</u>
	10.079,00	5.700,00
	Repas en T. Sindicato de Caja	Reservas de Gastos
	27.102,00	1.636,00
	Cobro de rentas	Acreder de Gastos
	7.450,00	c/c
	Efectos	
	6.320,00	
	Materiales	
	5.000,00	
	Luz	Fondo de Reserva y de Desembolso de 1945
	1.100,00	
	Anterior al Dic.	Reserva Operativa Ptos
	66.795,00	

# DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

*Redação e Administração*

Edifício do Ministério da Guerra

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

*Correspondência*

Para a Gerência: Caixa Postal, 32, Ministério da Guerra

Colaborações: Ten.-Côl. Lluia, Figueiredo, mesmo endereço

*Publicidade*

Bureau Interestadual de Imprensa

PRAÇA MAUÁ, 7 — 13.º andar

Telefone 43-9918 e 23-1451

*Assinaturas:*

Oficiais e sub-oficiais	ano .....	Cr\$ 30,00
	semestre .....	Cr\$ 15,00
Sargentos	ano .....	Cr\$ 25,00
	semestre .....	Cr\$ 16,00

Os assinantes avulsos e do estrangeiro mediante Cr\$ 2,40 semestrais cada um e carta registrada.

## A PUBLICIDADE NA A DEFESA NACIONAL

Comunicamos ao público, em geral, ao comércio e indústrias do país e nos nossos anunciantes do Rio de Janeiro e dos Estados, em particular, que todo o serviço e publicidade está a cargo, desta daí em diante, do BUREAU INTERESTADUAL DE IMPRENSA

com escritório à

PRAÇA MAUÁ, 7 — 13.º andar

Telefone: 43-9918, 23-1451 e Oficial 2-515

Caixa Postal, 365 — End. Teleg.: "Bureau"

*Sucursais*

São Paulo — Mário Heródia, Rua Barão de Paraná, 25 — 4.º andar — Telefone 2-5841.

Curitiba — Percival Loyola, Rua 15 de Novembro, 573

Porto Alegre — Arthur Batista Gonçalves, Rua

Shuller, 44

Recife — Aristófanes da Trindade, Travessa Madre de Deus, 113.

Aracaju — Edgar Proença, Edifício Bern (1.º andar), Avenida 15 de Agosto.